



O CRIME PERFEITO

histórias de crianças e adolescentes
vítimas de abuso moral no lar

Juliane Bazzo
Tatyane Nunes

Juliane Bazzo
Tatyane Nunes

O Crime Perfeito

Histórias de Crianças e Adolescentes
Vítimas de Abuso Moral no Lar

Ilustrações

Capa

Giovanna Cassagrande Jota

Abertura dos Capítulos

Gustavo César Bazzo

Contracapa

Kristina Kantikas

Este livro é dedicado a
Elza, Gustavo e Nino

ÍNDICE

	Um vôo para a liberdade	1
I	Descobrimdo a violência moral.....	3
II	Manifestações do abuso emocional.....	19
III	A história de Joana.....	35
IV	Retrato falado das vítimas.....	49
V	Quem é o agressor psicológico.....	63
VI	A história de Alexandre.....	81
VII	Violência psicológica associada.....	89
VIII	A história de Noêmia.....	109
IX	Conseqüências do abuso moral.....	117
X	A história de Júlio.....	139
XI	Padrão socioeconômico da violência.....	147
XII	Em busca de saídas.....	163
	Referências bibliográficas.....	193

Um vôo para a liberdade

*Mais que viver, o que importa
é trabalhar na mudança
(antes que a vida apodreça)
do que é preciso mudar.*

Thiago de Mello

Este é um livro que tem lado: o das vítimas. E não poderia ser diferente, já que esta obra é fruto de experiências bastante difíceis por nós vivenciadas, em nossas famílias, ao longo de anos. O processo de produção funcionou como uma verdadeira catarse. Vários meses se passaram, entre pesquisas, leituras, contatos e entrevistas*, até chegarmos a elas – as vítimas da violência psicológica dentro de casa durante a infância e a adolescência. Elas são as protagonistas da triste história que segue nas próximas páginas. Apesar das experiências que gostariam de esquecer, porém, não são personagens completamente cabisbaixas, revoltadas ou desacreditadas da vida. O leitor verá que são pessoas sonhadoras, que estão à procura da felicidade, assim como cada um nós. Nossa vontade é que o espaço dado a elas neste livro, para que sejam ouvidas e reconhecidas realmente como vítimas, tenha colaborado nessa busca humana que não cessa jamais.

O abuso moral é uma forma de violência extremamente sutil. Olhares condenadores, gestos bruscos, palavras ferinas. Essas são algumas das armas usadas pelos agressores psicológicos, que a muitos parecem inofensivas mas que, na verdade, têm um poder inimaginável. Utilizadas por anos a fio, são capazes de assassinar, lentamente, a psique de uma pessoa. O cotidiano das vítimas se passa como em uma cela, só que sem grades. É difícil lutarem contra o agressor porque não aceitam, num primeiro momento, que alguém da própria família possa agir com tal violência. Mais complicado ainda para elas é pedir ajuda, porque não sabem como explicar as agressões verbais e/ou gestuais que estão recebendo

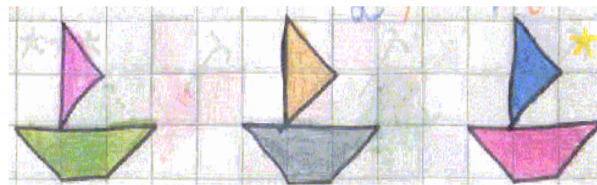
diariamente; chegam até mesmo a duvidar de que realmente estejam sendo vítimas de alguma coisa, já que nossa sociedade erroneamente considera como violência somente os maus-tratos que deixam marcas no físico. Esquece-se que uma vida saudável necessita de equilíbrio entre corpo e mente. Desse modo, o agressor passa ileso. Pratica um crime acima de qualquer suspeita. Sem pistas. Perfeito.

Desde o início do trabalho, foram – e continuam sendo – duas as nossas aspirações com este livro. A primeira é trazer a público o que é o abuso moral e mostrar a todos que não se trata de algo que faz parte da imaginação dos agredidos. É uma violência real que, por trazer sérios malefícios para aqueles que a sofrem já no início da vida, necessita ser denunciada com urgência. A segunda aspiração, do mesmo modo importante, tem um sabor especial porém, porque está relacionada especialmente às vítimas. É nosso desejo que todos aqueles abusados moralmente que tiverem acesso a estas páginas tomem fôlego para a libertação do jugo de seus agressores. Seja por meio das histórias aqui narradas, seja através dos mecanismos de busca de direitos existentes e apresentados neste livro. Porque a liberdade é o bem mais precioso que um ser humano pode ter. Liberdade de ir e vir, com seu corpo e com sua alma.

As autoras

* Os casos de violência psicológica doméstica contra crianças e adolescentes narrados neste livro são todos reais. As histórias foram coletadas por meio de entrevistas com profissionais da área ou diretamente com vítimas. Os agredidos e seus familiares são identificados ao longo da obra por meio de nomes fictícios, para preservação de identidade.

|



DESCOBRINDO A VIOLÊNCIA MORAL

A Cultura do Terror

A extorsão, o insulto, a ameaça, o cascudo, a bofetada, a surra, o açoite, o quarto escuro, a ducha gelada, o jejum obrigatório, a comida obrigatória, a proibição de sair, a proibição de dizer o que se pensa, a proibição de fazer o que se sente e a humilhação pública são alguns dos métodos de penitência e tortura tradicionais na vida da família. Para castigo à desobediência e exemplo de liberdade, a tradição familiar perpetua uma cultura de terror que humilha a mulher, ensina os filhos a mentir e contagia tudo com a peste do medo.

Eduardo Galeano

Querido Pai:

Perguntaste-me certa vez por que motivo eu afirmava que te temia. Como de hábito, não soube o que te responder, em parte exatamente pelo temor que me infundes, em parte porque os pormenores que contribuem ao fundamento deste temor são em demasia para que os possa manter reunidos, nem mesmo pela metade, durante a palestra. (...)

Para ti, o problema sempre se apresentou muito simples, ao menos por aquilo que falavas a esse respeito diante de mim e, sem discriminação, de muitos outros. Acreditavas que devia ser, mais ou menos assim: durante toda a tua vida trabalhastes duramente, sacrificando tudo pelos teus filhos e especialmente para mim; como conseqüência disso, vivi de modo dissipado, tive inteira liberdade para aprender o que desejasse, não tive razão de me preocupar pelo sustento; isto é, nenhuma inquietação; não pedias gratidão em troca, conheces o agradecimento dos filhos, mas ao menos uma aproximação, sinal de simpatia; em vez disso, sempre me afastei de ti, para o meu quarto, livros, amigos malucos, idéias exaltadas; nunca falei confiadamente contigo, no templo nunca fui para ti (...); muito menos tive sentimento de família, jamais me interessei pelo teu negócio ou outros assuntos, associei-me à fábrica contigo e depois te deixei (...) e enquanto por ti não movo um dedo (nem mesmo te trago um entrada para o teatro), faço tudo pelos amigos. Se resumes teu juízo a meu respeito, deparas que não me censuras algo realmente indecente ou mau (exceto, talvez meu último projeto de casamento), senão frieza, afastamento, falta de gratidão. E certamente me atiras em rosto, como se fosse minha culpa,

como se com um golpe de timão pudesse dispor tudo de modo diverso, ao passo que tu não carregas nem a mais ínfima das culpas, salvo a de ter sido excessivamente bondoso comigo.

A esta tua usual representação, eu a considero correta apenas naquilo que diz respeito a tua ausência de culpa em nosso afastamento. Mas também igualmente isento de culpa estou eu. Se pudesse alcançar que reconhecesses isto, seria possível, talvez não uma existência nova, para isso estamos ambos demasiado velhos, mas sim uma espécie de paz, não um cessar mas sim um atenuamento de tuas contínuas censuras.



Uma história de violência

O artigo 227 da Constituição Brasileira, aprovada em 1988, diz que a família, o Estado e a sociedade devem assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à convivência familiar e comunitária, ao respeito, dignidade e liberdade. O mesmo artigo ainda afirma que essas instâncias devem resguardá-los de toda forma de negligência, discriminação, crueldade e opressão e que a lei punirá com severidade o abuso e a violência cometida contra a criança e o adolescente.

Da década de 80 para cá, levantamentos – quantitativos e qualitativos – revelam o quão pouco se fez valer o que está estabelecido no documento máximo do país. Os direitos expressos na Constituição têm sido continuamente violados não só no Brasil, como no mundo todo, nas ruas ou dentro dos lares. Porém, se transgredidos no ambiente familiar, possuem uma agravante: o sigilo. Quando a criança e o adolescente não são respeitados na esfera privada, existe maior dificuldade para que as violações cheguem ao conhecimento das autoridades competentes.

O relatório sobre a condição da infância em 2001 do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) destacou que a principal violência cometida contra a criança pequena é a doméstica. Mas essa situação de maus-tratos e negligência na família não é algo peculiar apenas dos tempos modernos: é tão antiga quanto a história da própria humanidade.

Segundo o estudioso da história da infância Philippe Ariès, citado por Viviane Nogueira de Azevedo Guerra no livro *Violência de Pais contra Filhos: a Tragédia Revisitada* (Cortez, 2001), “na Idade Média, no início dos tempos modernos e por muito tempo ainda nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas (...), aproximadamente aos 7 anos de idade. A partir desse momento ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias”. O pensamento vigente era de que, se uma delas viesse a falecer, outra poderia substituí-la. Os adultos reservavam apenas um sentimento superficial à criança em seus primeiros anos, por se tratar ainda de “uma coisinha engraçadinha”. “As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico”, diz Ariès.

Somente a partir da Revolução Industrial é que passa a ser protegida, antes de tudo, por interesses econômicos e políticos: ela deveria sobreviver para que se tornasse um adulto produtivo. Vistos sob essa ótica, logicamente, os direitos da infância estavam muito longe de serem resguardados de maneira real. “As sociedades protetoras da infância surgiram na Europa entre 1865 e 1870, e eram mais recentes e menos representativas que a Sociedade Protetora dos Animais”, afirma Lauro Monteiro Filho, presidente da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia).

No Brasil, o Código de Menores – substituído em 1990 pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de conteúdo mais amplo – foi criado apenas em 1979. O código não se distinguia muito da chamada *Doutrina da Situação Irregular*, que vigorava no Brasil desde os primeiros anos da República Velha (início de 1900). Ele também se destinava apenas a proteger e vigiar os menores em situação irregular – os abandonados, os carentes, os inadaptados na família ou na comunidade e os autores de infrações penais.

Abuso moral: um mal camuflado

A violência doméstica é, normalmente, classificada em tipos – física, sexual, psicológica e negligência. O abuso psicológico ou moral sempre está presente nas demais formas de violência, mas também se manifesta isoladamente. Quando aparece não associada, é a violência mais difícil de ser detectada. Nem por isso é a menos comum, como muitos poderiam supor.

Em seu manual de proteção e prevenção aos maus-tratos contra crianças e adolescentes, a Abrapia define a rejeição, a depreciação, a discriminação, o desrespeito, o uso da criança para satisfação de necessidades psicológicas dos adultos, as cobranças e punições exageradas como maus-tratos psicológicos. “Um exemplo que vi, algumas vezes, inclusive no meu consultório, é de casais que têm três filhos. A mãe se identifica com um, o pai com outro, e um sobra. É a ‘síndrome do patinho feio’”, conta Monteiro Filho, que também é pediatra.

Essa é apenas uma das formas pelas quais o abuso moral pode se manifestar. No cotidiano das famílias, porém, a agressão psicológica assume outras facetas, algumas delas surpreendentemente terríveis, que podem trazer sérios danos ao desenvolvimento psíquico, físico, sexual e social de suas vítimas.

O pai de Adriano e Bianca batia na mãe das crianças e ameaçava não deixá-la ficar com os filhos, caso o casal se separasse. Adriano e Bianca não apanhavam do pai, mas eram também chantageados para que, se houvesse um divórcio, ficassem com ele. Agredida física e moralmente, a mulher decidiu denunciar o marido. Saiu de casa com os filhos e foi morar com a mãe. Depois de algum tempo, porém, voltou ao antigo “lar”. As crianças, então, assistiram ao suicídio do pai, que se enforcou dentro de casa. Adriano tem 7 anos, e Bianca, 10. De acordo com a escola onde estudam, ambos estão profundamente depressivos.

É com situações como essa que Maria Elizabeth Biela se depara em seu dia-a-dia desde 1998. Ela preside o maior conselho tutelar de Curitiba – órgão encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da infância e da adolescência. Localizado na Regional Portão e responsável pelo atendimento de 13 bairros, o conselho onde Maria Elizabeth trabalha possui atualmente mais de 20 mil casos em andamento, de todas as modalidades de violência.

Entre o ano de 2002 e o mês de julho de 2003, o Conselho Tutelar do Portão atendeu 140 casos de violência psicológica. Dentre os tipos de maus-tratos, foi o mais registrado. No mesmo período, aconteceram na Regional Portão 131 casos de violência física e 33 abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes. “Essas estatísticas podem ser triplicadas, se levarmos em consideração os atendimentos realizados entre 1998 e 2001, quando ainda não havia um sistema de informações”, aponta Maria Elizabeth.

Embora mais de uma centena de casos de violência moral tenha sido registrada num período de um ano e meio – estatística alta em comparação a levantamentos de outros órgãos – a denúncia de um abuso psicológico é sempre um desafio para o conselho. “Muitos casos acabam sendo encerrados por falta de comprovação, porque no momento em que você visita a família tudo está tranquilo. Muitas vezes, a criança não conta ou, até mesmo, diz que não está acontecendo nada, em virtude do medo que ela sente. É bastante diferente de um abuso físico, por exemplo. A violência psicológica não deixa marcas e dificilmente se consegue chegar ao local no momento em que esse tipo de maus-tratos está acontecendo”, explica Maria Elizabeth. “Eu estou com um caso nas mãos há mais de um mês e tudo indica que a criança está sendo vítima de abuso psicológico. Só que não consigo comprovar. Agora, estou contando com a colaboração de um psicólogo para obter um parecer técnico da ocorrência dos maus-tratos,” completa.

Carolina escutava, com frequência, sua vizinha gritar descontroladamente com o filho de 10 anos. Até que um dia resolveu ligar para o Disque-Denúncia. Carolina segurou o aparelho telefônico

para fora da janela. Do outro lado da linha, ouviam-se os berros da mãe com a criança.

Quem recebeu a ligação de Carolina foi Graciela Drechsel, gerente do Serviço de Atendimento a Vitimizados em Domicílio, nome pelo qual é chamado agora o antigo SOS Criança. Em 2002, o programa realizou 3.513 atendimentos. À primeira vista, os números não impressionam: desses mais de 3 mil casos, foram confirmadas apenas 7 denúncias de violência psicológica, 10 de maus-tratos físicos associados a abuso moral e 7 de rejeição de crianças. Até o mês de junho de 2003, as estatísticas não se alteraram muito: entre 316 vítimas atendidas, foram identificadas 4 de maus-tratos psicológicos, 6 de violência física associada a abuso moral e 1 de rejeição.

Graciela alerta, porém, que os números que atestam a violência moral são, na realidade, bem maiores. "As pessoas acham que brigar, xingar e ameaçar é normal e não percebem os danos que esses comportamentos causam à criança. Por esse motivo, o abuso psicológico acaba não chamando tanta atenção quanto os maus-tratos físicos, a agressão sexual ou a negligência, tipos de violência em que a integridade física da vítima é violada", explica.

Dentre as situações relacionadas à violência psicológica – uma vez que as estatísticas não estão agrupadas sob um mesmo termo – existem ainda os conflitos familiares, cujos números impressionam mais. Em 2002, o Serviço de Atendimento a Vitimizados em Domicílio identificou 169 conflitos em famílias; até junho de 2003, já havia outros 71 casos. Brigas pela posse de crianças em virtude de divórcio ou morte de um dos cônjuges, entre outros motivos, são situações comuns que culminam em conflitos familiares. Nessas circunstâncias, a criança ou adolescente não é de forma alguma maltratado fisicamente, mas psicologicamente sim, em virtude do ambiente conturbado onde vive.

Daniel morou durante muito tempo com a avó. A mãe de Daniel não tinha condições de educá-lo sozinha e, por isso, abriu mão da criança. Depois de um certo período, porém, quando já havia encontrado um companheiro, a mãe decidiu buscar o filho. A avó não aceitou.

Por meio da Justiça, a mãe conseguiu a guarda e resolveu mudar-se para São Paulo. Revoltada, a avó acionou a Polícia Federal e, durante a viagem até a capital paulista, os policiais apreenderam o carro da família e chegaram, inclusive, a reter o companheiro da mãe de Daniel. E o menino estava ali, no meio de tudo aquilo.

Violência psicológica no Brasil

Assim como na cidade de Curitiba, em âmbito nacional não existem estatísticas unificadas, mas somente órgãos que realizam levantamentos sobre a situação da violência doméstica contra a criança e o adolescente em determinadas regiões. A Abrapia, com sede na cidade do Rio de Janeiro, é uma delas. Entre janeiro de 1998 a junho de 1999, o SOS Criança da associação atendeu 1.169 casos. Desses, 51% eram de violência psicológica, quantidade maior que o número de atendimentos a vítimas de negligência (49%) e abuso sexual (13%). Apenas o número relacionado à violência física ultrapassava a estatística de maus-tratos psicológicos – 65%.

Números da Assessoria de Prevenção de Acidentes e Violência da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro apontam 580 (23,9%) casos de abuso psicológico entre agosto de 1999 e setembro de 2001, num universo de 1.427 fichas de notificação. A estatística é maior que a de abuso sexual (487 – 20,1%) no mesmo período.

Já os dados do Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância (Crami), instituição que atende a região do ABCD paulista (Santo André, São Bernardo e Diadema), indicam uma ocorrência menor da violência psicológica. Em 2002, dentre 697 notificações de maus-tratos, 49 (7%) foram de violência psicológica. Nesse período, o abuso moral foi o tipo de agressão menos recebida por esse centro. O ano que registrou o maior número de ocorrências de maus-tratos psicológicos, desde de 1992, foi 2001, com registro de 64 casos.

Trabalho pioneiro

Os números apresentados são muitos mas, em virtude da não unificação das estatísticas, é difícil ter uma visão geral do fenômeno da violência psicológica doméstica em Curitiba, em cada Estado do Brasil ou no país como um todo. Uma pesquisa pioneira na área, que tem tentado suprir essa deficiência presente em todas as modalidades de maus-tratos domésticos, é o levantamento encabeçado pelo Laboratório de Estudos da Criança (Lacri) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). “Internacionalmente, o Brasil integra o contingente de países que não mantêm estatísticas oficiais sobre casos notificados de violência doméstica contra crianças e adolescentes (...). Essa escassez de dados empíricos pode explicar a veiculação – em publicações internacionais – de informações questionáveis, como a que considera ser a violência doméstica sexual a mais notificada em nosso país”, afirma Maria Amélia Azevedo, coordenadora do Lacri.

No ano de 1996, o laboratório iniciou uma pesquisa para mapear a violência doméstica no Brasil. Nesta empreitada, contou com a colaboração dos pós-graduandos que realizavam o telecurso de especialização na área da infância e violência doméstica, sob a supervisão do Lacri. O objetivo era construir um banco de dados cumulativo sobre o tema. A meta está sendo concretizada: a instituição já possui números relativos a todas as modalidades de violência doméstica no Brasil, disponibilizados ano a ano, até 2003.

O procedimento de coleta de dados é o seguinte: após treinamento, os telealunos aplicam, no local onde residem, formulários padronizados em instituições públicas ou privadas que atuam na proteção direta ou indireta dos direitos da criança ou do adolescente (delegacias da mulher, varas da Justiça da Infância e Juventude, hospitais, escolas, SOSs Criança, etc.). O tempo de coleta varia de um a cinco meses, sempre no primeiro semestre de cada ano. “A literatura especializada considera esses dados indicadores de como funcionam os serviços de atenção ao fenômeno, mais do que a real ocorrência do problema, já que a maioria dos casos não chega a ser jamais notificada”, alerta Maria Amélia.

A consulta ao banco de dados do Laci revela 2.952 casos de violência psicológica identificados em cerca de 84 municípios do Brasil no ano de 2003. Um número que foi crescendo velozmente desde 1996 – quando nenhuma notificação foi registrada – alcançando seu ápice em 2001, com 3.893 casos. Ao somar-se a quantidade de notificações entre 1996 e 2003 em cada uma das modalidades de violência doméstica, constata-se que a incidência da agressão moral (14.074 casos) está bem acima da verificada no abuso sexual (8.665).

Quadro-síntese de violência doméstica notificada

Modalidade de Violência Doméstica	Incidência Pesquisada								Número total de casos notificados
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
Violência Física	525	1.240	2.804	2.620	4.330	6.675	5.271	6.497	30.412
Viol. Sexual	95	315	578	649	978	1.723	1.728	2.599	8.665
Viol. Psicológica	0	53	2.105	893	1.493	3.893	2.685	2.952	14.074
Negligência	572	456	7.148	2.512	4.205	7.713	5.798	8.687	37.091
Violência Fatal	-	-	-	-	135	257	42	22	456
Total	1.192	2.064	12.635	6.674	11.141	20.261	15.974	20.757	90.698

Fonte: Laci

São Paulo (3.585.474 habitantes) foi a cidade que teve o maior número de casos de violência psicológica em 2003 – 362 registros. Logo em seguida no ranking ficaram o município de Osasco (242.656 moradores), também no Estado de São Paulo, com 341 casos, e a capital de Roraima, Boa Vista (95.833 habitantes), com 120 notificações.

Pesquisa na universidade

Em parceria com Viviane Guerra (outra estudiosa do Laci), Maria Amélia Azevedo desenvolveu ainda uma pesquisa exclusiva sobre o abuso moral contra crianças e adolescentes. Publicado em livro virtual (*Violência Psicológica Doméstica: Vozes da Juventude*, Ieditora, 2001), o levantamento investigou a prevalência da violência psicológica entre os calouros da USP do ano 2000, no campus localizado na própria capital paulista. "(...) O

número de casos de violência que uma população adulta ou jovem relata haver sofrido na infância ou adolescência (prevalência) é indicador mais confiável do que o número de casos novos denunciados num certo período (incidência), sobretudo quando se considera que a violência doméstica de natureza psicológica é uma das modalidades mais difíceis de detectar”, relatam as autoras.

Por meio de um questionário de sondagem, 1.172 calouros foram entrevistados, o que corresponde a 21,1% do total de matriculados naquele campus em 2000. As pesquisadoras optaram pelos calouros por serem pessoas recém-saídas da adolescência e, portanto, menos sujeitas ao esquecimento dos fatos que ocorreram em sua vida anterior. Do total de universitários incluídos na pesquisa, 320 (27,3%) deles lembraram-se de haver sofrido violência psicológica. Entre as opções de agressão moral elencadas pelas autoras, 40,3% dos jovens entrevistados afirmaram terem sido vítimas de indiferença; 37,8% de humilhação; 33,1% de superproteção e isolamento; 29,1% de rejeição; e, finalmente, 20,9% disseram terem sido aterrorizados psicologicamente.

“Essa pesquisa, além de conter uma proposta inovadora, traz consigo a possibilidade de, através das vozes da juventude, oferecer subsídios importantes para que se possa conscientizar a sociedade brasileira no que tange a práticas de educação familiar que, naturalizadas sob o duvidoso pressuposto de serem para o próprio bem da criança e do jovem, acabam, em verdade, quebrantando seu eu psicológico e danificando sua auto-estima”, afirmam as autoras.



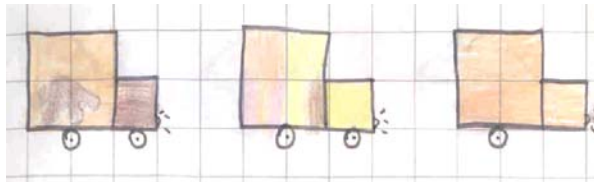
Não digo, naturalmente, que me converti naquilo que hoje sou apenas devido a tua influência. Isso seria muito exagerado (e até me sinto atraído para essa exageração). É muito possível que também não teria chegado a ser o tipo de homem que tu pretendes, mesmo se tivesse ficado inteiramente livre de tua influência durante o meu desenvolvimento. (...) Teria sido feliz tendo-te como amigo, chefe, tio, avô, e mesmo (embora já com certa hesitação) de sogro. Mas exatamente como pai era muito forte para mim, sobretudo porque meus irmãos morreram ainda na infância, as

irmãs vieram somente muito depois, pelo que eu tive que resistir completamente só o primeiro choque; para isso eu era muito fraco. (...)

(...) Eras talvez mais alegre, antes que os teus filhos, e sobretudo eu, te decepcionassem e deprimissem no lar (pois eras diferente, quando vinham pessoas estranhas) e pode ser que agora estejas novamente contente, já que recebes dos netos e do genro outra vez algo daquele calor que nós, teus filhos, com a exceção de Valli, não te pudemos dar. (...)

Eu era um menino medroso, mas certamente era também teimoso, como são as crianças; minha mãe terá me criado mal, mas não posso acreditar que fosse tão difícil conduzir-me, não posso acreditar que uma palavra amistosa, um silencioso segurar minha mão, com olhar bondoso não pudessem ter exigido de mim tudo o que se quisesse. No fundo, és um homem bondoso e terno (o que segue não há de contradizer isso, pois falo unicamente da aparência com que influías sobre o menino), mas nem todo menino tem a perseverança e a valentia de procurar muito tempo para chegar à bondade. Tu somente podes tratar um menino do mesmo modo como foste tratado, com força, ruído e iracúndia, e além disso isto te parecia muito apropriado para o caso, porque desejavas fazer de mim um rapaz forte e corajoso. (...)

//



MANIFESTAÇÕES DO ABUSO EMOCIONAL

A Balada do Cárcere de Reading

(...)

No entanto, cada um mata a coisa que ama

Que isso seja ouvido de todos

Uns fazem-no com olhar amargo,

Outros com uma palavra de lisonja,

O covarde o faz com um beijo,

O homem valente com uma espada.

Oscar Wilde

Lembro vivamente um acontecimento dos primeiros anos. Talvez tu também te lembres. Uma noite eu pedia em forma plangente, incessante, que me dessem água; certamente, não era pelo fato de eu ter sede, mas em parte talvez para incomodar e em parte para divertir-me. Depois de não ter surtido efeito algumas ameaças violentas, tiraste-me da cama, levaste-me à varanda e ali me deixaste um instante, em camisola, sozinho diante da porta fechada. Não pretendo dizer que isso era mau, talvez nesse momento realmente não se podia conseguir de outro modo tranqüilidade durante a noite, mas desejo tomá-lo como exemplo para caracterizar teus métodos educativos e a influência destes sobre isso. Sem dúvida, depois fui obediente, mas sofrera um trauma interior. Nunca pude estabelecer, em relação com minha natureza, a conexão correta entre o evidente para mim do absurdo "pedir água" e o extraordinariamente terrível de me levarem fora. Contudo, anos depois sofri diante da imagem atormentadora do homem gigantesco, meu pai, a última instância, que podia, quase sem motivo, vir de noite tirar-me da cama, levar-me à varanda, e que, portanto, até esse ponto eu nada significava para ele. (...)

Lembro, por exemplo, quando nos despíamos juntos em uma cabina. Eu, fraco, débil, enxuto; tu, forte, grande, amplo. Já na cabina sentia-me lamentável, e não somente diante de ti, mas diante de todo o mundo, pois eras para mim a medida de todas as coisas. Mas quando saíamos da cabina e íamos entre o povo, eu seguro pela tua mão, um esqueleto pequeno, hesitante, descalço sobre as tábuas, com medo da água, incapaz de imitar os teus movimentos ao nadar que, com boa intenção, mas na realidade

para minha profunda vergonha, repetias constantemente para ensinar-me, então sentia-me fundamente angustiado, e todas minhas experiências desalentadoras em todos os campos, nesses momentos, coincidiam perfeitamente. Preferia que te desvestisses primeiro e eu ficar sozinho na cabina, retardando a vergonha de minha apresentação pública até que, por fim, vinhas buscar-me e tiravas-me dali. Agradecia-te o fato de não pareceres notar minha angústia e também estava orgulhoso do corpo de meu pai. Por outro lado, ainda hoje persiste essa diferença entre nós.

A ela correspondia, além do mais, o teu poderio espiritual. Tinhas chegado tão alto pelo teu próprio esforço que tinhas confiança ilimitada em tua opinião. Isto foi para mim, como criança, ainda menos fascinante que o que foi mais tarde para o jovem em desenvolvimento. De tua poltrona governavas o mundo. Tua opinião era correta; qualquer outra, absurda, exagerada, louca, anormal. Com tudo isso, era tão grande tua confiança em ti mesmo que não precisavas ser conseqüente e, contudo, não cessavas de ter razão. Podia acontecer também que não tivesses opinião alguma sobre um assunto; então, todas as opiniões que sobre o referido assunto fossem possíveis devem estar erradas sem exceção. Podias, por exemplo, despauterar contra os tchecos, depois contra os alemães, depois contra os judeus, e não de modo seletivo, mas em qualquer sentido, e por fim não se salvava ninguém mais do que tu. Representaste para mim todo o mistério que possuem todos os tiranos, cuja razão se funda em sua pessoa e não no pensamento. Ao menos assim me parecia.



Facetas de uma só agressão

Várias expressões identificam a violência psicológica. Ela também pode ser chamada de *abuso, agressão, maltrato, tortura*, de ordem *psíquica, moral* ou *emocional*, termos que, por vezes, adquirem significados díspares para diferentes autores. Palavras, gestos e olhares são os meios pelos quais esse mal, tão pouco debatido na sociedade brasileira, pode se manifestar.

Segundo a psicóloga Maria da Graça Padilha, a violência psicológica ocorre quando um indivíduo faz com que outro se sinta humilhado e desqualificado e tenha, conseqüentemente, seu autoconceito e auto-estima rebaixados. "A grosso modo, são situações em que a pessoa acaba se sentindo menos do que a outra", diz a psicóloga. Isso pode se dar entre pais e filhos, entre casais, amigos, empregadores e empregados, etc.

Quando ocorre no ambiente escolar, tal tipo de abuso vem sendo chamado de *bullying* – *intimidar, ameaçar*, em inglês. "Nesses casos, uma criança ou um adolescente é pego para ser 'crucificado' – é aquele que todo mundo coloca apelido e do qual todos tiram sarro", segundo Maria da Graça. Ainda sobre o *bullying*, Lauro Monteiro Filho, presidente da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (Abrapia), acrescenta: "Em geral, são situações de maus-tratos, opressão e humilhação que acontecem entre as crianças."

Dentro de casa, porém, é onde a agressão psicológica pode se manter por mais tempo oculta. Nessa esfera, é comum ela se dirigir aos pequenos, quando diversas vezes assume uma "máscara de educação", como diz a francesa Marie-France Hirigoyen, psiquiatra, psicanalista e psicoterapeuta de família.

Ao perceber que Eduardo estava com problemas de aprendizagem, a escola onde o garoto estuda solicitou uma consulta à psicóloga da unidade de saúde. Durante suas conversas com Eduardo, essa profissional descobriu que o pai do menino o chamava constantemente de burro, idiota, incompetente. Dizia, ainda, que Eduardo não prestava para coisa nenhuma e que não fazia nada direito. O garoto acabou assumindo como verdade todos os insultos, e sua auto-estima foi diminuindo cada vez mais. Conseqüentemente, o rendimento escolar de Eduardo decaiu. A psicóloga, então, chamou o pai para orientá-lo quanto aos malefícios do tratamento dispensado ao garoto. Foi aí que ela descobriu que o pai amava o filho, mas o depreciava por acreditar ser essa a maneira certa de educá-lo.

Segundo a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, citada por Marie-France, caracterizam-se como maus-tratos psicológicos a violência verbal, os comportamentos sádicos e desvalorizadores, a rejeição afetiva. E ainda: as exigências excessivas ou desproporcionais em relação à idade da criança e as ordens ou injunções educativas contraditórias ou impossíveis.

De uma forma mais detalhada, a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) também classifica na categoria em questão os castigos exagerados, as recriminações, a culpabilização e as ameaças. Inclui-se nesse rol, ainda, o uso da criança como intermediário de desqualificação mútua entre os pais em processos de separação ou como objeto de descarga emocional; o clima de violência entre os pais; o isolamento em função de mudanças freqüentes ou de proibições de convívio social; e o uso inadequado do indivíduo como objeto de gratificação, não permitindo a ele independência afetiva.

A obra *Violência Psicológica Doméstica: Vozes da Juventude* (Ieditora, 2001), de autoria das pesquisadoras da área Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira de Azevedo Guerra, apresenta considerações significativas a respeito das formas de abuso moral. O livro cunha, entre outras atitudes, a corrupção como uma manifestação da agressão psicológica. Ela se evidenciaria na prática de ensinar uma criança a servir interesses de terceiros em vez dos dela próprios, de levá-la a aceitar idéias ou comportamentos proscritos por lei e de explorá-la material ou financeiramente.

“‘Maria 7’ – 10 anos – Alta Floresta

Menina Franzina, aparentando entre 6 e 7 anos de idade, desnutrida, pele pálida e amarelada, segundo ela, pelos vários ‘ataques’ de malária que teve no garimpo.

Há três meses em orfanato de freiras, foi trazida para a cidade por um garimpeiro em sua última crise de malária. ‘Achou que ela ia morrer.’

A responsável pelo orfanato diz que foi trazida por seu último dono, garimpeiro da região próxima daquela cidade, no norte do Mato

Grosso, que a adquiriu em leilão, não por preço muito alto, pois era muito magrinha e pequena, já 'trabalhando' desde os 6 anos. Foi levada para o garimpo por uma tia com quem morava desde os 4 anos, quando sua mãe a abandonou. Não conheceu o pai. A tia, prostituta e alcoólatra, a obrigava a manter relações sexuais com seus fregueses, para aumentar sua clientela. Tem marcas de cortes e pequenas queimaduras de cigarro pelos braços e costas. Diz que a tia era muito nervosa e quando bebia, perdia a cabeça. Retirada do hospital após denúncia, pelo Juizado de Menores, passou a morar no orfanato, onde está aprendendo a costurar e bordar. Segundo a responsável, Maria 7 não lhe dá problemas e é muito quietinha, só chora à noite de vez em quando. Ela acha que é por medo de escuro..." (Caso real contado pela pediatra Luci Pfeiffer Miranda em sua monografia de conclusão do Curso de Pós-Graduação em Adolescência da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR)

Da mesma forma, o ato de aterrorizar – que consiste em inspirar em uma pessoa sentimentos de medo extremo, forçá-la a algo por meio de intimidação, pôr ou ameaçar de pô-la em lugar inapropriado ou perigoso – é visto pelas autoras como uma agressão emocional, bem como a indiferença. Esta última ocorreria quando o responsável pela criança não se dirige a ela, a não ser em caso de necessidade, e ignora suas carências no plano mental.

Freqüência e banalização

"As denúncias mais comuns de violência psicológica que nos chegam são de pessoas, principalmente de vizinhos, que alegam que a mãe ou o pai grita muito com a criança, fala muitos palavrões, ameaça matar ou bater", diz Maria Elizabeth Biela, presidente do Conselho Tutelar do Portão. Mas nem sempre gritar, xingar e ameaçar são atitudes encaradas como

formas de agressão, sendo consideradas, em diversos lares, como legítimas mesmo por aqueles que as sofrem.

Instigados a apontar que atos consideravam violentos em um núcleo familiar, muitos jovens curitibanos entrevistados por uma equipe coordenada por Ana Luísa Fayet Sallas, socióloga e professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), não caracterizaram como manifestações de violência as discussões. Comuns em suas famílias, elas são entendidas como sendo "normais", segundo registro feito por Ana Luísa no livro *Os Jovens de Curitiba: Desencantos e Esperanças, Juventude, Violência e Cidadania* (Unesco, 1999). Um trecho de um dos relatos colhidos pelos pesquisadores exemplifica bem a situação: "É, bate-boca, briga, assim uma chineladinha de nada, é uma coisa que nós consideramos normal, faz parte mesmo."

A gradação, estabelecida a partir de 900 entrevistas realizadas, dos atos considerados mais violentos em uma família para os menos, foi a seguinte: em primeiro lugar, figuram as agressões físicas entre os pais, seguidas pelas agressões físicas entre pais e filhos, filhos humilharem pais, agressões físicas entre mães e filhos, pais humilharem filhos, agressões físicas entre irmãos e, finalmente, discussões entre pais e mães e discussões entre filhos.

Fábio estuda em uma escola pública de uma região da cidade que vem se destacando pelo número crescente de casos de violência e situações envolvendo o uso de drogas. Em determinado período, o menino desapareceu das aulas. Após uma semana de sumiço, a pedagoga da instituição entrou em contato com a família, para saber o que estava acontecendo. Por meio de um telefonema, descobriu que Fábio estava sob os cuidados de um vizinho porque seus pais haviam sido presos. Quando voltou a frequentar a escola, o menino trouxe, todo orgulhoso, o jornal com a foto do pai e da mãe para mostrar aos colegas.

Na opinião de Maria Elizabeth Biela, a sociedade em geral não vê a violência psicológica como uma agressão, de fato. "Ela é vista como algo normal, que faz parte do dia-a-dia das pessoas, infelizmente", destaca.

Segundo a conselheira, isso é constatado com frequência durante os atendimentos feitos pelo conselho. “Quando você vai tentar encaminhar um pai para um tratamento psicológico por causa de palavras agressivas dirigidas ao filho, ele responde: ‘Eu não sou louco, eu não preciso disso.’ É diferente de quando você pega um laudo de agressão física. Aí o responsável aceita, porque sabe que há um documento que prova que houve maus-tratos. Agora, na violência psicológica não: o pai diz que isso não acontece; que na verdade ele apenas coloca limites no filho; que aquilo faz parte da educação que ele, como pai, tem obrigação de dar..”, conta Maria Elizabeth.

Um estudo, mencionado pela psicóloga e professora da UFPR Paula Gomide, demonstrou como a criança pequena percebe o abuso psicológico. Para a execução da pesquisa, foram selecionadas cinco modalidades desse tipo de violência: o excesso de destituição de privilégios, a retirada inapropriada de diversão, o tratamento diferencial entre irmãos, o abuso de poder e a humilhação pública. Quem atribuía pesos a elas era um grupo formado por 27 meninos e 30 meninas, cuja idade variava de 4 a 6 anos. “O tratamento diferenciado entre irmãos foi a prática considerada mais injusta por aquelas crianças, mais do que o abuso de poder e a humilhação pública. Por outro lado, a privação de privilégios e diversão foram vistas como as atitudes menos injustas”, conta Paula.

A psicóloga também relata que a classificação variou de acordo com o sexo, idade, número de irmãos e classe social dos garotos entrevistados. “A maioria dos que eram de famílias grandes, por exemplo, considerou mais injusto o tratamento desigual entre irmãos. Já as meninas e as crianças com menos irmãos julgaram a ameaça de bater como a pior prática de seus responsáveis.”

Classificação da violência

Gabriela dizia para a psicóloga que apanhava todos os dias, mas não apanhava. Na verdade, a vítima de violência física em sua casa era a mãe, que sofria nas mãos do marido. Gabriela, no entanto, não estava mentindo. Na cabeça da menina, era como se ela estivesse apanhando junto.

Alguns profissionais diferenciam duas modalidades de agressão psíquica: a *ativa* e a *passiva*. A primeira, segundo o psicólogo e assessor psicopedagógico Marcos Meier, é aquela em que se agride o emocional de alguém de uma forma intencional. "Isso acontece quando o adulto xinga, reclama muito, humilha", esclarece o psicólogo. A passiva, por sua vez, é mais bem caracterizada como uma espécie de negligência dos cuidados afetivos, de acordo com Meier. "É o caso daquela criança que discutiu com o colega e, ao chegar em casa, tenta compartilhar sua dor mas não encontra ninguém para isso. 'Mãe, hoje aconteceu tal coisa.' Quando começa a contar, a mãe fala assim: 'Ah, deixa! Isso aí passa. Outra hora a gente vê.' Ou, então: 'Esse negócio você fala com o seu pai.'"

Sylvia Evrard, psicóloga de algumas unidades de saúde de Curitiba, inclui na conceituação da agressão moral passiva os atos de violência apenas presenciados pela criança ou adolescente. "Às vezes a criança, por estar muito envolvida com a situação, não diferencia o fato de a violência dirigida a outros não ser praticada contra ela", afirma Sylvia. É Maria Elizabeth quem exemplifica o comentário desta psicóloga: "Aqueles situações em que o pai e a mãe brigam muito na frente da criança significam uma violência muito séria para ela." O fato de ver dois seres muito amados discutindo e trocando ofensas é uma experiência dolorosa para os filhos e capaz, segundo a conselheira, de causar alterações graves de comportamento nesses espectadores.

Helena, de 10 anos, é a cara da mãe. Seus irmãos, por outro lado, lembram muito o pai e, por isso, continuam tendo o carinho dele até hoje. A menina, porém, não reconhece o pai amoroso de antes. Há dois anos, ele e sua esposa começaram a ter problemas conjugais. Desde então, Helena não consegue mais se aproximar do pai. Sempre que tenta, ouve: "Vai pra lá", "Não quero você perto de mim". O casal se mantém unido por causa dos filhos. Em uma conversa com a pedagoga, solicitada pela escola de Helena, o pai contou que, além de não sentir mais amor pela companheira, detesta olhar para a menina. Por ser muito parecida com a mãe, Helena acaba sendo vítima desse mesmo ódio. "Não suporto ela do meu lado ou no meu

colo”, disse ele certa vez à pedagoga. “Quando olho para ela parece que estou olhando minha mulher.” Com o emocional abalado, a garota nem sequer tem controle sobre suas necessidades fisiológicas.

Uma classificação um pouco diferente é feita por Marie-France Hirigoyen em seu livro *Assédio Moral – A Violência Perversa no Cotidiano* (Bertrand Brasil, 2002). A psicoterapeuta defende que a agressão psicológica “pode ser indireta e atingir a criança apenas por tabela, salpicando-a de lama, ou pode visar diretamente a uma criança que ela busque anular”.

Na maior parte dos casos, o primeiro tipo de abuso mencionado seria, a princípio, dirigido ao cônjuge. Sem obter êxito, porém, ele se voltaria para os filhos do casal. “As crianças são vítimas por estarem ali e se recusarem a dessolidarizar-se do pai ou da mãe visado. São assim agredidas enquanto filho do outro”, afirma Marie-France.

Já a violência direta ocorreria quando a criança é agredida por um adulto que, consciente ou inconscientemente, se sente incomodado por sua presença. Para se preservar, esse agressor opta por “destruí-la interiormente”, utilizando a justificativa de que age assim pelo bem da vítima, a qual se encontra nessa situação por não ter sido desejada ou por não corresponder ao modelo idealizado por quem a maltrata.

A mãe de Isabela sempre foi muito vaidosa. Quando ela e o pai da garota se separaram, Isabela estava na adolescência. Nessa época, a menina sofria com problemas de obesidade. Mesmo freqüentando academias, não conseguia perder peso. Diante dessa situação, sua mãe dizia: “Olhe pra mim; eu consigo emagrecer.” Se a adolescente comprava uma roupa de tamanho 42, a mãe adquiria uma peça do mesmo modelo com numeração 36 e provocava: “Veja como eu cuido do meu corpo melhor do que você.” A partir de determinada época, a mãe também começou a freqüentar os mesmos pontos de encontro entre a filha e seus respectivos amigos, na tentativa de, cada vez mais, estabelecer uma relação de competitividade com a garota.

A ida de Isabela ao terapeuta foi idéia da mãe, mas não por perceber que seu próprio comportamento era extremamente prejudicial à filha. A seu ver, toda a angústia que a garota vinha sentindo devia-se ao fato de os pais terem se separado recentemente. Apenas a isso.



Pois bem, com freqüência surpreendente tinhas na realidade razão contra mim. Na conversação era natural, pois quase nunca se tornava possível o diálogo, mas também a tinhas na realidade. Contudo, tampouco isto era particularmente incompreensível; eu estava em todos os meus pensamentos sob tua poderosa pressão, inclusive também naqueles que não concordavam com os teus, e especialmente nestes. Todas as idéias, na aparência independentes de ti, desde o princípio tinham o peso de tua opinião decisiva; mantê-las até o completo desenvolvimento e persistente era de fato impossível. Não me refiro aqui a quaisquer pensamentos elevados, mas a cada pequena tentativa da infância. Bastava estar satisfeito por algum motivo, sentir-se inundado por ele, chegar a casa e exprimi-lo, para que a resposta fosse um suspiro irônico, uma sacudidela de cabeça, um tamborilar dos dedos sobre a mesa: "Já vi algo mais lindo", ou "Tuas preocupações me deixam comovido", ou "Não tenho uma cabeça tão ajuizada", ou "Procura comprar alguma coisa com isto", ou "Que acontecimento!". Naturalmente, não se podia exigir entusiasmo para cada ninharia infantil, quando vivias envolto nas preocupações e problemas. (...) A coragem, a decisão, a segurança, a alegria disto e daquilo não permanecia até o fim, quando tu te opunhas ou mesmo quando meramente podia imaginar-se tua oposição, e podia-se imaginá-la sem a mínima dúvida diante de quase tudo o que eu fizesse.

Isto se referia tanto aos pensamentos como aos homens. Bastava que tivesse algum interesse por uma pessoa (coisa que acontecia raramente, devido ao meu caráter) para que tu, em seguida, sem consideração alguma para com meus sentimentos nem respeito pela minha opinião, te intrometesses com insultos, difamações e chistes. Pessoas inocentes, infantis, como por exemplo o ator judeu Löwy, tinham de sofrer isso. Sem conhecê-lo, comparavas-o de modo espantoso, que já esqueci,

com animais, e quantas vezes usavas em forma automática o axioma do cachorro e das pulgas, referindo-se a pessoas que me eram caras! Lembro perfeitamente o caso do ator, porquanto anotei naquela oportunidade a observação seguinte, por motivo de tuas manifestações: "Assim fala meu pai a respeito de meu amigo (ao qual nem mesmo conhece), apenas porque é meu amigo. Isto sempre poderei reprovar-lhe quando ele me censure pela falta de gratidão e carinho filial." Era para mim incompreensível tua absoluta insensibilidade pelo prejuízo e dor que podias causar-me com essas palavras e opiniões; era como se não tivesses consciência do teu poder. Com segurança, eu também te feri com palavras minhas, mas então eu o sabia e isso me causava dor, mas não podia controlar-me, não podia reter a palavra, arrependia-me ao mesmo tempo em que a dizia. Mas golpeavas com tuas palavras à direita e à esquerda, nada te inspirava piedade, nem nesse momento nem depois; diante de ti ficava-se inteiramente indefeso.

Mas essa era a tua maneira de educar. (...)

III



A HISTÓRIA DE JOANA

Meu nome é Joana e tenho 23 anos. Até uns 18 anos, tinha muita vontade de me matar e não sabia por quê. Só depois é que acabei percebendo que, se você escuta durante a vida inteira sua mãe dizendo “Maldita a hora em que você nasceu!”, “Maldita a hora em que eu abri as pernas pro seu pai!”, não há mesmo como gostar da vida. Todo mundo sabe que minha mãe não me queria. Pra ela, foi algo muito complicado ter engravidado aos 42 anos. E, ainda por cima, de um padre.

Meus pais nunca me contaram direito como foi que se conheceram. O que eu sei é que ele, que era de outra cidade, a encontrou aqui, durante uma de suas missões. Quando ele fala “missões”, imagino que vinha de porta em porta, que o jeito de a Igreja se aproximar das pessoas era diferente – não devia ser só essa coisa de o fiel ir até ela. Minha mãe, que já tinha sido casada, estava separada do marido nessa época. Mas, por não ter pra onde ir, continuava morando com ele. Foi meu pai, então, que a ajudou a se mudar.

Até os meus 3 anos, ele vinha bastante pra cá. Imagino que ficava um mês aqui e ia embora; ficava mais um pouco e ia embora. Um dia se foi e não veio nunca mais, porque minha mãe disse que não queria se casar de novo. Nosso contato, então, passou a ser apenas por carta, até nos meus aniversários. Os telefonemas eram só muito de vez em quando. Foi aí que eu comecei a ter problemas. Virei uma criança superteimosa, com dificuldades na escola.

Quando eu tinha uns 8 anos, essa história de meu pai viver mandando carta e não aparecer começou a me encher o saco. Nessa fase, sentia

muito a sua falta e perguntava demais por ele pra minha mãe. Foi aí que ela me contou que meu pai era padre.

O padre

Meu pai é de uma família com muitos irmãos. Por vontade da mãe deles, um teria que ser padre, porque na época era lindo ter um filho dentro da Igreja. Por isso, desde criança ele já freqüentava esse espaço. Dizem que é uma pessoa muito boa... E até tem cara de bonzinho mesmo. Eu poderia continuar acreditando nisso até hoje, não fosse o grande erro que ele cometeu: não saber me separar dos problemas dele com a minha mãe.

Meu pai tinha 55 anos quando a conheceu. Segundo ele, foi a primeira vez em que se apaixonou, e de uma maneira muito forte. Mas não sei se é verdade, né?! Diz ele que precisou até freqüentar psicólogo pra não enlouquecer. Os dois só não se casaram porque a minha mãe, afirmando não gostar mais dele, recusou.

Pelas fotos, vejo que até os meus 3 anos a gente tinha um relacionamento normal, de pai e filha. Depois disso, só voltamos a nos encontrar quando fiz 15 anos. Foi muito estranho: após tanto tempo, ele veio pra cá, ficou apenas dois dias e partiu.

Cartas

Várias cartas de meu pai joguei fora, de raiva. Nelas, ele sempre dizia que me amava muito. Mas, em um momento, comecei a me perguntar: "Como é que ele me ama tanto se nem me conhece?" Então, resolvi escrever contando como eu era, querendo que ele valorizasse as coisas que eu estava conquistando. Só que daí as respostas também começaram a me aborrecer: pra ele tudo era lindo, maravilhoso e sempre terminava com um "Deus te abençoe". Além disso, pra variar, dizia toda vez que estava muito ocupado, tentando justificar a ausência e a falta de tempo para me dar atenção. Daí, percebi que não adiantava ficar forçando a barra.

Cumplicidade clerical

Várias pessoas da Igreja sabem da minha existência. Quando eu ligava pra lá, alguns eram uns amores. Outros, muito estúpidos. Aliás, foi alguém alto lá de dentro que deu dinheiro pro meu pai comprar essa casa onde eu e minha mãe vivemos.

Depois que meu pai foi embora, um dos padres mandou uma carta muito foda pra minha mãe, que guardo até hoje. Nela diz assim:

“Prezada Lorena,
recebi sua carta de 24 do 10 e espero que esta a encontre bem juntamente com sua filha. Quanto a seu pedido de ajuda, creio que na última vez em que lhe escrevi comuniquei-lhe que tinha sido decidido enviar-lhe mensalmente a quantia de um salário mínimo, como contribuição para o sustento de sua casa. Esse salário será reajustado automaticamente obedecendo aos índices de reajuste do governo. Por isso, agora em novembro, a partir do decreto governamental, você receberá a ajuda já reajustada. De fato, já deixei de ser provincial. Mas o novo provincial manterá essa contribuição – não por se sentir responsável diretamente pela criança, uma vez que não me consta que você tenha sido violentada, e também pela decisão de não constituir família não partir de nós, mas de vocês dois. Por isso, essa ajuda será dada de boa vontade enquanto pudermos confiar em sua discricão em relação às outras pessoas e na opção que você e Maurício tomaram de cada um construir independentemente a sua própria vida, sem novos envolvimento ou exigências mútuas. Caso contrário, não teria sentido a ajuda que estamos oferecendo. Compreendemos suas necessidades, mas não podemos aceitar de forma alguma que nos julgue responsáveis pelas ações de duas pessoas adultas e livres, nem pela consequência de tais ações. Dentro dessas condições, você pode contar tranquilamente com a ajuda assim estabelecida, e caso haja algum atraso, descontinuidade ou falta de reajuste legal, por favor comunique-se logo comigo ou com o padre Néilson.

Desejando-lhe paz, saúde e a benção de Deus, um abraço do padre Otávio.”

Ajuda financeira

Além da casa onde moro, ganhamos da Igreja um salário mínimo mensalmente – o que, segundo meu pai, já é mais do que justo. Entretanto, os reajustes determinados pelo governo muitas vezes não foram repassados pra nós. Quando isso acontecia, minha mãe ligava pra lá, e tanto meu pai quanto os outros diziam que “iriam ver”. Daí enrolavam, enrolavam, e ficava sempre nessa. Até um tempo atrás, um salário mínimo era alguma coisa, mas hoje em dia não é nada. A gente tem dificuldade pra comprar comida, material de estudo, vale-transporte... Só não é pior porque o ex-marido da minha mãe, pai do meu irmão, nos ajuda.

Quando eu tinha 18 anos meu pai veio pra cá e deixou 3 mil reais. Parte desse dinheiro – 500 reais – minha mãe pegou, sem me pedir, e comprou uma máquina de costura. Fiquei puta com isso! Ele nunca tinha me dado nada; no dia em que dá, ela vai lá e pega! O restante acabei gastando com roupa, aspirador de pó, mensalidade de cursinho...

Com 20 anos passei no vestibular da Pontifícia Universidade *Católica*. Liguei, então, pro meu pai, pra ver se ele conseguia uma bolsa ou qualquer outra coisa. “Vou ver, minha filha”, foi a resposta. Liguei dois dias depois, e ele não tinha feito nada, mesmo sabendo que o prazo de matrícula se encerrava naquela mesma semana. Daí, meti a boca, e ele desligou o telefone na minha cara (ele é bem cagão. Quando quero discutir, bate o telefone na minha cara). Falei: “Quer saber? Chega! Encheu o saco!” Daí, nunca mais falei com ele e fui estudar em outra faculdade, que o ex-marido da minha mãe começou a pagar integralmente pra mim.

De lá pra cá, meu pai já falou com a minha mãe, perguntou como é que eu estava, mandou carta, mas eu não quis mais saber. Quanto mais me aproximava, mais me magoava! Só que, pela indiferença, até hoje acho que ele não sentiu muito. E olha que já faz três anos! Independentemente de qualquer coisa, acho que ele deveria telefonar pro

pai do meu irmão e perguntar: “Posso te ajudar com as despesas?”, “Você olha ela por mim?” Mas nunca!

Pra conseguir dinheiro, tive que correr atrás. Desde os 15 anos trabalho informalmente. Já fiz panfletagem, cuidei de criança em festinha, fiz recepção em hotel e mais um monte de coisa pra me virar. O engraçado é que, mesmo com a grana curta, minha mãe e o pai do meu irmão não queriam que eu trabalhasse de jeito nenhum. Ela, que nunca trabalhou fora – por ter sido criada pra casar e ser dona de casa –, dizia que ficar de pé atrás de balcões dava varizes. Ele, por outro lado, queria porque queria que eu me dedicasse só aos estudos, chegando a me oferecer dinheiro pra me convencer disso.

Quase pai

Minha mãe me conta que o ex-marido dela foi a primeira pessoa pra quem ela disse que estava grávida. A impressão que tenho é que eu fui a filha que ele não teve, porque ele sempre teve paixão por mim. Uma época, até, ficava pensando: “Meu Deus, será que meu pai é o padre mesmo?” Ficava viajando na maionese, porque pra mim era tudo muito confuso.

Todas as coisas o que o pai do meu irmão fez por mim até hoje foram de bom coração. Só que ele é alguém complicado, que nunca conseguiu me dar muito afeto. O jeito de amar dele foi cobrando dedicação aos estudos, que me pagou durante a vida inteira. A conversa comigo só girava em torno disso. Só que assim ele pegava justamente no meu calo, pois eu, por causa de todos esses problemas, sempre tive dificuldade de estudar. Não que eu fosse uma péssima aluna... Mas eu não conseguia ser do jeito que ele queria.

De uns tempos pra cá, comecei a cutucá-lo: “Você não sabe nada da minha vida, porque só pergunta se eu estudo. Você não quer saber se sou feliz, se tenho amigos, o que mais fiz hoje?” Agora, a gente sai pra almoçar e ele me conta sobre a vida dele. Durante uma dessas conversas, descobri que ele tinha uma mulher fazia 16 anos. Mas como é uma pessoa completamente isolada, ninguém sabia disso.

O irmão

Quando eu nasci, fui rejeitada até pelo meu irmão, que tinha 18 anos. Na maternidade, dizem que ele ficava em um canto, sem nem olhar pra minha cara. Mas acho que isso passou rápido, porque o meu irmão é muito coração mole, sabe? Hoje, com 40 anos, ele é outro problemático. Jubilou a faculdade de Engenharia, frustrando as expectativas do pai dele. Depois, terminou um namoro por causa de uma religião a que ele aderiu e nunca mais se relacionou com ninguém. Hoje, mora sozinho e não sai, não faz nada. Acho que tem depressão, assim como eu.

Laços maternos

Eu e minha mãe nunca nos demos bem. Só agora, que tenho 23 anos, é que as coisas estão um pouco melhores. Ela era afetuosa, só que brigava demais – comigo e com todo mundo. Os vizinhos ficavam boquiabertos com o berreiro aqui em casa. Além disso, sempre me falou coisas muito pesadas: que eu era insuportavelmente teimosa, que não queria que eu tivesse nascido...

Ao mesmo tempo, como não tinha marido, não tinha ninguém, ela me sufocava – não me deixava respirar nem fazer nada. A vida dela era eu! Então, ia junto a passeios do meu colégio – eu morria de vergonha! Também me deixava altas vezes de castigo, mandava arrumar a cozinha, pra que eu não ficasse na rua com a minha turma, e isso, pra mim, era uma tortura. Ficava ouvindo todos fazendo zona lá fora e queria estar junto, porque amava estar com eles. Nem sei se a atitude dela foi saudável ou não, se ela tinha razão. Mas, pra mim, aquilo era muito forte, porque eu não tinha ninguém e ela ainda queria me privar da convivência com os meus amigos. Parece que tinha vontade de colocar um vidro à minha volta. Com esse comportamento, fazia eu me afastar cada vez mais dela. Imagina: até os 15 anos eu dormia com ela, na mesma cama! Fui eu quem, sozinha, tive que desocupar um cômodo da casa, comprar uma lata de tinta e ajeitar um quarto pra mim.

Depois do meu pai, minha mãe nunca teve outra pessoa. Eu queria muito que ela tivesse um namorado, mas a religião dela não permite nada – só casando. Além disso, tem problemas em relação a sexo. Esses dias me contou que nunca sentiu prazer. Mas não dá pra falar muito sobre isso com ela.

Abuso sexual

Quando eu tinha mais ou menos 10 anos, minha mãe colocou uma pessoa pra morar aqui que fazia parte do grupo religioso que ela e meu irmão freqüentavam, dos seguidores da Gnose. E ele tentou me agarrar! Ficou pegando em mim... O cara estava me passando a mão e eu não sabia o que fazer – não tinha reação. Daí, quando eu estava indo pro quarto da minha mãe, ele falou assim: “Não conte nada, tá?!” Isso aconteceu só uma vez, porque contei. Provavelmente, se eu não tivesse falado, ele iria chegar a fazer coisa pior.

Durante muito tempo, culpei minha mãe por isso, mas ela não tem culpa. É claro que errou colocando um desconhecido aqui dentro, mas é óbvio que não queria isso pra mim, né?! Minha mãe, coitada... Achava que todos nessa religião eram irmãos, todos eram bons, todos eram santos... O que, entretanto, continua me deixando magoada é o fato de ela não o ter denunciado. No outro dia, expulsou o cara da nossa casa, mas ao invés de levá-lo à polícia, deixou para a Gnose resolver. Porque eles achavam isso: se houvesse alguma coisa errada o grupo deveria resolver.

Mesmo depois disso, minha mãe cedeu, mais tarde, um quartinho anexo à nossa casa para um cara em troca da limpeza do jardim – esse não fazia parte daquela religião. Ele era muito sem-vergonha! Sério! Um dia cutucou minha bunda... Mas foi só isso. Ainda bem que não aconteceu nada.

Isolamento

Lembro, da minha infância, que chorava muito por me sentir sozinha. Além de o meu pai ter me deixado e eu morar somente com minha mãe, não conhecia ninguém da família de nenhum dos dois, a não ser uma meia-irmã da minha mãe. Meu irmão morava em Joinville e só vinha de vez em quando. Então, quando aparecia gente na minha casa, ficava chorando, querendo que as pessoas não fossem embora. O Natal sempre foi uma droga: era eu, minha mãe e meu irmão, só.

Minha avó materna estava com 23 anos quando minha mãe nasceu. Ela abandonou a criança ainda pequena, porque se casou de novo; dessa união, teve mais quatro filhas. Minha mãe acabou sendo criada pelo pai, que também tinha, de um relacionamento anterior, outros dois filhos – um deles é essa meia-irmã, que hoje tem 91 anos, mora no Rio de Janeiro e cuja família conheço desde pequena.

Meu avô tinha grana e pôde dar tudo a minha mãe, tratá-la como uma princesa. Isso acabou causando muita inveja e provocando o distanciamento dela das irmãs por parte de mãe, que eram mais humildes. Na adolescência, comecei a encher muito o saco da minha mãe para conhecê-las. Daí, de tanta insistência, quando eu tinha 18 anos ela acabou indo atrás das irmãs. Foi ótimo! Minhas tias me adoraram!

Do lado do meu pai, as coisas foram bem diferentes. Assim que comecei a questionar a respeito da família dele, ele disse que não via motivo para aquilo e que não tinha por que eu a conhecer, já que quase não iria vê-la. Mesmo assim, me mandou uma foto dele com os irmãos. Na carta que veio junto, ele nomeou todos e, a certa altura, até comentou: “Tenho uma sobrinha que tem o seu nome.” E eu pensei: “Tá! E daí? Quer que eu ache o que disse?”

Dos 18 aos 19 anos, namorei um menino pelo qual fui extremamente apaixonada. Como eu não tinha família, não tinha nada, acabei dando a minha vida por ele. Um dia, o garoto terminou comigo. Fiquei supermal! Na mesma época, não tinha passado no vestibular, minha mãe tinha sido operada... Foi tudo junto.

No desespero, liguei para uma irmã do meu pai, que vive na mesma cidade que ele. Esse contato era para que, quando precisasse, pudesse

achá-lo. Liguei e, assim como nas outras vezes, disse: "Posso falar com o padre Maurício? Aqui é uma amiga dele." Começamos, então, a conversar, e ela me convidou para ir pra lá. Parecia até que estava adivinhando meus pensamentos! Mais do que depressa, comprei passagem, peguei minha mala e fui embora. Avisei apenas minha tia que mora no Rio.

Ao chegar lá, contei quem eu era de fato. Pra minha surpresa, ela me recebeu muito bem – disse que se fosse antes não aceitaria, mas que agora já tinha consciência de que nem sempre as coisas são do jeito que a gente quer. Contou, também, que a família inteira achava que meu pai era um santo e que nunca ninguém imaginou que ele poderia ter uma filha. Depois, me deu presente, passeou comigo pela cidade... Foi um amor! Dessa vez não encontrei meu pai. Fomos nos ver somente alguns meses depois, quando tornei a ir pra lá. Daí ficamos nós três – eu, ele e minha tia – passeando.

Este ano, durante um período em que eu estava muito angustiada, procurei de novo pela minha tia. No dia em que liguei, porém, ela não estava em casa. Quem atendeu foi a empregada, que me deu o telefone de um primo meu. Contei toda a minha história pra ele, que se dispôs a me ajudar no que fosse preciso. Através dele, tive acesso aos e-mails de todo mundo na família. Hoje, vários parentes do meu pai já sabem da minha existência. Algumas até trocam mensagens comigo pela internet.

Ausência de registros

Do período em que meu pai ainda vinha pra cá, tenho várias fotos. Depois que ele foi embora, muitos anos da minha vida passaram sem registro. Da fase dos 3 aos 8 ou 10 anos, apareço apenas em uma foto tirada no aniversário de uma amiguinha – eu era uma das que cantava "parabéns". Não sei por que, mas minha mãe parece realmente não ter interesse por esse tipo de coisa. Uma vez, ela foi para a casa de umas pessoas, em um lugar distante, é só trouxe fotos de animais. Por isso é que, há alguns anos, comprei uma máquina pra mim – assim tiro quantas fotos eu quiser, a qualquer hora e em qualquer lugar.

Terapia

Ainda criança, eu já tinha freqüentado psicólogo, mas nunca adiantou pra mim – sempre foram sessões torturantes. Era um saco! Eu saía delas mais angustiada ainda, chorando... Há alguns meses procurei, então, uma psiquiatra, porque não estava agüentando mais remoer os fatos do passado. O tempo todo me vinham à cabeça coisas ruins, inclusive aquelas que eu achava que já tinha esquecido. E a vontade de me vingar da minha mãe. Fiz ela sofrer na minha mão: eu a xingava, escrachava... Tinha muitos pesadelos também, praticamente todas as noites, com espíritos e outras coisas do gênero.

Na faculdade, briguei com a turma inteira. Daí, ficava direto na casa do meu namorado, virando noites pra fazer trabalhos, porque na minha casa não tinha computador. Além disso, queria ajudar o pai do meu irmão a pagar as despesas com o meu curso, mas não arrumava emprego. Quando consegui, trabalhava em um shopping. Começava na loja às 3h30, saía 10h, 10h15, chegava em casa às 11h, ia dormir meia-noite e tinha que acordar antes das 6h pra ir pra aula. Só agüentei um mês e meio nessa rotina. Isso tudo foi me estressando de um jeito... Comecei a ter verdadeiros ataques histéricos, de até quebrar coisas. De tão nervosa, não agüentava nem mais a minha sombra.

A médica, na hora, diagnosticou que eu era bipolar – tinha euforia e depressão. Agora que estou tomando remédios, estou gostando mais de mim, me sentindo mais confiante. Trabalhar com o que gosto, na área do meu curso, também está me ajudando bastante. Quando você está com depressão, acha que tudo é horrível. Assim que acaba, parece que te tiram uma venda dos olhos. É incrível o que acontece!

Religião

Não sinto falta de uma religião hoje em dia, exatamente por todo o sofrimento que passei com relação a esse assunto. Sempre rezei, mas isso nunca ajudou a resolver meus problemas. Por esse motivo, não creio em Deus, mas acredito que tudo é feito de energia, boa ou ruim. Quando

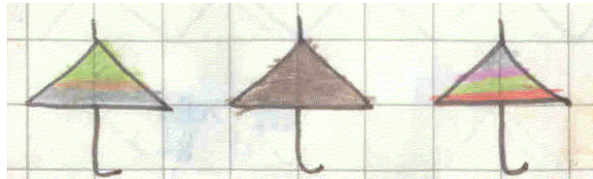
fui à igreja do meu pai, por exemplo, vi muitas pessoas acendendo velas, agradecendo... Acho que é isso que cria uma boa energia naquele lugar.

Futuro

Não amo meu pai nem minha mãe. Ela, eu poderia vir a amar, quando conseguir perdoá-la – ainda não perdoei, mas acho que estou no caminho. A partir do momento em que eu melhorar, não tem motivo para continuar culpando-a, alimentando isso. Agora... Meu pai nunca vou amar, porque o amor exige convivência. Além disso, não sei nada dele. O que sei é superficial. Por isso, quero mais é me aproximar das duas famílias, porque a isso tenho direito. Desejo, também, ficar mais próxima do pai do meu irmão, que eu acho uma pessoa boa e que talvez até precise da minha ajuda.

Filhos, não tenho vontade de ter. Afinal, quem disse que não vou fazer com eles o que meus pais fizeram comigo? Morro de medo que isso aconteça ou de, então, acabar mimando demais por algum sentimento de culpa. Se eu quiser ter um filho um dia, vou ter que estar muito bem preparada, pensar um milhão de vezes antes, pra poder criá-lo com responsabilidade.

IV



RETRATO FALADO DAS VÍTIMAS

Freudiana

(...) Eu era triste, nervosa e feia.

Chorona.

Amarela de rosto empalamado,

De pernas moles, caindo à toa.

Um velho tio que assim me via

- dizia:

- Esta filha de minha sobrinha é idiota.

Melhor fora não ter nascido!

Melhor fora não ter nascido....

Feia, medrosa e triste.

Criada à moda antiga,

- ralhos e castigos.

Espezinhada, domada.

Que trabalho imenso dei a casa

para me torcer, retorcer,

medir e desmedir.

E me fazer tão outra,

Diferente,

do que eu deveria ser. (...)

Cora Coralina

(...) Creio que possues talento educativo; a uma pessoa da tua categoria certamente lhe terias sido útil em sua educação; reconheceria a sensatez do que lhe disseses, não se preocuparia com nada e realizaria as coisas calmamente. Mas para mim, um menino, tudo quanto me gritavas era preceito divino, nunca o esquecia, assimilava-o como o meio fundamental para julgar o mundo, especialmente para julgar-te, e nisso fracassavas completamente. Como freqüentemente me achava reunido contigo durante as horas da comida, teu ensino em grande parte dirigia-se ao comportamento correto na mesa. O que se colocava sobre a mesa devia comer-se; jamais se permitia opinar-se sobre a qualidade da comida, mas com freqüência a consideravas intragável; tu a definias como "a droga"; a "besta" (a cozinheira) a estragara. Comias, devido ao teu apetite excelente, tudo com satisfação especial, rápido, quente e em grandes bocados, e por isso as crianças deviam apressar-se; na mesa reinava um silêncio sombrio, interrompido apenas por admoestações: "Primeiro, come, depois fala", ou "Mais rápido, mais rápido, mais rápido", ou "Não vêes, há muito que eu terminei". Os ossos não podiam ser separados com os dentes; por ti, sim; o vinagre não podia ser sorvido; por ti, sim. O principal era cortar o pão em fatias retas, mas era indiferente que tu o fizesses com a faca que picava salsa. Era preciso ter o cuidado de não caírem migalhas ao chão; ao término, a maior parte delas estava debaixo de ti. Na mesa só era permitido ocupar-se com a comida. Mas tu cortavas e limpavas tuas unhas, apontavas os lápis, fazias a limpeza das orelhas com palitos de dentes. Rogo-te, pai, compreende-me bem, estas teriam sido futilidades carentes de qualquer importância, que me deprimiam somente porque tu,

o homem tão significativamente decisivo para mim, não cumprias os preceitos que me impunhas. Por isso eu dividia o mundo em três partes: uma onde eu vivia, o escravo, regido por leis inventadas exclusivamente para mim, às quais, além do mais, e não sei por que não podia adaptar-me completamente; depois, um segundo mundo, infinitamente afastado do meu, no qual vivias tu, ocupado em governar, distribuir ordens e aborrecer-se porque não eram cumpridas; e por fim, um terceiro mundo, onde vivia o povo livre e alegremente, sem ordens nem obediência. (...)

Nos últimos anos atribuem-no ao nervosismo que te provoca uma doença cardíaca; não saberia dizer se antes foste diferente no fundo; em resumo, o nervosismo era um pretexto para exercer mais violentamente tua autoridade, pois o tomá-lo em consideração extinguiu nos outros a derradeira tentativa de contradição. Não é isso um reproche, é apenas a comprovação de uma realidade. (...) Confundes o assunto com a pessoa; é o assunto que te ataca, e o decides logo, sem escutar a ninguém; o que se alega depois apenas pode aumentar a tua irritação, mas nunca convencer-te. Apenas se ouve o que dizes depois: "Faze o que quiseres; de minha parte, és livre; és maior de idade; não tenho razões de dar-te conselhos", e tudo isso com esse tom de voz rouco e terrível, expressão de ira e de condenação total; diante dessa voz tremo ainda hoje, menos do que na infância apenas porque o sentimento de culpa inibitório da criança foi parcialmente substituído pela compreensão de nossa mútua impotência.



No alvo da violência

Segundo o manual de atendimento da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência, alguns quadros são capazes de predispor uma criança ou adolescente ao sofrimento de maus-tratos. Filhos que são fruto de uma gravidez não planejada, cujo sexo não corresponde ao desejado pelos pais ou que apresentam características físicas muito diferentes destes correm alto risco de se tornarem vítimas de várias modalidades de violência. Também estão expostas a esse risco as crianças hospitalizadas por grandes períodos ou que passam a maior parte

dos dias com outras pessoas, por terem o vínculo com seus pais prejudicado. O mesmo perigo ronda aqueles que são adotados, os que estão sob a guarda de seus responsáveis contra a vontade destes, os enteados, as crianças hiperativas ou sem limites, bem como os portadores de doenças crônicas ou deficiências. Ainda há que se atentar para as relações entre as crianças ou adolescentes e seus respectivos responsáveis quando a capacidade intelectual desses personagens e/ou suas perspectivas de vida são muito díspares.

Membro da Rede de Proteção, a pediatra Luci Pfeiffer Miranda explica que os indivíduos que se enquadram nas situações descritas estão sujeitos a passar por vários níveis de agressão cometida por seus cuidadores. De acordo com a médica, os tipos de violência executados serão decorrentes da culpabilização da criança ou adolescente pelo adulto e da conseqüente vontade do agressor de fazer sua vítima infeliz. "O filho que nasceu quando o casamento já não dava mais certo, de um companheiro de que sua mãe não gostava ou que, por qualquer outro motivo, veio na hora errada vai ser culpado por uma série de coisas. Todos os erros da vida vão ser atribuídos a ele."

Nessa circunstância, mesmo que a agressão se mantenha apenas na esfera psicológica, a criança precisa ser atendida urgentemente, segundo o psicólogo e assessor psicopedagógico Marcos Meier. "Ela tem que entender que o problema não está nela, mas em seus pais, na dificuldade que eles têm de lidar com a vida. É muito importante o atendimento vir o mais breve possível para que depois a vítima não reproduza isso, não acabe cometendo os mesmos erros que cometeram com ela própria", alerta. Além de estarem na iminência de reproduzir a agressão por que passaram, crianças e adolescentes emocionalmente afetados, de acordo com Meier, comumente têm problemas de aprendizagem, de compreensão, de apropriação de estímulos do ambiente, históricos, sociais e educacionais, entre outros – por não desenvolverem sua auto-estima.

Desde a adolescência Paulo já começou a mostrar uma personalidade muito diferente da de seu pai, um homem sedutor, daqueles que falam alto e bonito. Na verdade, o garoto não tinha a mesma popularidade que o pai perante o público feminino, o que causava

um grande desconforto ao mais velho da dupla. Intrigado com a incompatibilidade entre os dois, este comentava: "Você, do jeito que é, parece ter sérias dificuldades em relação à sua sexualidade." Ou: "Se você não fizer como eu, nunca vai conseguir namorada nenhuma." A cobrança excessiva feita pelo pai a respeito do comportamento que o adolescente deveria ter com as mulheres e o constante questionamento em relação à sua opção sexual fizeram com que Paulo, que sempre teve mau desempenho na escola, piorasse ainda mais seu rendimento. Os resultados ruins no colégio é que fizeram com que a família o encaminhasse para a terapia. Na tentativa de "ensinar" o filho a abordar as meninas, o pai tinha o hábito de se insinuar para as amigas do garoto, deixando-o extremamente constrangido e cada vez mais aflito. Um dia, então, resolveu mexer justamente com uma moça pela qual o rapaz estava interessado. Foi aí que a situação ficou mais crítica, provocando, inclusive, a troca de agressões físicas entre pai e filho. A constante desqualificação que sofreu dentro de casa em relação à sua virilidade e, ainda, à sua inteligência, fez com que Paulo, mais tarde, se separasse do pai. Morando sozinho em outro Estado, ele conseguiu, depois de lutar muito contra seus problemas emocionais, concluir um curso superior. Apesar de já estar levando uma vida social mais ajustada, o jovem, até o momento, não conseguiu alcançar seu maior sonho: realizar um grande feito profissional. No dia em que concretizá-lo, estará se libertando do título de intelectualmente impotente que seu pai, de forma velada, lhe atribuiu até hoje. Em contrapartida, seus relacionamentos amorosos podem nunca vir a corresponder ao padrão imposto pelo pai, já que, segundo a ex-terapeuta de Paulo, talvez o rapaz seja realmente homossexual.

Os distúrbios do crescimento e do desenvolvimento psicomotor, intelectual, emocional e social são sintomas das vítimas de abuso moral apontados pelo Guia de Atuação Frente a Maus-Tratos na Infância e na Adolescência. A publicação, elaborada por profissionais da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e do Centro Latino-Americano de Estudos de

Violência e Saúde Jorge Carelli (Claves), também lista outros indicativos para o diagnóstico dessa agressão. Figuram entre eles a instabilidade emocional, desvios de comportamento como a agressividade, a passividade e a hiperatividade, bem como a psicose, a depressão e as tendências suicidas, além da dificuldade de lidar com a sexualidade e de controlar as fezes e a urina. Luci Pfeiffer Miranda acrescenta à lista o isolamento, a baixa auto-estima e autoconfiança, a autodestrutividade, a irritabilidade constante ou choro sem causa aparente, a ansiedade exagerada, o surgimento repentino de dificuldades na fala, tiques ou manias, e os distúrbios alimentares.

Reflexo cerebral

Marcos Meier explica que as vítimas submetidas ao abuso moral quando pequenas também se distinguem das outras pessoas sob o aspecto neurológico. “Como na infância as estruturas neurais ainda estão em formação, as crianças agredidas vão formar seu cérebro perturbadas pelo excesso de neurotransmissores disparados no momento da violência”, afirma.

De acordo com uma pesquisa realizada pela Universidade da Califórnia (Ucla/EUA), divulgada em outubro de 2003, o efeito cerebral provocado pela rejeição – uma das formas pelas quais pode se manifestar a violência psicológica – pode ser o mesmo causado pela dor física. Essa foi a conclusão a que chegaram os pesquisadores depois de analisarem imagens feitas por ressonância magnética do cérebro dos 13 universitários que fizeram parte do estudo.

Para produzir essa análise, os pesquisadores utilizaram um jogo de computador, cujo intuito era fazer com que os estudantes se sentissem socialmente excluídos. Nesse programa, cada um dos jovens mais dois jogadores supostamente controlados por humanos, deveriam ficar jogando uma bola uns para os outros. A certa altura da brincadeira, porém, esses dois participantes extras – na verdade, comandados pela própria máquina – deixavam de passar a bola para o indivíduo cuja atividade cerebral estava sendo monitorada, excluindo-o da partida. O que se observou nessas

condições foi a atividade mais intensa na parte anterior do córtex, região do cérebro que normalmente reage à agressão física, do sujeito rejeitado.

Renata, de 45 anos, foi em busca de tratamento psicológico por causa de uma sensação constante de desconforto que sentia no seu ambiente de trabalho. Por sempre ser preterida nas promoções, Renata, na realidade, não se achava valorizada. A terapia, por sua vez, mostrou que não só os colegas a desprezavam, mas que ela mesma nutria esse sentimento por si, caracterizando um problema de auto-imagem. Mais tarde, por meio do acompanhamento terapêutico, Renata desvendou a origem de sua angústia.

Por volta de seus 6 anos, os pais de Renata se divorciaram. Uma cena daquela época acompanha a jovem senhora até hoje: a de seu pai sendo expulso de casa. Nesse dia, Renata conta que viu o pai fazendo um verdadeiro escândalo no meio da rua, gritando para a esposa: "Me deixe ficar pelo menos com a pequenininha. Pelo amor de Deus, me deixe ficar com ela." A "pequeninha", no caso, era a filha mais nova do casal, com 4 anos naquele tempo. Em função do episódio, na cabeça de Renata ficou registrado que ela era a criança que "nem o pai queria".

Desmascarando os fatos

Identificar uma criança ou adolescente como vítima de agressão psicológica em grande parte das vezes não é uma tarefa simples. Por essa razão, Stevens Kairys, Charles Johnson e outros autores responsáveis por um relatório técnico sobre os maus-tratos psicológicos em crianças, disponível no site *Pediatrics* (<http://pediatrics.aappublications.org>), chamam a atenção para a necessidade de se ouvir o relato de profissionais da escola da suposta vítima, assim como de babás, familiares e de quantas outras fontes for possível para que o diagnóstico seja mais rápido e correto. Por meio desses relatos poderão ser percebidos sintomas que denunciam os maus-tratos psicológicos e que nem sempre podem ser notados em conjunto por uma só pessoa. Quanto mais cedo tais sinais forem associados

à violência psicológica e antes vítima e agressor sejam encaminhados para uma terapia, menores serão as conseqüências do abuso para quem o sofre, segundo os autores.

Graciela Drechsel, gerente do Serviço de Atendimento a Vitimizadas em Domicílio (antigo SOS Criança) diz que, no atendimento de denúncias de agressão, as reações da criança diante de seu agressor ou uma troca de olhares entre os dois já servem de indício para os técnicos de que algo errado está acontecendo. Só isso, no entanto, não basta para que a suspeita de violência possa ser confirmada. "Então tentamos fechar o cerco em cima dessa criança: ligamos para a escola ou para a creche pedindo informações sobre o comportamento dela. Também comunicamos o conselho tutelar, que às vezes já recebeu algum dado a respeito dessa criança que não chegou até nós", explica Graciela.

Sandro sempre foi, na maior parte do tempo, um menino tranqüilo e calmo na escola. De repente, porém, começou a ficar apático, retraído, recusando-se a participar das atividades e preferindo o isolamento. Para piorar, certa manhã chegou distribuindo socos nas carteiras e paredes, querendo bater nos colegas, brigar a todo custo. Suas atitudes anormais fizeram com que a professora o encaminhasse no mesmo dia para a pedagoga da escola. Durante a longa conversa que tiveram, Sandro revelou o motivo da revolta: tinha passado a noite inteira ouvindo sua mãe apanhar do pai dele.

No contato com crianças e adolescentes vítimas de violência em unidades de saúde de Curitiba, a psicóloga Sylvia Evrard identificou em reações como a de Sandro um dos sinais mais evidentes da ocorrência de maus-tratos. "Tenho observado que, geralmente, as crianças que sofrem agressão têm duas posturas principais. A primeira é a repetição da violência, não contra quem a pratica, mas contra seus pares na escola, aqueles da idade delas. A outra vai no sentido oposto, que é o do isolamento e da auto-agressão."

Sexo e faixa etária

Uma pesquisa feita nos Estados Unidos em 1995 (*Psychological Agression by American Parents: National Data on Prevalence, Chronicity and Severity*, American Sociological Association, 2000) revelou que 90% das famílias abordadas tinham praticado uma ou mais formas de agressão psicológica contra filhos de 2 anos de idade nos últimos 12 meses. O mesmo estudo constatou, ainda, que entre 10 e 20% dos bebês que começavam a dar os primeiros passos e 50% dos adolescentes sofriam agressões graves, sendo xingados, ameaçados de serem expulsos e chamados de estúpidos e outros termos depreciativos, por exemplo.

“É que na minha casa eu nunca apanhei, nem meu irmão, nem nada, só que o problema é aquela coisa, entendeu, você não tem violência física mas é um pé de guerra constante, tá ligado... Tem pressão psicológica... ficam se xingando, se falando um monte de coisa, coisa assim que não precisa falar, que você vai magoar a pessoa, tanto partindo da minha parte, quanto... meus pais, como da parte deles também, eu xingando, minha mãe me xingando, todo mundo berrando e gritando.” (Depoimento de um jovem universitário, publicado no livro organizado por Ana Luísa Fayet Sallas *Os Jovens de Curitiba: Desencantos e Esperanças, Juventude, Violência e Cidadania*, Unesco, 1999)

O trabalho realizado em 2000 por Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira de Azevedo Guerra, com 1.172 calouros da USP, demonstrou que os percentuais de prevalência de quatro das cinco formas de agressão moral selecionadas pelas pesquisadoras – rejeição, humilhação, isolamento, indiferença e terror – são progressivamente maiores à medida que a faixa etária dos entrevistados aumenta. Ou seja, quanto mais velha a geração que respondia à pesquisa, mais freqüentes eram as histórias de violência psicológica sofrida na infância e na adolescência. “A exceção ocorreu no tocante a ‘isolamento’, cujo percentual se reduz com os sujeitos mais velhos”, relatam Maria Amélia e Viviane. Esse mesmo item também fugiu

à regra quando foram separadas as respostas dadas ao estudo de acordo com o sexo dos estudantes que participaram dele. Enquanto rejeição, humilhação, indiferença e terror seriam tipos de agressão cometidas especialmente contra homens, o isolamento seria uma espécie de maus-tratos que atinge mais as mulheres. Esse resultado, segundo as autoras da pesquisa, pode estar relacionado com a educação diferenciada que as moças recebem em nossa sociedade, a qual ainda dá aos indivíduos do sexo masculino mais liberdade de movimentos.

Segundo os relatos coletados, o início das agressões, na maioria dos casos de indiferença, humilhação, isolamento e rejeição, ocorreu quando a vítima tinha entre 7 e 11 anos. Já a maior parte dos universitários que classificaram o terror – tido por Maria Amélia e Viviane como a forma mais grave de abuso elencada para o trabalho – como tipo de violência emocional prevalente em suas relações intrafamiliares se vêem como vítimas desde a fase que vai dos 3 aos 6 anos de idade.

Alienação do problema

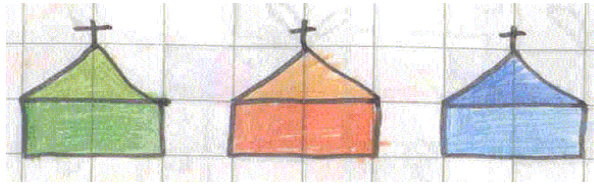
No total, 320 calouros notificaram pelo menos uma das formas de violência psicológica doméstica expostas pelas pesquisadoras como presente em sua vida. Contudo, 66,5% deles classificaram como satisfatória sua vida em família dentro de casa. Um dos motivos que pode explicar essa alegação, no parecer das pesquisadoras, é o nível extremamente baixo de conscientização das vítimas, “decorrente da indiferença, banalização, normatização e conformismo em relação à violência na sociedade brasileira”.

Marie-France Hirigoyen, psicoterapeuta francesa, reconhece que as vítimas de abuso moral relutam em acreditar que tenha havido agressão contra elas, mesmo que percebam o próprio sofrimento. A falta de compreensão e crédito de seus interlocutores contribui para que isso aconteça. Às vezes, alerta Marie-France, até quem testemunha os maus-tratos desconfia da pessoa escolhida pelo agressor, atribuindo a ela alguma espécie de culpa por esses atos.



A impossibilidade de uma relação serena teve outro resultado, sem dúvida natural: desaprendi a falar. De qualquer modo, não teria chegado jamais a ser um grande orador, mas a fala humana comum e fluida teria podido dominá-la. Mas desde muito cedo me proibiste a palavra; tua ameaça "Nem uma palavra de protesto" e a mão erguida ao mesmo tempo me acompanham desde essa época. Contraí um modo atropelado, tartamudeante, de falar em tua presença, pois és excelente orador quando se trata de assunto que dominas; também isto era muito para ti, de modo que por fim me calei, a princípio talvez por esperteza, depois porque não podia conversar nem pensar quando estava diante de ti. E como eras meu verdadeiro educador, tudo isso influenciou sobre a minha vida em geral. Depois de tudo, incorrias em um grande erro se acreditavas que jamais me submeti a ti. Minha atitude a teu respeito realmente nunca foi "sempre do contra", como supões e me acusas. Pelo contrário: se tivesse te seguido menos, certamente estarias muito mais satisfeito comigo. Ou melhor, todas as tuas normas de educação foram acertadas; não esqueci nenhum pormenor; tal como sou, represento (excluindo naturalmente os fundamentos e a influência da vida) a conseqüência de tua educação e minha obediência. Se este resultado do mesmo modo te dá pena, e ainda te negas inconscientemente a admiti-lo como produto de tua educação, isso tem como causa que tua mão e meu material foram tão estranhos entre si. Dizias: "Nem uma palavra de protesto!", e com isso querias silenciar em mim as forças contrárias que te eram desagradáveis, mas essa influência era muito poderosa para mim, era demasiado obediente, emudeci de maneira total, escondia-me de ti e apenas me atrevia a mover-me quando estavas tão afastado que teu poder, ao menos diretamente, já não me atingia. Mas estavas ali, e tudo te parecia novamente "adverso", enquanto que na realidade apenas era conseqüência lógica de tua força e minha fraqueza.

V



QUEM É O AGRESSOR PSICOLÓGICO

Meu pai era muito acomodado perante a vida e, com o passar dos anos, foi perdendo a chance, fechou todas as portas. Era visto como uma pessoa difícil. A descrença o acompanhou a vida inteira. Até sua morte, ele insistia em dizer que eu não ia ser nada. Descobri depois que, para os amigos, ele falava o contrário.

Ney Latorraca

Teus processos oratórios especialmente eficazes para a educação, e que ao menos em meu caso não fracassavam jamais, eram: insulto, ameaça, ironia, riso malévolo, e (coisa estranha) autocompaixão.

Não posso recordar que me tenhas insultado diretamente e com palavras concretas. Tampouco era necessário, tinhas tantos outros meios, além de que em tuas palestras em casa e na oficina as palavras soezes voavam ao meu redor e sobre outros, em tal quantidade, que algumas vezes, quando eu era pequenino, praticamente me perturbavam; além do mais, não havia motivo para não as referir a mim, pois as pessoas às quais enfrentavas não eram piores do que eu, e com toda certeza não estavas mais descontente com eles do que comigo. E também nisto havia essa indecifrável falta de culpa e impossibilidade de ataque; insultavas, mas sem refletir, e também condenavas os insultos de outros e os proibias.

Reforçavas a afronta com a ameaça, e isto já me alcançava também. Aterrava-me, por exemplo, ouvir-te dizer: "Te destroço como a um peixe", apesar de saber que à ameaça não se seguia nada terrível (certamente, quando era criança, não o sabia), mas a minha concepção de teu poder quase me convencia de que era capaz de o fazer. Também era horrível quando corrias ao redor da mesa para segurar um de nós; na realidade, nem mesmo querias tocá-lo, mas o fazias supor, e por fim parecia que mamãe nos resgatava. Um vez mais, assim se figurava diante do menino, conservava-se a vida pela tua clemência e continuava-se vivendo como um presente imerecido. Aqui podem ser incluídas também as ameaças pelas conseqüências de desobedecer-te. Quando começava a fazer algo que não era de teu agrado, e me ameaçavas com o fracasso, o respeito

por tua opinião era tão grande que implicava, embora fosse mais tarde, que o fracasso era irremediável. Perdi a confiança em minha ação. Era inconstante, irresoluto. À proporção que crescia ia aumentando o material que podias apontar como demonstração de minha inutilidade; paulatinamente, em certos aspectos, começaste a ter razão. Mais uma vez procuro afirmar que não cheguei a ser assim por tua influência; apenas acrescentavas o que já existia, mas o acrescentavas demais, pois eras muito poderoso diante de mim e empregavas todo o teu poder.



As pistas

Em 1996, 15% dos registros de maus-tratos na Inglaterra foram de abuso psicológico (*Child Abuse Rev.* 1997; 6: 330-342). Desse número de casos notificados, as características mais comuns constatadas entre os pais envolvidos foram o pouco preparo para a maternidade/paternidade, a depressão, a dependência química, tendência suicida, a baixa auto-estima, estilo autoritário de educação, a carência de empatia, o estresse e a disfunção familiar. Conforme cada situação específica, esses traços da personalidade do agressor psicológico podem aparecer sozinhos ou associados, mas são sempre indícios que facilitam a comprovação do abuso moral dentro de casa.

Em geral, quem mais agride no ambiente doméstico é a mãe, teoricamente, porque ela passa mais tempo em contato com os filhos. Dados da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (Abrapia) revelam que em 52% dos 1.169 casos de maus-tratos atendidos entre 1998 e 1999 a mãe configurava como agressora. O pai aparecia em 27% dos registros; vários levantamentos e a bibliografia, no entanto, o apresentam como o violador mais severo.

Rastros da violência

Quando se faz uma avaliação daquilo que os profissionais entrevistados para este livro contaram sobre o agressor moral, percebe-se que existem dois tipos básicos: o mal preparado para lidar com crianças e adolescentes e aquele que possui distúrbios comportamentais. O último encontra-se em situação mais delicada que o primeiro, uma vez que, nesse caso, a estrutura psicológica dele está comprometida. Embora diferentes em suas personalidades e maneiras de agir, os dois gêneros de violadores possuem uma semelhança: o histórico de violência na infância e/ou adolescência.

“Na linguagem que utilizo em minha linha de trabalho, não parto do pressuposto de que o paciente possui um distúrbio psíquico, mas avalio como a história de vida dele se desenvolveu para que se comporte como pai ou mãe de maneira prejudicial ao filho. Provavelmente, ele ou ela teve, durante a infância ou adolescência, um tratamento similar àquele que está oferecendo, porque a gente só dá aquilo que recebe. Se a pessoa viveu uma situação ruim de cuidados emocionais, é isso que ela tende a repassar ao outro”, explica a psicóloga Maria da Graça Padilha.

A terapeuta alerta, porém, que apesar de pais abusados quando crianças possuírem grande possibilidade de se tornarem agressores depois de adultos, há como isso ser evitado. “Se tiverem a oportunidade de passar por uma psicoterapia ou de encontrar, durante a infância ou juventude, adultos que lhes mostrem que existem formas diferentes de agir, esse pai ou mãe maltratados poderão não encontrar problemas no relacionamento com seus filhos no futuro. A coisa não é matemática – se alguém foi mal cuidado quando criança, com certeza será um mal cuidador –; não é uma linha reta entre uma coisa e outra. Mas não se pode negar que existe uma relação importante”, explica.

É preciso que haja, portanto, uma intervenção no comportamento de uma criança abusada, para que ela não repita o mesmo padrão com o próprio filho. “O agressor é alguém que não desenvolveu outro repertório além daquele violento, porque não recebeu uma oportunidade. Ele não teve nenhuma referência que o fizesse aprender a cuidar de uma criança de maneira diferente”, completa Maria da Graça.

Os mal preparados

O agressor psicológico chamado de “mal preparado” faz parte do gênero mais comum. São pais que costumam utilizar os maus-tratos morais como medida educativa, justamente porque receberam igual tratamento quando crianças. Esse tipo de comportamento, normalmente, não está ligado a algum tipo de distúrbio psicológico. “O abuso relaciona-se mais à cultura, à forma como a pessoa foi educada: ‘Vou educar desse jeito, porque eu me fiz gente, virei homem, pai de família e trabalhador, e com meu filho vai ter que ser assim também’”, explica a conselheira tutelar Maria Elizabeth Biela.

Os violadores psicológicos mal preparados podem ser pais muito autoritários e sem afetividade ou cuidadores completamente negligentes, que não exigem nem oferecem nada à criança. “No primeiro caso, a exigência de desempenho pode gerar um filho responsável, mas totalmente desqualificado e com baixa auto-estima. E na segunda situação, a vítima tende a não se sentir gostada, cuidada. O ideal seria que os pais fossem exigentes com a criança e respondessem, ao mesmo tempo, às suas necessidades emocionais, qualificando-a em suas conquistas, dizendo que gostam dela pelo fato de existir, e não por alguma outra condição”, afirma a psicóloga Maria da Graça.

Segundo ela, pais que possuem posturas nocivas como essas podem mudar de comportamento rapidamente apenas com uma boa orientação terapêutica. “Vejo muito isso no consultório: você aconselha e eles passam a tratar a criança de uma maneira diferente. Com certeza, esse tipo de educação falta para muitos pais”, complementa.

Casais jovens, por exemplo, que têm filhos de forma irresponsável, sem preparo algum, criam um terreno propício para o abuso psicológico e também para outras modalidades de violência doméstica. “Isso é dado estatístico. A imaturidade da mãe e a ausência do pai da criança em muitos dos casos de gravidez indesejada são fatores de risco. O casal demasiado jovem ainda não viveu o suficiente e, portanto, não teve tempo de desenvolver a estrutura necessária para cuidar de uma criança”, diz Maria da Graça.

Independentemente do posicionamento social, pais que trabalham demais e, com a desculpa de falta de tempo, não oferecem atenção emocional à criança, são também sérios candidatos ao grupo dos agressores “mal preparados”. “Acredito que aquela velha fórmula ainda seja válida: não importa a quantidade de tempo dedicada à criança, mas a qualidade. É exatamente isso que tentamos trabalhar com os pais. Quando se está com um filho, é preciso que haja uma interação extremamente positiva e exclusiva, nem que seja por apenas meio hora a cada dia”, explica a terapeuta.

Os perversos

Menos comum, porém mais perigoso, o segundo tipo básico de agressor psicológico desenvolveu o que os especialistas classificam de ‘transtorno anti-social’. Trata-se de um distúrbio que anula qualquer tipo de preocupação com os sentimentos do outro e no qual existe satisfação diante do sacrifício da vítima. Psiquiatra, psicanalista e psicoterapeuta de família, a francesa Marie-France Hirigoyen chama esse gênero de agressor de “perverso narcisista”.

Segundo ela, os perversos narcisistas podem ser considerados psicóticos sem sintomas, que encontram valorização e equilíbrio descontando no outro uma dor que não sentem e as contradições internas que se negam a admitir. Não fazem mal à outra pessoa propositadamente, mas sim porque foram feridos em sua infância e não conhecem uma maneira diferente de existir. “Um narciso (...) é alguém que crê encontrar-se olhando-se no espelho. Sua vida consiste em procurar seu reflexo no olhar dos outros. O outro não existe enquanto indivíduo, apenas enquanto espelho. (...) É alguém que jamais foi reconhecido como ser humano e que foi obrigado a construir para si um jogo de espelhos para dar-se a ilusão de existir. Como num caleidoscópio, nesse jogo de espelhos, por mais que se repita e se multiplique, o indivíduo permanece construído sobre o vazio”, afirma Marie-France no livro *Assédio Moral – A Violência Perversa no Cotidiano* (Bertrand Brasil, 2002).

Todas as pessoas, em alguma ocasião de suas vidas, já experimentaram um sentimento de profundo ódio ou até já manipularam alguém com o intuito de obter uma vantagem. O que as diferencia de um perverso narcisista, porém, é a frequência desses comportamentos, que não passaram de posturas ocasionais, seguidas de sensação de culpa ou arrependimento. Os perversos, por sua vez, não desenvolvem esses sentimentos e agem estrategicamente. "Passando ao lado de si mesmos, tentam destruir a felicidade que lhes passa perto. Prisioneiros de uma rigidez de suas defesas, tentam destruir a liberdade. Não podendo ter plena satisfação com o próprio corpo, tentam impedir o prazer que os outros têm com o seu, inclusive em seus próprios filhos. Sendo incapazes de amar, eles tentam destruir, por cinismo, a simplicidade de uma relação natural", explica a psiquiatra sobre a conduta desse tipo de agressor.

A personalidade do perverso possui alguns traços peculiares, por meio dos quais pode ser reconhecido. Ele é desprovido de sentimentos de tristeza ou luto; sente prazer quando sujeita, humilha e presencia o sofrimento e as dúvidas do outro; qualquer reação da vítima contra sua dominação provoca nele uma ira destruidora; é egocêntrico e costuma se colocar como referência de comportamento; gosta de exibir seus valores morais, o que passa aos outros uma falsa imagem dele próprio; não possui empatia alguma com ninguém, mas acha que todos devem se interessar por ele; critica a todo momento, mas não admite qualquer tipo de censura; é invejoso daqueles que possuem coisas que ele não tem ou que simplesmente sabem viver prazerosamente; extingue todo entusiasmo que esteja à sua volta e espalha o pessimismo; tem dificuldade em tomar decisões sozinho e em assumir responsabilidades, deslocando sempre para o outro a culpa pelo que não deu certo.

Certas características do indivíduo perverso, como a excessiva moralidade, o sentimento de superioridade e o menosprezo pelo outro, aproximam-no da personalidade paranóica. Mas, diferentemente do paranóico, o perverso conhece bem as leis e as normas da vida em sociedade e as desafia, com o objetivo de derrotar sua vítima. Ele domina o outro primeiramente pela sedução, enquanto o paranóico o faz diretamente pela força. Por esses motivos, o perverso não é percebido como tal por muitos daqueles que estão ao seu redor. "Quando esse

mecanismo é eficaz, o ódio projetado em um alvo tornado presa basta para apaziguar as tensões internas, o que permite ao perverso mostrar-se uma companhia agradável em outros ambientes. Daí a surpresa, ou até negação, por parte de pessoas que ficam sabendo das formas perversas de agir de um perverso que até então não havia mostrado mais que sua face positiva”, diz a psiquiatra Marie-France.

Diferentemente do agressor psicológico mal preparado, que ao receber uma orientação muitas vezes é capaz de mudar seus comportamentos, o agressor perverso necessita passar por um sério tratamento terapêutico. “Uma mãe que fica falando para o filho que tudo está errado, que eles deveriam ter morrido, que a criança só causa problemas para ela, com certeza está com um problema psíquico grave. Nesse caso, é preciso que essa mãe passe por um acompanhamento”, conta a psicóloga Sylvia Evrard, que trabalha com atendimento infantil em unidades de saúde de Curitiba.

A dependência química

Tatiana é uma mulher jovem, mãe de três filhos e usuária de drogas. Irresponsável com as crianças, deixa-as na casa de outras pessoas. Constantemente vai à residência de sua mãe completamente drogada e quebra tudo que encontra pela frente. E os filhos – que costumam ficar na casa da avó, entre os vários lugares onde são deixados pela mãe – assistem à cena. Tatiana não bate nas crianças, mas xinga e grita com seus familiares. Em virtude dessas agressões, seus filhos, e também seu irmão ainda pequeno, estão apresentado sérios problemas psicológicos.

Os filhos de Tatiana foram atendidos por Sylvia Evrard, em uma das unidades de saúde onde a psicóloga atua. Segundo ela, em um número considerável das notificações de violência psicológica que já passaram por suas mãos, a dependência química dos pais estava presente. “Estou atendendo um caso, por exemplo, em que o pai, viciado em drogas, não

bate nos filhos; pelo contrário, a gente percebe que ele os adora. Mas esse pai é muito agressivo com o restante da família, o que deixa as crianças caladas e totalmente acuadas. Elas sentem medo do que possa vir a acontecer. Isso nada mais é que violência psicológica”, conta.

Porém, é preciso cautela quando se analisa a influência das drogas no abuso psicológico e doméstico em geral. Assim como foi apontado na questão do histórico de violência na infância e/ou adolescência do agressor, pode ser um erro estabelecer imediatamente uma relação de causa/conseqüência a partir desses fatores.

Levantamento realizado durante o ano de 2002 pela Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência demonstrou que apenas 21% dos agressores, dentre 915 casos atendidos, eram usuários de drogas – incluindo-se, aí, o álcool. “É preciso lembrar que nem sempre o uso de substâncias químicas é, necessariamente, o responsável pelo desencadeamento da agressão”, declara Mauri Ferronato, um dos representantes da Fundação de Ação Social (FAS) na Rede de Proteção, órgão que pretende integrar instituições públicas, privadas e não-governamentais protetoras dos direitos das crianças e adolescentes em Curitiba.

O contato com o agressor psicológico

Os serviços que trabalham no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência encontram grandes dificuldades ao lidar com o agressor moral. “O contato é problemático justamente porque não há como materializar o abuso. Então, muitas vezes, a gente fica sem ação. Eu não vi, não escutei, tenho apenas uma denúncia. E não posso nem usar como reforço para a acusação a identidade do denunciante, porque meu dever é protegê-lo”, conta a conselheira tutelar Maria Elizabeth Biela. Por isso, segundo ela, o procedimento mais comum é encaminhar supostos agressor e vítima para avaliação psicológica, com intuito de obter um parecer técnico. Se os maus-tratos morais estiverem ocorrendo, a análise do psicólogo é prova suficiente para conter a ação do violador.

Mas convencer o possível agressor a visitar um terapeuta, juntamente com o filho, é outra etapa difícil que profissionais como Maria Elizabeth têm que enfrentar. “Em certas situações, a gente pode falar diretamente: ‘Recebemos uma denúncia, não temos certeza da agressão, precisamos investigar e por isso é necessário o acompanhamento psicológico.’ Mas há casos mais severos, que exigem maior cautela porque, do contrário, o denunciado pode sumir. Aí, você tem que ir pelo convencimento. O agressor não pode sentir que o alvo é ele; deve ser persuadido a fazer o tratamento por uma outra situação hipotética”, explica.

Ao entrar em contato com agressores morais nos postos de saúde onde trabalha, a psicóloga Sylvia Evrard percebe que os pais tentam se livrar de suas responsabilidades. “Costumam dizer que não sabem por que estão aqui, que fazem o que podem pelos filhos. De alguma forma, numa situação dessa, eles se sentem muito cobrados”, afirma. Diferentemente dos conselhos tutelares, as unidades de saúde de Curitiba não recebem denúncias. Em geral, são as escolas públicas que detectam os maus-tratos domésticos e solicitam atendimento, mas quem deve marcar a consulta com o terapeuta são os próprios pais. As notificações que chegam às unidades de saúde podem ou não estar sendo acompanhadas por outras instituições, como o conselho tutelar, por exemplo. Isso vai depender do nível de gravidade de cada caso.

A última saída

Grávida, Vanessa foi fazer o exame pré-natal. Quando a enfermeira fez a escuta do coração do bebê, ela se revoltou: estava vivo. Por achar estranho o comportamento da mãe, a enfermeira resolveu investigar o caso. Depois de uma avaliação, descobriu que Vanessa estava profundamente depressiva. Já havia empreendido várias tentativas de aborto. Numa delas, chegou a injetar água sanitária em seu corpo. Vanessa tinha, ainda, uma garotinha de 5 anos, e a ameaçava de morte. Não batia nela, mas dizia que iria acabar com a própria vida e que mataria a menina também.

As duas crianças acabaram sendo afastadas da mãe, que teve destituído o pátrio poder. Assim que as ameaças de morte vieram à tona, a mais velha foi imediatamente levada para um abrigo. Depois, localizou-se o pai, que acabou assumindo a menina. O bebê, logo depois do nascimento, foi entregue ao outro pai, que também não vivia com Vanessa.

Um ano após a separação, a garota mais velha apresentou um certo grau de depressão. Estava na casa da avó e, de repente, cortava brinquedos dos primos, rasgava coisas, jogava fora objetos de valor. A menina foi levada a uma psicóloga, que constatou que aqueles comportamentos eram o meio que a garota tinha de chamar a atenção dos demais. Aos poucos, a menina foi melhorando, mas isso somente foi conseguido após um longo e intenso tratamento.

Apesar de ser uma conduta rara em situações de violência psicológica não associada, existem casos mais graves em que a criança ou adolescente pode vir a ser separada do agressor e encaminhada a um abrigo. Órgãos como os conselhos tutelares e o Serviço de Atendimento a Vitimizados em Domicílio (antigo SOS Criança) possuem, entre suas incumbências, o poder de solicitar esse afastamento na Justiça quando necessário. "Não é um procedimento comum como nos maus-tratos físicos, em que você recebe a vítima toda arrebitada e os fatos te permitem solicitar o afastamento. No abuso moral, é bastante difícil avaliar a gravidade da violência, até que ponto aquele pai ou aquela mãe poderão cometer um ato mais grave contra a criança. Então, o afastamento dependerá muito do comprometimento mental do responsável pela vítima", explica a conselheira tutelar Maria Elizabeth.

Um exemplo de situação de maus-tratos psicológicos que pode resultar em afastamento é quando o pai ou a mãe é dependente químico. "São pais que não batem no filho, mas são agressivos com ele em virtude do álcool e de outros tipos de drogas. Nessa situação, a criança é afastada da família porque é difícil mantê-la num lar desse tipo. Se for deixada lá, sem dúvida ela se tornará usuária também, justamente pelo fato de estar vivendo naquele ambiente", conta a gerente do Serviço de Atendimento a

Vitimizados em Domicílio, Graciela Drechsel. Mas, segundo ela, a separação da vítima é mesmo mais comum quando há somatório de abuso psicológico com outras modalidades de violência, como a física ou a sexual.

Quando uma agressão moral séria ocorre de maneira isolada porém, o afastamento dificilmente vai ocorrer de imediato. Isso somente acontece se a vítima corre risco de vida, como no caso de Vanessa, em que tanto a menina quanto o bebê estavam ameaçados de morte pela mãe. Geralmente, a partir do momento em que a violência é comprovada, toda a família da vítima é convidada a fazer um tratamento. Caso o agressor e a família como um todo não respondam a ele de forma satisfatória, opta-se pelo afastamento, mas apenas em último caso. "A separação é evitada porque, por mais que a vida naquele lar seja ruim, é a referência da criança. Então, a gente luta para que o afastamento só ocorra quando todas as tentativas possíveis foram esgotadas. Afastar da mãe, por exemplo, e deixar com a avó ou uma tia é um procedimento até bem positivo para a vítima. Mas a postura de tirá-la de casa e colocá-la em um abrigo, onde ela não terá nenhum vínculo familiar, precisa ser muito bem pensada, porque as consequências podem ser bastante graves", diz a psicóloga Sylvia Evrard.

Mesmo após a separação da vítima, o investimento maior continua sendo no retorno familiar mais breve possível. Os abrigos geralmente contam com profissionais voluntários que prestam atendimento psicológico às crianças abusadas que vivem nas instituições. O agressor e o restante da família continuam sendo acompanhados por órgãos como o conselho tutelar e a Justiça da Infância e da Juventude, também por meio de terapia. A criança só permanecerá no abrigo se não houver correspondência da família ao tratamento.

Segundo Maria Elizabeth, após o período de terapia, o desfecho mais comum dos casos de maus-tratos que passam pelo conselho é o divórcio, porque a parte não agressora do casal toma a atitude de proteger o filho abusado. "São poucos os casos em que a família consegue se reestruturar após o tratamento. Hoje, se percebe que o valor de 'ser família' foi perdido. É mais fácil dizer 'vou embora com meu filho e o agressor que fique com os problemas dele'. E nem sempre é ideal para a criança que o casal se separe. Muitas vezes, por mais que ela tenha sido agredida, quer ver os dois juntos", afirma.



Tinhas especial confiança na educação por meio da ironia, e era também a que melhor correspondia à tua superioridade sobre mim. Uma reconvenção habitualmente tinha em ti a seguinte forma: "Não podes fazer isto assim e assim? Com certeza, isto já é demasiado para ti? Para isto certamente já não tens tempo?" e fórmulas parecidas. A cada uma destas perguntas acompanhavas com um sorriso malévolo e cara azeda. (...) Arrasadoras eram igualmente as recriminações, dirigidas como a uma terceira pessoa, ou seja, nas quais não se era digno sequer da linguagem depreciativa: aparentemente falavas à mamãe, mas na realidade era a mim, sentado à mesa, dizendo, por exemplo: "Isto naturalmente não se pode conseguir do senhor filho" e outras coisas. (...) Acredito que isso se devia ao fato de que o grau de ira e aborrecimento não parecia estar em relação correta com o assunto; tinha-se a sensação de que tua cólera não podia ter sido produzida senão pela nimiedade de se estar sentado distante da mesa, mas que já existia em sua dimensão total a partir de um princípio e tivesse tomado apenas por casualidade esse pormenor como motivo para explodir. Como se tinha a certeza de que sempre se encontraria uma causa e, ao mesmo tempo, a convicção de não ser surrado, concentrava-me maiormente e acostumava-se, embotando-se, às ameaças constantes.

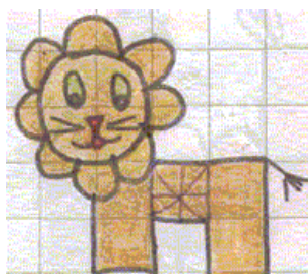
Totalmente inconciliável nesta atitude para com teus filhos surgia a tua lamentação em público, que usavas com muita freqüência. Confesso que de criança não feria minha sensibilidade (mas tarde, certamente o fez) e não compreendia como podia ter a pretensão de encontrar simpatias. Eras tão gigantesco... em todos os aspectos, que podia interessar-te a nossa simpatia e menos ainda a nossa ajuda? Devias realmente desprezá-las, como a nós mesmos. Em conseqüência, não acreditava em teus lamentos e procurava uma intenção secreta neles. Apenas mais tarde compreendi que sofrias muito pelo teus filhos; mas naquela oportunidade, quando as queixas, mesmo em circunstâncias diferentes, teriam podido encontrar um espírito infantil, aberto, sem reflexão, disposto a assimilar qualquer ajuda, teus lamentos tinham de parecer-me também meios educativos e humilhantes muito evidentes, como tais não muito efetivos,

mas com a ação acessória de que a criança se acostumava a não considerar de modo sério exatamente as coisas que deveria ter tomado mais em consideração.

Havia, por felicidade, exceções, especialmente quando sofrias em silêncio, e o carinho e a bondade venciam com sua intensidade todos os obstáculos e invariavelmente comoviam. Acontecia raras vezes, mas era maravilhoso. Por exemplo, quando te via no escritório, nos cálidos meios-dias de verão, ressonar um pouco, cansado depois do almoço, o cotovelo apoiado sobre a escrivaninha; ou quando aos domingos vinhas até nós, em um local onde procurávamos fugir da canícula, esgotado de fadiga; ou quando minha mãe estava gravemente enferma, e tu, tremendo em prantos, te seguravas ao caixote dos livros; ou quando estive a última vez doente e chegaste silenciosamente ao meu quarto, paraste no umbral, esticaste o pescoço para ver-me na cama e, por consideração, me saudaste apenas com a mão. Nesses instantes punha-se a gente a chorar de felicidade, e hoje volta a chorar, enquanto o descreve. (...)

Por outro lado, estas impressões cordiais não alcançaram, em grande escala, mais efeito que o de aumentar o meu sentimento de culpa e fazer-me o mundo ainda mais incompreensível. (...)

VI



A HISTÓRIA DE ALEXANDRE

Meu nome é Alexandre, tenho 13 anos. Há nove meses moro em uma casa-abrigo. Fugi da minha família para tentar a vida aqui fora, porque não me dava bem com o meu padrasto nem com a minha mãe. Fui primeiro para a casa da minha madrinha. Mas como ela não tinha condições de cuidar de mim, resolveu chamar o Resgate Social. Aí, eu dormi uma noite no prédio da FAS, e depois me levaram para o abrigo.

Meu padrasto só brigava e implicava comigo. À noite, todos os dias, eu jogava bola. Minha mãe tinha deixado, mas ele não gostava. Por causa do jogo, discutia, dizia que com futebol eu não ia conseguir nada. Mas era o meu esporte, uma coisa que eu gostava – o que eu posso fazer? Aquilo foi pressionando a minha cabeça, até que eu decidi arrumar as malas.

Quando meu padrasto ficava bravo, me dava soco, chute, e a minha mãe não fazia nada. Ele me batia sempre, quase todos os dias. Antes de esse cara vir morar com a gente, eu me dava bem com ela. Depois que ele chegou, quando eu tinha uns 5 anos, minha mãe começou a dizer coisas que eu não gostava. Não me batia, mas falava que eu não era filho dela, que eu não prestava. Não sei por que ela dizia isso. Aquilo foi me magoando. Tanto apanhar quanto ouvir aquelas ofensas me machucavam. Me senti traído por minha mãe ter ficado do lado do meu padrasto.

O cotidiano de ontem

Morávamos eu, minha mãe, meu padrasto, minha irmã, de 23 anos, e o meu sobrinho pequeno. Minha irmã conhece o pai dela, mas eu nunca

vi o meu. Toda vez que eu perguntava dele pra minha mãe, a resposta era que ele sumiu. Tenho vontade de conhecê-lo.

Meu padrasto era pintor, minha mãe, faxineira, e minha irmã trabalhava em uma empresa de informática, além de estudar. Às vezes, quando todo mundo saía, eu chamava meus amigos e ia passear por aí. Ninguém da família sabia disso. Se descobrissem, iriam achar ruim, porque não gostavam que eu visse meus colegas. Até que um dia, quando parou de ter serviço na firma onde trabalhava, meu padrasto começou a montar grampos de roupa para vender. Aí a gente ajudava ele a fazer os grampos.

Só me lembro de um dia agradável com a minha mãe e meu padrasto: quando me levaram no parque. Já faz bastante tempo. Durante esse dia, a gente não discutiu. Foi a única vez que nos demos bem.

Dentro de casa, minha irmã era tratada bem, com carinho e amor. Eu só recebia cavalice. Tudo que ela queria, podia fazer; tudo que eu queria, não podia. Quando minha irmã fazia algo de errado, meu padrasto defendia e colocava a culpa em mim. Daí, vinha dando chute, tapa, porrada, soco, onde conseguia acertar.

Minha irmã também dizia que eu não prestava, que não sabia trabalhar, igual a minha mãe. Até que eu consegui um emprego. Durante quase dois anos trabalhei em três supermercados do bairro onde eu morava. Os donos me conheciam e daí me convidaram. No primeiro emprego, tirava das prateleiras as mercadorias vencidas; no segundo, era empacotador; no último, ajudava a descarregar os produtos. Eu gostava de trabalhar. Em todos esses lugares fui muito bem tratado.

Os gritos e a vizinhança

Minha mãe falava alto comigo, todos os vizinhos ouviam. Daí, ligavam para o Disque-Denúncia, porque ela não parava de gritar. Nenhuma das vezes em que o Resgate Social foi chamado eu estava apanhando. Mas os vizinhos contavam que o meu padrasto me dava chute. Também cheguei a dizer que ele não gostava que eu fosse jogar futebol e conversar com os meus amigos. Mas o pessoal do Resgate falou que meu padrasto tinha direito de não gostar, que a preocupação dele e da minha mãe era um tipo

de carinho. Eles prometiam ajuda, diziam pra eu ficar com minha família, mas não faziam nada.

Depois que o Resgate Social ia embora, minha mãe e meu padrasto começavam a virar a cara pra mim. Ficavam dizendo que não adiantava os vizinhos ficarem falando, que não aconteceria nada com eles. Minha mãe não me proibia de contar as coisas que rolavam em nossa casa, mas não gostava que eu falasse. Ela dizia que ninguém ia me defender. Daí fui cansando, até que um amigo me deu essa idéia de fugir. Eu já estava com esse pensamento na cabeça, de fazer minha própria vida.

Madrinha querida

Minha mãe tem muita raiva da minha madrinha. Antes, elas eram amigas. Desde que eu era pequeno, as duas já saíam juntas. Um dia, minha mãe ganhou uma viagem em uma promoção e foi passear. Eu fiquei com a madrinha, que começou a me dar carinho. Era muito bom. Depois disso, as duas discutiram não sei bem por que, e a briga começou. Foi aí que minha mãe conheceu meu padrasto em um baile.

Ele também não se dava bem com a madrinha e dizia coisas que eu não gostava. Xingava ela de bêbada, falava que meu padrinho não prestava, que os dois não eram nada. Isso me machucou muito. Porque a minha madrinha bebe, mas é só um copinho e meio de cerveja. Ela não exagera, sabe a hora de parar.

Eu queria morar com ela. Isso seria a coisa mais legal que eu poderia ter. Gosto de ficar com a minha madrinha. Amo a filha dela – nunca brigamos. Com meu padrinho, marido dela que já morreu, eu também me dava bem. Ele era caminhoneiro. O problema é que minha madrinha não sabe que eu estou aqui nesta casa. Mas sei onde ela mora e vou pedir para alguém me levar lá.

A gota d'água

O último dia que fiquei com a minha família foi o pior de todos. Meu padrasto não estava em casa. A madrinha foi me visitar, mas eu estava trabalhando. E eu tinha avisado que, se ela aparecesse, era para mandar ir no meu trabalho me ver. Mas a minha mãe não disse nada e só me contou da visita quando cheguei em casa pra almoçar. E aí vieram as ofensas. Ela ficou falando que a gente – eu e a família da madrinha – não prestava, que eu não sabia nem trabalhar. Naquela mesma hora, perdi a fome e resolvi sair de casa.

Disse pra minha mãe que estava indo embora. Ela ameaçou chamar a família inteira. Eu respondi: “Então, vai! Pode chamar a família que repito pra todo mundo que eu vou embora daqui. Melhor ficar lá fora, onde pelo menos não vou apanhar.” E ela avisou mesmo a família toda e eu disse o que havia prometido: “Estou saindo e não tem volta.” Pedi a conta no trabalho, peguei meu dinheiro, coloquei minhas coisas em uma sacola e saí.

Na verdade, minha mãe e meu padrasto queriam que eu continuasse morando com eles porque dava todo meu dinheiro em casa. Nem via a cor da grana. Apenas uma vez usei meu dinheiro pra sair.

O cotidiano de hoje

Até agora, ninguém da minha família veio me visitar no abrigo. Minha mãe sabe que estou aqui. Mas já avisei que não vou receber nem ela, nem meu padrasto, nem minha tia. As únicas exceções são minha avó e minha irmã, mas por causa do meu sobrinho, que eu gosto muito e não tem nenhum envolvimento com essa história.

Mesmo que meu padrasto vá embora, não volto a morar com a minha mãe de jeito nenhum. O que ela fez não tem volta. Agora eu estou mais feliz. Tenho uma tia e um monte de irmãos. Quando cheguei na casa-abrigo, desde o primeiro dia todo mundo já gostou de mim. Os meninos tinham chegado da escola e aí nós saímos juntos. Aqui, nunca me disseram

nada que eu não goste. Só ouço palavras carinhosas. Me chamam até de irmão.

Agora voltei a estudar, todos os dias à tarde, na 2ª série. Fiquei um bom tempo sem ir à escola, por causa de um desvio de coluna que me deixou de cama no hospital. Nessa época, a madrinha ficava comigo, enquanto minha mãe ia trabalhar. E aí meu padrinho caminhoneiro, quando chegava de viagem, ia me visitar. Hoje tenho que ir no hospital de seis em seis meses. Agora estou descansando sem o colete ortopédico, que vai até o pescoço e não deixa a gente mexer o corpo.

Amanhã

Tenho três idéias do que eu quero ser na minha vida: caminhoneiro, policial ou advogado. Mas acho que prefiro ser caminhoneiro. Meu padrinho que morreu deixou o caminhão na firma. Então, se eu precisar, podem arrumar pra mim.

Se um dia eu casar e tiver um filho, quero ser bem diferente de minha mãe e do meu padrasto: se ele quiser seguir uma profissão, não vou proibir; se fizer algo de errado, vou conversar, e não bater, discutir e ofender. Era assim que os dois deveriam ter me tratado – com carinho. Tenho raiva deles. Acho que não vou conseguir perdoá-los um dia. Um filho não merece o que eles fizeram.

VII



VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA ASSOCIADA

*Muitas coisas de que temos necessidade
podem esperar.
A criança não pode esperar.
Agora mesmo ela cresce,
consolida seus ossos,
cria seu sangue e
ensaia seus sentidos.*

*Ela se chama "agora".
Sofremos a enfermidade de
muitos erros e de tantas culpas,
porém o nosso maior defeito se
chama "abandono da infância".*

Gabriela Mistral

Costumavas assinalar que me encontrava em uma situação muito favorável e que eu sempre fora tratado realmente bem. Isto é verdade, mas não acredito que, nas circunstâncias atuais, me tenha servido para alguma coisa.

É verdade que mamãe era infinitamente boa comigo, mas mesmo isto estava relacionado contigo, quer dizer, em desgraçada relação. Mamãe desempenhava, de modo inconsciente, o papel do batedor em uma caçada. Se tua educação por qualquer circunstância improvável me tinha incitado a adotar uma atitude de independência, produto de desafio obstinado, antipatia ou mesmo ódio, ela o equilibrava intercedendo com bondade e raciocínios sensatos (na confusão da infância era o protótipo da sensatez) e a mim se tornava a empurrar o teu círculo, do qual talvez de outro modo me tivesse escapado, para o teu bem e o meu. Em alguns casos não se chegava a uma reconciliação geral; mamãe somente me protegia em segredo, concedendo-me sigilosamente alguma coisa; então era outra vez o ser que foge à luz, o embusteiro, o culpado consciente que, devido à sua nulidade, devia alcançar por meios ilícitos o que em direito lhe correspondia. E isso aumentava de novo meu sentimento de culpa.

Também é verdade que praticamente nunca me bateste. Mas os berros, o avermelhar-se de teu rosto, o rápido movimento ao tirar os teus suspensórios, e a deliberada colocação dos mesmos sobre o encosto da cadeira eram quase pior para mim. É como quando alguém deve ser enforcado. Se efetivamente é pendurado, está morto e tudo se acabou. Mas se deve assistir a todos os preparativos para a execução e é informado de seu indulto somente quando o laço com o nó correção lhe balança

diante dos olhos, é provável que tenha de sofrer por isso durante toda a vida. Além disso, os numerosos casos em que segundo tua opinião claramente expressa eu merecia que me açoitasse, mas somente escapava ao castigo pela tua clemência, se somavam formando uma sensação de culpa maior.



O caso Alexandre

Alexandre é a típica vítima de uma grave agressão psicológica – a rejeição da mãe – associada a abuso físico – os maus-tratos do padrasto. A violência com a qual foi tratado durante toda a vida trouxe sérias conseqüências ao seu desenvolvimento físico e mental. O menino, já adolescente, não possui noção de tempo e confunde acontecimentos.

Na ocasião da entrevista, não fazia nove meses que Alexandre estava na casa-abrigo, mas apenas dois; o padrasto vive com a mãe desde que ele tinha 2, e não 5 anos; o relacionamento dele com a mãe nunca foi diferente antes da chegada do padrasto, uma vez que ela sempre rejeitou o menino. “A mentalidade do Alexandre é de uma criança de aproximadamente 7 anos. Na escola, ele tem amizade só com as crianças menores, com aqueles que estão mais atrasados na aprendizagem”, afirma Mirian Martins, funcionária que acompanha o dia-a-dia das crianças e adolescentes institucionalizados na casa-abrigo onde o garoto está morando.

Mirian chegou a conversar com a professora da escola onde Alexandre estudou quando ainda morava com a família. “Nesse colégio, há um documento que relata os maus-tratos que ele recebeu da mãe desde pequeno. Ela não o amamentou. O menino também passou fome. Foi rejeitado mesmo. Por isso tem essas deficiências. O corpo dele não se desenvolveu, muito menos a cabeça”, conta.

O Serviço de Atendimento a Vitimizadas em Domicílio (antigo SOS Criança) foi o órgão que encaminhou Alexandre ao abrigo, depois do recebimento de duas denúncias de maus-tratos. Na primeira delas, o garoto havia sido abandonado pela mãe nas instalações do Projeto *Construindo o*

Futuro, programa municipal onde ele fazia um curso de computação. A mãe alegou que não agüentava mais o mau comportamento do menino, que incluía agressividade, desobediência, desrespeito, mentiras e ameaças de morte. A culpada por essa má conduta, segundo a mãe, era a madrinha de Alexandre, que o levava para bailões na época em que a família havia morado na casa dela.

Nessa primeira solicitação, a mãe entregou a certidão de nascimento do menino e assinou, juntamente com duas testemunhas, uma declaração por ela requisitada em que abria mão da guarda do filho. Constatou-se na ocasião que a criança possuía alguns traços de violência física: marcas roxas nas orelhas e arranhões no rosto. A equipe do SOS Criança, então, orientou à mãe que ela não poderia simplesmente desistir do filho sem antes passar por um acompanhamento. A família, a contragosto, aceitou, mas nem chegou a comparecer ao tratamento.

A segunda solicitação foi feita pela madrinha de Alexandre, quando o garoto já havia deixado a família e estava em sua casa. Ela confirmou os maus-tratos da mãe e do padrasto em relação ao menino e disse que gostaria de ficar com ele, mas que não tinha condições para criá-lo no momento. O Serviço de Atendimento a Vitimizados em Domicílio solicitou, então, o abrigo de Alexandre. "Nesse caso não existe a possibilidade de retorno familiar. A mãe não quer a criança de jeito nenhum", afirma Marlene Le Senechal Horta, coordenadora da casa-abrigo. Ela é uma das mulheres-membro do Clube das Acácias Unidas, entidade civil que mantém, desde 1991, a instituição onde vivem Alexandre e outros meninos vítimas de violência doméstica.

De acordo com Marlene, depois do recolhimento de todas as informações possíveis sobre a história, a equipe do antigo SOS Criança constatou que o problema estava mais com a família do que com o garoto. O menino era tido como responsável por todas as mazelas familiares. Havia ainda uma forte cobrança para que ele ajudasse a incrementar a renda da família. A mãe o proibia de brincar, alegando que jogar futebol pioraria seu desvio de coluna. E, no entanto, exigia que ele montasse grampos por horas a fio, mal acomodado, o que poderia ser do mesmo modo prejudicial à sua saúde. A equipe o definiu como um menino frágil e não percebeu qualquer agressividade ou distúrbio de conduta, conforme foi afirmado

pela mãe. A madrinha de Alexandre reforçou esse fato: disse que não havia nenhum problema com o comportamento do garoto.

A docilidade e a carência afetiva do adolescente também foram percebidas na casa-abrigo. “Quando o Alexandre chegou aqui, achamos que ia dar bastante trabalho. Pensamos: ‘Já tem 13 anos; deve ter aprontado todas na rua.’ Mas nos enganamos. Ele não é de ficar fora de casa. Apesar de tudo o que passou, é calmo, bonzinho, amoroso. Quer sempre ficar perto da gente e procura receber atenção”, diz Mirian. Segundo ela, Alexandre nunca toca no nome da mãe, mas fala bastante da madrinha. “Também lembra muito da filha dela. Diz que se apaixonou pela garota. Ele ainda tem um grande carinho pelo padrinho caminhoneiro que morreu. A madrinha casou-se novamente – vai ver que foi por isso que não pôde ficar com o Alexandre. Fora o que viveu com a família dessa mulher, não há mais nenhuma lembrança boa na vida dele”, conta.

As chances de Alexandre viver com a madrinha, porém, são remotas. “Sabemos que essa madrinha bebe e que levava o menino a bailões. Então, a gente precisa considerar até que ponto é saudável tentar fazer com que o garoto fique com ela. Um encontro dele com a madrinha só para matar as saudades, tudo bem. Mas precisamos acompanhá-lo para que não crie expectativas, porque se a madrinha fosse tudo isso que o Alexandre acha que é, teria se esforçado para ficar com ele. Até agora, ela nem sequer o visitou na instituição”, explica a coordenadora do abrigo. “Quando a violência é muito grande, não existe uma família, existe só tristeza, não há retorno”, completa.

Uma violência sempre presente

Assim como Alexandre, existem inúmeras crianças e adolescentes que estão sendo vítimas, nesse momento, de agressão moral associada a outras modalidades de violência doméstica – maus-tratos físicos, abuso sexual ou negligência. Esse tipo de situação é bastante comum, haja vista que algumas instituições de proteção aos direitos da infância e da adolescência, como o antigo SOS Criança, mantêm estatísticas tanto de violência psicológica isolada quanto associada (*ver Capítulo I*).

Os maus-tratos psicológicos são uma espécie de pré-requisito para a ocorrência dos demais gêneros de agressões que acontecem dentro de casa. Isso significa que todo ato de violência comporta elementos do abuso psicológico. Quando alguém, durante sua infância ou adolescência, é agredido física ou sexualmente, também sofre violência moral, na medida em que é humilhado, desmerecido, ameaçado e aterrorizado. E para que toda essa situação de maus-tratos ocorra, sempre haverá uma instância sendo negligente. “A negligência pode ser responsabilidade de redes sociais, que não oferecem estrutura e apoio às famílias, ou de parentes que ignoram os abusos, ou seja, fingem não ver”, explica a psicóloga Maria da Graça Padilha.

De acordo com a pediatra Luci Pfeiffer Miranda, é justamente por estar presente em todos os tipos de violência que a agressão moral é extremamente danosa. “O abuso moral é erroneamente classificado como pouco freqüente porque é o menos diagnosticado. Mas, na realidade, é o tipo de violência que mais acontece. Não tem como uma criança apanhar todos os dias, por exemplo, e ser normal emocionalmente”, destaca ela.

Pronto-socorro

Daniela Carla Prestes trabalha no serviço de Psicologia do Hospital Pequeno Príncipe, instituição localizada em Curitiba, direcionada a crianças de até 12 anos de idade. Em seu dia-a-dia profissional, receber vítimas de espancamentos ou abusos sexuais é algo corriqueiro. Daniela realiza atendimento emergencial. “Em casos de suspeita de abuso, primeiramente, entrevisto o acompanhante. Depois, faço uma observação lúdica com a criança, para ver o que ela tem a me dizer, o que está sentindo naquele momento tão delicado”, explica. “Quando possíveis vítimas são trazidas ao hospital, geralmente já passaram por outros lugares – postos de saúde, delegacias. Então, elas chegam aqui muito ansiosas, chorando, com medo, sentindo fome, e ainda terão que passar por um exame físico para comprovação do abuso. Então, meu dever, nesse momento, é acolher e escutar”, completa.

A escuta continua quando as crianças acabam internadas por um período em virtude da violência sofrida. Logo que o abuso é comprovado, o conselho tutelar da região onde a vítima mora é acionado, para que o atendimento tenha continuidade após a saída do hospital. “São comuns casos de crianças que não querem ir embora quando recebem alta. Elas sentem vergonha dos demais e medo de que a agressão, seja ela de qualquer espécie, volte a acontecer”, conta a psicóloga.

Daniela ajudou a revelar neste livro como a violência psicológica se manifesta em situações de maus-tratos físicos e abuso sexual de pais ou responsáveis contra crianças e adolescentes. Segundo ela, um fato é comum a todos os casos: a agressão doméstica é sempre sintoma de uma família desestruturada. Os pais são, em geral, muito jovens, não casados oficialmente, com história de sucessivos relacionamentos amorosos do mesmo tipo, baixa escolaridade e uso de drogas. São adultos sem planos e, portanto, inconstantes e irresponsáveis. Normalmente, tiveram um passado bastante difícil. Muitos conviveram com pais alcoólatras e mães que apanhavam dos maridos. Outros foram eles próprios vítimas de violência dentro de casa. Motivos como esses fizeram com que deixassem a família com pouca idade. “Os fatores socioeconômicos e culturais não determinam os maus-tratos, mas polarizam a violência naqueles que são donos de um psiquismo já predisposto, perverso”, explica Daniela.

Os filhos abusados que resultam da reunião desses pais, por sua vez, quase sempre não foram desejados. Ou são de sexo diferente do esperado. Ou possuem alguma deficiência física. Isso impede o estabelecimento de vínculos entre pais e filhos. “Os adultos, muitas vezes, tem uma expectativa irreal em relação à criança, ao que ela pode oferecer em cada fase de seu desenvolvimento. Isso faz com que o filho viva em constante pressão, porque ele tem consciência de que não agrada os pais conforme gostariam”, diz a psicóloga.

A violência física

Beatriz tem filhos frutos de diferentes relacionamentos. Um deles, chamado Carlos, ela detesta, porque o garoto se parece com o pai.

Em virtude disso, Carlos é a única criança da casa que apanha. Quando ele faz qualquer coisa que desagrade à mãe, ela pega o que estiver em sua frente – ferro, vassoura – e lança no menino. Beatriz somente não entrega o filho ao pai – que é solteiro e vive com a mãe – porque recebe dele uma pensão.

A escola onde Carlos estuda o encaminhou para tratamento em um serviço municipal. A cada encontro, a pedagoga constatava os maus-tratos: num dia, a criança aparecia com hematoma fundo; no outro, com um corte. O conselho tutelar acabou sendo acionado e o garoto foi morar com o pai. Depois de um tempo, no entanto, a mãe de Carlos foi buscá-lo, afirmando que tinha mudado suas atitudes, que queria o filho por perto. Logo, porém, as agressões voltaram a acontecer.

O pai está lutando para que o garoto volte a ficar com ele, mas Beatriz continua resistindo, em virtude da pensão que recebe, com valor menor do que o de um salário mínimo.

Carlos é vítima de violência física, mas também de abuso moral. Ao diferenciá-lo dos outros irmãos, uma vez que ele é o único que apanha, e ao rejeitá-lo pela semelhança com o pai, a mãe o agride psicologicamente. Essa é uma das formas pelas quais os maus-tratos psicológicos podem aparecer associados aos físicos. Daniela aponta outra: a ameaça do agressor à criança que apanha, para que ela não conte a ninguém sobre o conturbado estado familiar. “Recebemos, certa vez, uma garotinha que apanhava muito da mãe, usuária de drogas. A menina explicou a um dos médicos a situação e ele acabou contando à mulher o que a filha havia dito. A garota ficou apavorada. Correu pra assistente social e falou: ‘Ela vai me bater, tia! Ela vai me bater!’ Trata-se de uma agressão psicológica enorme, porque a criança é violentada e ainda proibida de falar”, constata a psicóloga.

A ameaça é algo que abala tão fortemente o psiquismo da criança que, muitas vezes, esta pode encarar a intimidação como uma surra que, na verdade, não se consumou. Quem explica melhor é a psicóloga de unidades de saúde de Curitiba, Sylvania Evrard. “Há pais que, a qualquer atitude dos filhos, ameaçam bater, às vezes, segurando objetos nas mãos. Apenas ameaçam, não batem. Só que, no consultório, quando você

pergunta à criança se ela apanha, a resposta é sim. A agressividade assume proporções enormes, o medo é tão grande, que para o filho é como se ele fosse surrado de verdade”, explica ela.

No Hospital Pequeno Príncipe, todos os dias, desde 2002, os casos de espancamento chegam em enxurrada. Isso ocorreu em virtude do surgimento em Curitiba da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência, que transformou o hospital em instituição de referência no atendimento a vítimas de maus-tratos.

A violência sexual

Denise é violentada sexualmente pelo irmão mais velho desde os 6 anos de idade. A mãe da garota considera isso um grande mérito. Por diversas vezes, esperando a filha na saída da escola, por exemplo, contava a quem ali estivesse que a menina havia sido estuprada, com pormenores.

Apesar de não rejeitada, Denise vive em um ambiente familiar completamente desarranjado. O pai é alcoólatra; um dos irmãos foi preso por assassinato; a mãe tem problemas psíquicos. A garota também apresenta um certo retardo mental, o que traz a ela sérias complicações no aprendizado escolar. A deficiência vem desde o nascimento: a mãe teve uma gestação conturbada, por causa do uso de drogas.

A menina foi afastada da casa por ordem do conselho tutelar. Mas, após um mês, acabou retornando, e os abusos continuaram. E, em virtude dos distúrbios psicológicos que possui, Denise considera a violência da qual é vítima como algo natural.

Além de ser vítima de uma violência cruel por parte do irmão, Denise é colocada em uma situação vexatória pela mãe, que expõe a outras pessoas o abuso sofrido pela filha. A história dela é mais um caso de agressão sexual associada à psicológica, uma vez que, mesmo de maneira não proposital, a menina é humilhada pela mãe.

De acordo com Daniela, os maus-tratos morais aparecem nos sexuais também em forma de ameaça, assim como acontece na violência física. Tanto no abuso físico quanto no sexual a ameaça não se manifesta brandamente, mas se configura como terror. Segundo as pesquisadoras do Laboratório de Estudos da Criança (Lacri) do Instituto de Psicologia da USP, Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira de Azevedo Guerra, dentre os cinco principais atos de violência psicológica elencados por elas – indiferença, humilhação, isolamento, rejeição e terror – este último se coloca como o mais grave. Isso em virtude de sua ação paralisante, intimidatória e terrificante. “Aterrorizar é a estratégia destinada a obter a submissão completa de uma pessoa aos desígnios da outra”, afirmam as estudiosas.

Em seu dia-a-dia profissional, Daniela já registrou diferentes tipos de ameaças contra vítimas de abuso sexual. Os agressores afirmam que vão matá-las ou tirar a vida de alguma pessoa querida, como a mãe, por exemplo. Em geral, quando essas crianças chegam ao hospital estão sendo violentadas já há um bom tempo – as intimidações as impedem de contar o que estão sofrendo para alguém que possa ajudá-las. “Algumas vítimas chegaram a me dizer que, durante a situação de abuso, tiveram uma arma apontada para a cabeça. Enquanto isso, o agressor ia falando ‘não grita’, ‘não reaja’, ‘não fale nada pra ninguém’”, conta a psicóloga.

O terror psicológico, em certas situações, pode ocorrer até mesmo antes do abuso sexual se consumar. Em um dos casos atendidos por Daniela foi isso o que aconteceu. Uma garota, de 12 anos, acabou internada porque estava com pneumonia. Nesse meio tempo, o hospital recebeu uma ligação anônima dizendo que o padrasto estava prestes a violentar a menina sexualmente. “Ele dizia pra garota que pagava não sei quantos reais pra ela transar com ele. Falava também que iria fazer um filho nela porque sabia que a enteada já havia menstruado”, relata.

Quando foi entrevistada por Daniela, a mãe dessa garota desqualificou completamente o marido. Mas não passou disso. Em casa, não tomou nenhuma atitude. A mulher não trabalhava e tinha outros filhos, inclusive com o possível agressor. Ela deixou claro que preferia submeter a filha ao abuso, porque dependia completamente do marido e também tinha medo dele. Nessa situação, a mãe também agride a filha

psicologicamente, haja vista sua indiferença. “Foi um caso bastante difícil de lidar, porque o padrasto da menina era bandido mesmo, criminoso. Ele ligava pro hospital e fazia terrorismo com a gente. Cheguei a sair escoltada daqui de dentro por causa dele”, diz a psicóloga.

Desacreditar uma vítima quando ela conta que está sofrendo violência sexual é também uma forma de agredi-la psicologicamente. “Às vezes, a criança relata na creche ou na escola o que está se passando em casa e os educadores acham que é uma fantasia dela. Em outras ocasiões, até levam a sério e a criança é submetida a um exame. Mas, fisicamente, nenhuma lesão é encontrada, e se esquece o assunto. Só que existe uma série de formas de abuso sexual que não deixam marcas”, explica Daniela.

Segundo ela, até os 7 anos, meninas e meninos podem imaginar algo. Durante esse período, eles costumam criar mentalmente uma imagem primária dos pais mantendo a relação sexual, a partir, por exemplo, de sons que porventura tenham ouvido. Dos 7 anos em diante, porém, dificilmente uma fantasia desse tipo vai ocorrer. Nessa fase do desenvolvimento, a criança se apóia em coisas concretas, não consegue raciocinar de maneira abstrata como nós. “Eu procuro levar a sério tudo o que as possíveis vítimas que chegam aqui dizem. Às vezes elas relatam os fatos de uma forma tão verdadeira, usando inclusive palavras não comuns à idade, que é impossível desconsiderar”, afirma a psicóloga.

Duvidar, muitas vezes, pode ser fatal. Daniela conta um caso que, apesar de configurar abuso extradomiciliar, exemplifica bem a situação. “Por esses dias, chegou até nós uma menina, de 12 anos, que havia sido violentada por um homem casado. O cara que a estuprou já tinha tentado abusar de outra garota, moradora do mesmo bairro. Antes de ser violentada, a menina falou isso pra mãe. A mulher achou que era invenção, não tomou nenhuma atitude. Até que aconteceu.”

O violador sexual ainda agride a vítima moralmente quando ele a corrompe. Uma forma de violência psicológica bastante citada na bibliografia, a corrupção ou exploração de uma pessoa, configura-se quando ela é levada a aceitar idéias ou comportamentos proibidos por lei ou ensinada a servir aos interesses de quem abusa dela e não aos seus próprios. Daniela lembra de um caso. “Uma garota adotada, de 4 anos, estava em processo de adaptação com a nova família. Certo dia, a menina

perguntou à mãe onde estava aquela pessoa que mexia com ela. Disse que sentia falta, porque era gostoso. Essa é uma situação muito complicada porque, dependendo do ambiente familiar, o contato do abusador é o único carinho que a criança recebe. Se ela não sente dor, acaba não encarando aquilo como violência. Vai ter percepção da agressão somente mais tarde, quando estiver entrando na adolescência. Essa criança e a família dela precisam de tratamento psicológico urgente e sério porque, conforme a idade aumenta, as repercussões podem ser muito graves”, alerta.

Lidar com o psiquismo de uma criança abusada sexualmente é algo bastante complicado. Quem acha que os abalos morais se encerram quando o agressor é preso, por exemplo, está muito enganado. “Se o pai, padrasto ou primo abusador acabam detidos, algumas vítimas se sentem culpadas por toda aquela situação. Principalmente se for o pai, porque a pessoa dele é uma referência para a criança. Muitas delas acabam desmentindo tudo aquilo que contaram em relação ao abuso”, explica Daniela. De acordo com a psicóloga, a pressão emocional da mãe influencia bastante nessa hora. “Várias mães ficam dizendo que por causa daquilo que a filha contou, toda a família vai passar necessidade, porque o pai era quem trabalhava e agora está preso.”

A negligência

Elisa tem 13 anos e mora completamente sozinha. A mãe a abandonou para viver com um homem. A garota foi encaminhada, por uma vizinha, ao serviço de psicologia de um posto de saúde municipal. A mãe, então, foi chamada a comparecer na unidade. Os profissionais tiveram dificuldades para lidar com a mulher. Ela mostrou-se resistente: disse que todos ali só queriam incomodar a vida dela; falou que a garota tinha condições de morar sozinha; enfim, inventou várias mentiras para não se responsabilizar. O conselho tutelar já foi à casa da mãe de Elisa várias vezes. E, cada vez que isso acontece, é briga na certa. A mulher culpa a menina por toda aquela situação.

A negligência ocorre quando os pais, tendo condições de vida para tal, deixam de atender a necessidades físicas relacionadas à saúde e educação de seus filhos ou falham na supervisão de atividades que ofereçam riscos à integridade das crianças. Em 2002, foi a modalidade de violência doméstica mais diagnosticada no levantamento realizado pela Rede de Proteção: representou 34,6% das notificações em Curitiba. A negligência pode acontecer por ignorância dos pais sobre os cuidados com as crianças ou, simplesmente, por descaso dos responsáveis em relação aos filhos. Ambas as situações devem ser denunciadas para que os serviços de proteção possam tomar as providências cabíveis.

O abuso moral vai ocorrer justamente na segunda forma de negligência – quando há desinteresse em relação às necessidades físicas dos filhos. A partir do momento em que o responsável tem condições e conhecimento suficiente para atender a criança e não o faz, está sendo indiferente a ela. A indiferença configura-se como uma forma de agressão psicológica, de acordo com as estudiosas do Laci Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira de Azevedo Guerra. “Pais indiferentes também costumam ser distantes, não participativos e/ou não companheiros, ignorando boa parte do comportamento dos filhos, com todas as suas necessidades, todos os seus desafios, todas as suas tão importantes cumplicidades”, afirmam.

A Síndrome de Münchhausen

Felipe chegou a um hospital de referência no tratamento de crianças apresentando coloração amarelada no corpo todo. A mãe disse aos médicos que ela também tinha esse tipo de distúrbio quando criança. Depois de um banho dado pelos profissionais do hospital, a cor amarela sumiu da pele do menino. Era tinta. Com ajuda da avó da criança, a mãe pintava o corpo inteiro do garoto com a finalidade de forjar uma anomalia. Não o fazia por oportunismo, mas sim porque apresentava sérios distúrbios psíquicos.

Assim como a mãe de Felipe, existem casos em que os responsáveis – mais habitualmente a mãe – simulam em seus filhos sinais e sintomas

de doenças com o objetivo de obter lucro ou não. Uma vez no hospital, esses pais exigem que os médicos submetam a criança a uma série de exames e se demonstram sempre insatisfeitos com o diagnóstico e tratamento oferecidos diante, segundo eles, da gravidade do quadro. Trata-se de um distúrbio psíquico denominado Síndrome de Münchhausen por Procuração.

O nome vem da literatura em que um personagem, chamado Barão de Münchhausen, criava histórias fantasiosas detalhadas, nas quais todos acreditavam. De início, a anomalia foi percebida em adultos que criavam doenças para si próprios. Apenas no final da década de 70 é encontrada a descrição do distúrbio dirigido de pais para filhos. Em virtude desse fato, foi acrescido ao nome da doença a denominação 'por procuração' ou 'by proxy'.

A síndrome é considerada uma modalidade de violência doméstica e nela o abuso moral também se manifesta, uma vez que a criança é levada a acreditar que sofre de uma moléstia grave. Muitas vezes, por causa disso, chega a ser impedida pelo responsável de praticar atividades de lazer. A integridade psíquica, assim como a física, é ainda violada em virtude dos inúmeros exames diagnósticos realizados, um procedimento extremamente penoso. O abalo psicológico pode ser tão grande que, em certas situações, a vítima começa a apresentar algumas alterações físicas reais. "Para o adolescente em plena fase de mudanças corporais e emocionais, essa imputação de doença e de 'mais fraco' prejudica a formação de sua nova imagem corporal, que lhe é transmitida sempre como imperfeita e em risco", afirma a pediatra Luci Pfeiffer Miranda.

O nível de gravidade dos casos é variável. Na bibliografia especializada, existem diferentes exemplos. Entre eles estão a falsificação de exames pelo responsável para a indicação de alguma moléstia ou a provocação de coma, com o uso de barbitúricos e sedativos em grandes doses. Há ainda o caso de uma babá que injetava corante azul na pele de um bebê, com o objetivo de forjar hematomas. O presidente da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (Abrapia), Lauro Monteiro Filho, lembra de mais uma história. "A mãe afirmava que a filha chorava lágrimas com sangue, e nada era encontrado nos exames. Foi levada a outros hospitais especializados, com a mãe sempre repetindo

que a criança estava com sangue nos olhos e denunciando que não conseguíamos resolver o problema. Certa vez, porém, vimos que, durante a noite, ela furava o próprio dedo, colocava o sangue no olho da criança e imediatamente chamava a enfermagem”, conta.

Independentemente da gravidade de cada situação, pais que sofrem dessa síndrome necessitam de tratamento psiquiátrico rigoroso, uma vez que o descontrole desse distúrbio pode ser fatal para seus filhos. “Se este tratamento como pessoa doente e inferior vem desde a infância, esse padrão já está afixado em sua personalidade, sendo casos que evoluem para distúrbios severos de comportamento, inadequação social, tentativas de suicídio e, em situações de extrema perversidade do responsável, até para morte”, alerta Luci.



Desde cedo me censuraste (e não somente quando estava só, mas também na presença de outros, pois não sentias quão humilhante era este modo de proceder, e os assuntos de teus filhos eram públicos) que, graças ao teu esforço, vivesse eu sem penúrias, tranqüilo, abrigado e na abundância. Recordo a respeito observações que possivelmente terão gravado sulcos em meu cérebro, como por exemplo: "Aos sete anos eu já tinha de conduzir um carro através dos povoados". "Dormíamos todos em apenas um quarto". "Éramos felizes quando tínhamos batatas". "Durante anos tive feridas abertas nas pernas por não possuir roupa suficiente de abrigo". "Muito rapazola tive de ir em uma loja de Pisek". "De casa não recebia nada, nem mesmo quando estive incorporado ao Exército; ainda mandava dinheiro". "Mas, apesar de tudo, apesar de tudo... o pai sempre era o pai. Quem reconhece hoje isto! Que sabem os filhos? Isso ninguém sofreu! Um filho compreende isso hoje em dia?". Tais lembranças poderiam ter sido meios educativos excelentes em outras circunstâncias, teriam animado e fortificado para sobrelevar as próprias calamidades e sacrifícios sofridos por meu pai. Mas não desejavas isso; a situação, graças ao teu esforço constante, tinha se modificado, e não havia oportunidade para sobressair na forma em que tu o fizeras. Uma oportunidade semelhante somente se poderia ter criado por meio da violência ou de insurreição;

teria sido necessário fugir-se de casa (supondo que se possuísse a resolução e força para fazê-lo, e a mãe não se tivesse oposto, atuando com outros meios). Mas tu não queria nada disso, o definias como mau agradecimento, exaltação, desobediência, traição, loucura. Quer dizer, enquanto que por uma lado nos tentavas por meio do exemplo, comentário e instigação, por outro o proibias severamente. (...)

Como complemento a estas experiências costumavas dizer, em amarga zombaria, que nossa vida ia demasiado bem. Mas essa zombaria não é tal, em um sentido determinado. O que tu tiveste de conquistar, nós o recebemos de tuas mãos, mas a luta pela vida, que te era imediatamente acessível, e que com certeza não se escusa também a nós, tivemos de enfrentá-la muito tarde, com forças de crianças na idade adulta. Não quero dizer que por esse motivo nossa situação necessariamente é mais desfavorável do que foi a tua, mas é certamente igual (com o que naturalmente não se comparam as bases); apenas estamos em desvantagem ao não poder vangloriarmo-nos de nossa indigência, nem humilhar a ninguém com ela, como tu o fizeste com as tuas penúrias. Tampouco nego que me teria sido possível gozar realmente dos frutos de teu trabalho enorme e bem-sucedido, aproveitando-os e continuando para tua felicidade o teu trabalho, mas a isso se opunha o nosso afastamento espiritual. Podia desfrutar o que me davas, mas somente com vergonha, cansaço, fraqueza, sensação de culpa. Em conseqüência, unicamente, podia agradecer-te de modo mendicante, nunca com fatos.

VIII



A HISTÓRIA DE NOÊMIA

Meu nome é Noêmia. Acabei de completar 10 anos. Acordo sempre tarde todos os dias. Quase não dá tempo de almoçar pra ir pra escola; às vezes, até perco aula. Isso acontece porque sempre sou a última a dormir. Fico esperando minha mãe e minha tia irem se deitar para poder trancar a casa e apagar as luzes. Quem me deu essa tarefa foi minha mãe, porque assim – isso foi ela quem disse – não circulo na sua frente. Eu durmo tarde, acordo tarde. Ela dorme cedo e acorda cedo. Por isso, a gente quase não se fala.

A rejeição

Minha mãe gosta mais do cachorro do que de mim. Quando eu era pequena, chegava em casa depois da escola e a encontrava com os braços abertos. Então, eu saía correndo pra dar um abraço. Mas ela passava reto e pegava o cãozinho, de propósito. Não agüento mais isso. Queria que, pelo menos uma vez, minha mãe encostasse em mim, me desse um abraço, um beijo, um carinho, pegasse na minha mão. Mas nem eu nem ela conseguimos nos olhar.

Também! Ela sempre fala comigo gritando, ameaçando. Minha mãe diz que sou um diabo, um demônio, um capeta. Fala que atrapalhei o futuro dela. Que se ela não se casou, foi porque sou um tribufu. Por esses dias me disse, rindo ainda: “Sabe o que você parece? Uma retardada que não deu certo.” Isso me revolta muito. Daí, eu desafio ela, chuto e quebro

as portas. Desconto também nas bonecas. Depois, sinto pena delas, coitadinhas, e vou lá pedir desculpas.

Só dormindo minha mãe me abraça. É que eu tenho o meu quartinho, mas não durmo sozinha de jeito nenhum, por causa dos pesadelos. Agora piorou, porque perdi minha chupeta. Então, depois que tranco a casa e apago todas as luzes, deito na cama com minha mãe. Ela já está dormindo e daí me abraça.

Às vezes, penso que sou um bebê. Ser neném é muito bom. Quando vai tomar banho, ganha carinho. Depois, já cheirosinho, a mamãe pega e coloca ele no colo pra mamar. Aí, quando não quer mais, vai dormir no bercinho. E sonha, sonha com a mamadeira.

O fardo

Quem cuida de mim é minha tia, que é irmã da minha mãe. Por isso, gosto mais dela. É ela quem manda eu escovar os dentes, arrumar o cabelo. Se estamos só nós duas em casa, lar doce lar. Esses tempos, minha mãe ficou umas semanas internada no hospital. Foi uma maravilha! Não aconteceu nenhum problema.

Minha casa é cheia de surpresas. Porque, às vezes, minha tia está do meu lado. Mas, de repente, fica dizendo que é minha mãe que tá certa. Um dia quis fazer um teste, quando minha mãe voltou do hospital. Disse pras duas o que uma tinha falado de mal da outra, só pra ver a cara delas.

A dor física

Às vezes, apanho. Essas marcas aqui no meu braço... Tá vendo? Agora que minha mãe tá doente, minha tia é quem me bate. Esses tempos, a gente ia em uma festa, nós três. Minha tia tava me arrumando. Tirou meu esmalte velho, cortou minhas unhas, colocou as sandálias. Mas, quando tava ajeitando meu cabelo, deu uma briga entre nós duas e eu não quis mais continuar. Daí, minha mãe falou: "Pega a mangueira." E minha tia me deu uma surra com aquilo.

A frieza

Uma época, minha tia começou a cuidar de umas criancinhas aqui do bairro, enquanto as mães iam trabalhar. Fiquei com um ciúme... É que era a *minha* tia, a única que me dava atenção, cuidava de mim... Daí, comecei a puxar briga com as crianças. Uma delas era um menininho de 7 anos.

Teve um dia em que a gente tava na rua, e eu joguei uma moeda no bueiro. Falei pra esse molequinho: "Ai! Caiu ali minha única moedinha, que eu ia usar pra comprar chicletes pra nós dois! Você pode pegar? Abro o bueiro e aí você tenta..." Ele topou. Levantei a grade de ferro, que era bem pesada. Então o garoto pôs uma mão no asfalto e ficou de joelho. Quando ele colocou o outro braço dentro do bueiro pra juntar a moeda, soltei a grade. De propósito. O menininho perdeu todos os dedos da mão.

Agora, as crianças da rua têm medo de mim. Quando eu saio, todo mundo volta pra casa.

Na escola

Na escola, eu também descarrego minha raiva. Enfrento professores, xingo os colegas. Já tive até que trocar de sala. Perdi todos os amigos. Durante as aulas, fico bem desligada, pensando em outras coisas. Quando a professora tenta falar comigo, eu me viro e começo a conversar com quem estiver atrás de mim. Poxa! É um saco ter mais uma pessoa me dando bronca!

A terapia

Minha tia resolveu me levar pra uma psicóloga. Minha mãe nem quis saber do assunto. Toda semana vou na clínica. Lá eu brinco, faço pinturas. No começo, era bem ruim. Quando a médica perguntava da minha mãe, minha voz ia ficando baixinha, baixinha, até que não conseguia mais falar. Mas, depois de um tempo, foi passando. Aí eu já conseguia contar.

Num dos encontros, a psicóloga pediu que eu fizesse dois bonecos de massinha, um da minha mãe e outro da minha tia. Quando acabei, ela perguntou o que eu faria com as duas, se pudesse. Então, peguei o bonequinho da minha mãe e a tesourinha de plástico. Daí, eu disse: "Retiraria as unhas, cortaria os dedos, tiraria os pés, arrancaria os cabelos, furaria os olhos, quebraria os dentes." Com o boneco da minha tia não fiz tanta coisa. Mas minha mãe ficou horrível. Tive medo que a psicóloga contasse o que eu tinha feito pra minha tia quando ela fosse me buscar. Mas a médica prometeu que ninguém ia saber de nada.

Um pouco mais tarde, numa outra sessão, a psicóloga me ensinou a abraçar de um jeito mais gostoso, sem apertar a pessoa. O trato era que eu desse um abraço igual em minha mãe. No outro dia, quando a médica perguntou se tinha dado tudo certo, respondi que sim. Disse que minha mãe ficou contente e que até tinha me perguntado onde eu tinha aprendido aquele carinho. Mas era mentira. Na verdade, tinha apertado minha mãe com força, isso sim.

A ausência

Depois que comecei a fazer terapia, resolvi procurar meu pai. Ele e minha mãe nunca moraram juntos. Minha tia e ela nunca quiseram saber dele por perto. Mas eu precisava falar com meu pai, porque ele também é parte da minha vida, né?!

Eta! Mas como é difícil achá-lo em casa. Ele mora com uma mulher e com os filhos deles. Se ligo pra lá, meu pai sempre saiu com os amigos ou foi trabalhar ou tá no banho. Tudo mentira! Na verdade, não quer conversa. Esses dias, numa das vezes em que consegui falar com ele, perguntei: "Você por acaso virou o presidente da República, que a gente precisa agendar hora pra conversar?" Sabe o que ele me respondeu? Que já tinha outra família e não entendia por que eu estava atrás dele agora, depois de tanto tempo.

Tenho bastante ciúme dos outros filhos do meu pai. Com o salário que ele deve ganhar, podia muito bem me ajudar ou pelo menos dar o óculos de marca que pedi no meu aniversário.

As mudanças

Conversei bastante com a psicóloga sobre o menino que eu machuquei, aquele que perdeu os dedos. Falei pra ela daquele dia, do sangue do garoto, do que a mãe dele fez quando soube, o que minha mãe e minha tia fizeram e o que eu achei de tudo isso. Hoje não dá mais pra consertar o que fiz, mas posso cuidar para que não aconteça de novo. Agora já sei que tenho que pensar bem antes de fazer as coisas, pra que não aconteçam bobagens.

Sabe que eu tenho uma amiguinha na minha escola?! Foi tão bom que ela virou minha amiga... Os professores também tão me tratando diferente. Se me comporto bem, sei que saio ganhando. E se eu fizer alguma maldade ou malcriação, só tenho a perder. Tô tentando até me arrumar direitinho, como uma mocinha, não derrubar as cadeiras quando levanto nem chutar mais as portas.

Mas com minha mãe ainda é difícil... Ela continua gritando comigo e eu não agüento isso! Então, grito também. Mesmo assim, tenho tentado agradar. Esses dias, resolvi fazer uma sopa pra ela. Cortei as cenouras, preparei uma abobrinha, desfiei o frango. Mas tudo o que ela fez foi reclamar da sujeira na cozinha.

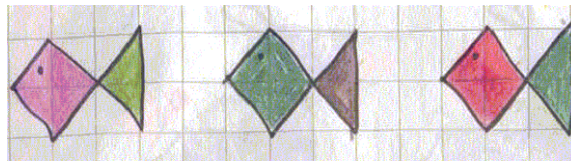
A vinda da mãe

Faz um tempinho que minha mãe começou a ir na psicóloga também. A gente está um pouco mais amiga. É que ela ficou doente e teve que ser internada por algumas semanas. Como um lado do corpo dela treme, a ajudo caminhar. Assim, ela deixa eu encostar nela! Só que quando passa a tremedeira, volta a ficar estúpida. Mas sei que ela não vai sarar mais.

Uma vez, a psicóloga me perguntou se minha mãe sabia amar, se alguém havia ensinado isso a ela. Eu não sabia, né?! Daí, a médica pediu pra que eu perguntasse. Depois, num outro dia, contei que tinha feito a pergunta e que minha mãe disse que nunca recebeu carinho da minha avó. Eu quis saber por que, mas ela não explicou.

Numa outra sessão, a psicóloga pediu que eu conversasse com a minha mãe como se ela estivesse junto no consultório. Então, me sentei de costas pra médica, a sala ficou meio escura, e eu fingi que estava falando com minha mãe. Disse que a perdoava pelo amor que ela nunca me deu, pelo tempo que nunca teve pra mim. Perdoava porque agora eu sabia que a minha avó nunca tinha ensinado isso a ela.

IX



CONSEQÜÊNCIAS DO ABUSO MORAL

Não tenha ilusões, não pense ter expulsado de sua memória as sombrias lembranças, as más influências, as experiências dolorosas. Essas crianças exteriormente limpas e corretamente vestidas, durante muito tempo ainda ficarão marcadas com as cicatrizes de antigas feridas. Será preciso muito tempo e paciência para que certos machucados infeccionados fiquem bons e, mesmo depois de curados, deixam cicatrizes que estarão sempre prontas a supurar outra vez.

Janusz Korczak

Graças à tua conduta nestes últimos anos cheguei a uma comprovação mais ou menos suplementar da forma como concebias teu judaísmo; sustentava que eu deixara de ocupar-me de qualquer atividade judia. Aceita de antemão tua funda aversão por qualquer uma de minhas ocupações e, especialmente, pela maneira como me interessavam as coisas, era natural que também este aspecto meu te fosse antipático. (...) Tratava-se no referido caso de um judaísmo alentado pelo teu judaísmo e, em consequência, da possibilidade de estabelecer novas relações entre nós. Não nego que tais assuntos, se tivesses demonstrado interesse por eles, teriam chegado a ser-me suspeitos, exatamente por causa de ter-te interessado. Nem me ocorre sequer a intenção de afirmar que neste sentido sou melhor do que tu. Mas tampouco se chegou a esse respeito a qualquer prova. Por meu intermédio, o judaísmo chegou a ser abominável para ti, os escritos judeus eram indignos de serem lidos, te "davam asco". Isso pôde significar que continuavas sustentando exatamente que o judaísmo, tal como me havias ensinado em minha infância, era o único verdadeiro; fora disso, nada haveria. Mas que te empenhasses nisso era apenasmente concebível. De modo que o "asco" (afora que, em primeiro lugar, não era a ti inspirado pelo judaísmo, porém pela minha pessoa) apenas podia significar que reconhecias inconscientemente a dubiedade de teu judaísmo e de minha educação judia, que de modo algum querias que te fosse recordada, e que toda a lembrança nesse sentido replicavas com franco ódio. Por outro lado, tua apreciação negativa de meu novo judaísmo era muito exagerada; em primeiro lugar, porque implicava tua maldição; em segundo, porque era decisiva para seu desenvolvimento a relação

sistemática com o próximo, ou seja, que em meu caso se tratava de algo mortal.

Com mais acerto dirigias tua antipatia contra o fato de eu escrever e tudo quanto, desconhecido para ti, se relacionava com essa atividade. Nela, realmente, me tinha eu tornado independente e afastado, parcialmente de ti, mesmo quando a situação fazia lembrar um verme que, amassado com o pé em sua parte traseira, parte com a anterior e se arrasta para um lado. Sentia-me de certo modo seguro, podia respirar; a aversão que logicamente sentias contra meus escritos me era extremamente grata. Minha vaidade e meu amor-próprio sofriam ante a saudação, já famosa entre nós, com que recebias os meus livros: "Deixa-o sobre a mesinha de cabeceira!" (quase sempre estavas ocupado em um jogo de cartas, quando chegava um livro), porém no fundo me comprazia, não somente por maldade insatisfeita, não somente por alegria derivada de uma nova comprovação de meu conceito de nossas relações, mas em primeiríssima origem, pois essa fórmula me soava mais ou menos assim: "Agora és livre!" Naturalmente, tratava-se de um engano; não era, ou, no caso mais favorável, ainda não era livre. Meus escritos tratavam de ti; neles lamentava o que não podia lamentar sobre teu peito. Era uma despedida de ti, voluntariamente dilatada que, embora tu forçasses, ia pelo rumo que eu lhe determinara. Mas, quão ridículo era tudo isso! Em realidade, apenas é digno de ser mencionado porque aconteceu em minha vida, na infância como pressentimento, mais tarde como esperança, e ainda mais tarde com freqüência como desespero e (se assim se deseja, apesar de tudo outra vez em tua figura) ditou-me minhas escassas e pequenas decisões.



As marcas

Noêmia é um exemplo claro daquilo que a violência psicológica, a longo prazo, pode causar. Desde fevereiro de 2003, a garota está recebendo acompanhamento terapêutico na clínica-escola de psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná. Estudante do 5º ano do curso, Janete

Schreiner é quem está prestando o atendimento, auxiliada por profissionais, professores da universidade.

O caso chegou à clínica por meio de uma solicitação do colégio onde Noêmia estuda. O grupo escolar percebia, no cotidiano, a agressividade da menina e constatou, no único contato que teve com mãe, que havia algo fora do lugar no relacionamento entre as duas. "Conversei com a pedagoga da escola e ela estava aterrorizada com as palavras ditas pela mãe na única vez em que compareceu à escola. Antes de qualquer explicação por parte da pedagoga, já foi ameaçando: 'Vocês me chamaram por quê? Minha filha está dando problemas? Porque se estiver, resolvo isso rapidinho. Assim como eu coloquei no mundo, também tenho o direito de tirar.' Depois desse episódio, o colégio não teve mais coragem de procurar a mãe, com receio de que ela realmente fizesse mal à criança", conta Janete.

Após a solicitação da escola, a tia de Noêmia passou a levá-la às sessões na clínica de psicologia. Segundo Janete, de início a tia já relatou que a garota foi rejeitada desde a vida intra-uterina. A mãe pensou muito em aborto, mas a irmã desencorajou a tentativa, bem como a entrega do bebê para adoção. "Depois do nascimento, a tia se encantou com o neném, e convenceu a mãe a ficar com a criança", explica. Noêmia foi fruto de uma gravidez indesejada. A mãe gostava de um rapaz, que não correspondeu aos seus sentimentos. Como forma de vingança, entregou-se a outro homem e, dessa relação, resultou a gravidez. Ainda segundo o relato da tia, quando bebê, Noêmia nunca pegou o peito da mãe. "Disso, pode-se fazer uma leitura dupla: a criança não pegou o peito da mãe ou foi a mãe quem jamais ofertou de verdade esse peito?", questiona a estudante.

A rejeição trouxe conseqüências terríveis para o desenvolvimento de Noêmia, muitas delas perceptíveis já em seu depoimento. É exibicionista. Na escola, por exemplo, se comporta com agressividade, de modo a chamar a atenção dos outros. Isso ocorre em virtude da negligência emocional e da falta de vínculos afetivos. É também materialista. "Quando Noêmia me contou que havia pedido de presente ao pai um óculos de marca, me surpreendi, porque ela tem uma condição de vida bastante carente. Inclusive, para poder freqüentar as sessões, ganha isenção de pagamento na clínica e recebe o vale-transporte gratuitamente, por meio de pedidos

ao serviço de transporte público municipal. Essas crianças negligenciadas se tornam extremamente materialistas porque aprenderam que as coisas materiais não ofertam risco, diferentemente das pessoas, que magoam”, explica Janete.

Noêmia ainda apresenta comportamentos contraditórios, que expressam ora maturidade ora imaturidade. Em virtude do sofrimento, possui um entendimento grande para uma garota de apenas 10 anos de idade. Mas, ao mesmo tempo, fantasia um retorno à condição de bebê e tem posturas infantis, como o uso de chupeta, por exemplo. Sintomas como os citados podem provocar condutas comprometedoras, assim como a assumida por Noêmia no episódio em que os dedinhos de seu vizinho acabaram decepados. Se não tratados, a possibilidade de resultarem em delinqüência, prostituição ou uso de drogas é bastante grande.

Diante desse complicado e grave quadro, Janete chegou a questionar-se se não deveria acionar o conselho tutelar, requisitando o afastamento de Noêmia de casa. Para justificar a necessidade de separação, Janete alegaria o conjunto de maus-tratos sofridos pela menina: a negligência da mãe, a agressão verbal e o abuso físico. Depois de muito pensar, achou melhor, porém, aguardar os resultados da terapia. “Apesar da relação prejudicial com a mãe, a garota ainda mantém algum vínculo com a tia. Se ela fosse enviada a um abrigo, esse laço se perderia. Na época, foi isso o que me deixou mais dividida”, conta.

Após quase um ano de tratamento, a futura psicóloga está otimista com os progressos da paciente. “A garota já desenvolveu sensibilidade. Isso impede o nascimento de um sociopata, que é alguém sem sentimentos, igual a um objeto. Porque o amor é algo que está latente em nós; somente se revela quando estimulado em nosso cérebro”, explica. Na escola, os resultados positivos também estão aparecendo, uma vez que a professora reforçou os objetivos da terapia em sala de aula, valorizando a criança nas conquistas escolares e mudanças de comportamento em relação aos colegas.

O processo de melhora, entretanto, é lento, principalmente porque exige mudança de postura por parte da mãe, que não está correspondendo ao tratamento de forma tão satisfatória quanto a menina. Em função disso, Noêmia ainda mantém dois comportamentos bem distintos. Na clínica é

uma criança dócil, mas em casa continua desafiadora, embora tenha ocorrido uma aproximação após a descoberta da doença da mãe.

Depois de várias tentativas via telefone, Janete convenceu a mãe a participar do tratamento. Em agosto de 2003 ela iniciou a terapia, atendida por outra estudante na clínica de Psicologia. Após as sessões, as alunas reuniam-se com a professora supervisora para avaliar as coincidências e distorções daquilo que as pacientes haviam dito em consulta. Descobriu-se que a mãe é vítima de uma depressão iniciada logo depois do parto e que persiste até hoje. Por esse motivo, toma remédios psiquiátricos. Senhora jovem, com cerca de 40 anos, possui uma imagem bastante negativa de si própria.

De sua infância, fala muito pouco. Sabe-se, apenas, que a mãe faleceu cedo e que ela e a irmã criaram-se com bastante sofrimento, uma cuidando da outra. Em vez de falar sobre si mesma, em terapia a mãe faz um 'desvio de atenção': queixa-se da filha para que a psicóloga não se concentre nas angústias dela. "A mãe diz que a garota é estúpida, desajeitada, que continua quebrando as portas. Argumenta ainda que é uma pessoa depressiva, toma remédio para pressão alta, tem dores pelo corpo todo e por isso não suporta os abraços da filha, que doem. Daí, novamente, pode-se fazer uma leitura dupla: os abraços doem, mas é no físico ou é na alma?", questiona Janete, mais uma vez.

Mesmo despendendo maiores cuidados em relação à menina, a tia age, quando lhe convém, como cúmplice da mãe nos maus-tratos. "Em uma das sessões, por exemplo, a tia pediu para conversar um instante a sós comigo. Contou, então, que aquela semana tinha sido triste, porque Noêmia havia corrido de facão atrás da mãe, por causa de um copo d'água. Mais tarde, liguei para a casa delas. A própria mãe me disse que foi ela quem pegou o facão para ameaçar a garota, e não o contrário", conta Janete. O que a estudante percebe é que a tia está cansada. "Fiquei com o fardo de criar uma criança que não é minha, mas que eu tenho toda a responsabilidade. E, quando vou dar uma dura, ainda tenho que escutar da minha irmã: 'Devagar, que a filha é minha'", disse a tia certa vez a Janete.

A tia não está participando da terapia, mas percebe-se que, caso fosse convidada, viria sem objeções. Embora em um primeiro momento

se tenha priorizado a mãe, figura mais problemática do sistema familiar, Janete acredita que uma terapia em família, com a participação das três, pode render bons frutos. Mas para isso é primordial que a relação mãe e filha se aprofunde mais, agora que já existe um certo diálogo. "A mudança de comportamento da mãe é o ponto mais importante. Infelizmente, ela já começou a dar algumas indiretas insinuando que não quer mais comparecer à terapia. Ora a desculpa recai sobre os problemas de saúde ora sobre a falta de dinheiro. E a gente aqui na clínica tenta ajudá-la nessas questões, para conseguir dar continuidade ao tratamento. Mas há um receio bastante grande de que a mãe interrompa", afirma Janete.

A estudante diz que ficará muito decepcionada se for obrigada a encerrar o caso, mas afirma que manterá o atendimento até quando houver possibilidade. "Não dá pra gente esperar uma relação sadia e plena entre a mãe e a filha. Mas é possível fazer com que a convivência não seja tão patológica, comprometedora. Se as duas conseguissem manter uma relação de respeito, dentro do nível sociocultural delas – porque não se pode exigir um comportamento refinado – já seria uma grande vitória", finaliza.

O desenvolvimento infantil

Imagine um bebê, de aproximadamente 10 meses. Ele engatinha em direção a algum objeto. É a fase das descobertas. Quando está próximo, a mãe diz: "Não!" O neném repete o "não", cai na risada e mexe mesmo assim. Para ele, é tudo uma brincadeira. Às vezes, engatinha mais rápido, como num pega-pega, porque sabe que a mãe vem logo atrás. Mas a mãe interpreta o ato de forma diferente: "Ele é um safado. Sabe que não pode, dá risada da minha cara e mexe." Por causa disso, ela começa a gritar ou bater e, nas primeiras vezes em que isso acontece, a criança nem sabe por que está sendo agredida. O bebê apenas vai entender aquilo como uma bronca quando os maus-tratos se tornam repetitivos. Somente aí ele percebe que suas atitudes causam raiva na mãe.

Imagine esse bebê mais crescido, entre 2 e 4 anos de idade. É a fase do desenvolvimento, quando ele busca independência. A mãe diz: "Ponha o sapato azul." Mas a criança quer colocar o sapato rosa. Indiferente

ao fato de que o filho necessita, nesse momento da vida, fazer escolhas, a mãe inicia uma série de agressões: impõe suas vontades, discute, briga, grita. Imagine que o bebê continue crescendo, e os maus-tratos da mãe, se intensificando. Agora ela já o desqualifica. "Você só faz besteira mesmo, faz tudo errado", diz. E a criança vai guardando todas essas mensagens dentro dela.

Imagine, agora, que o bebê tem 7 anos. Nessa idade, todos os valores morais dele estão formados. É como se o programa-mestre de um computador já estivesse gravado definitivamente na memória da máquina. A partir desse momento, aquele neném vai reproduzir os comportamentos negativos aprendidos no curto espaço de tempo em que está vivo. Ele viu a mãe gritar, e grita também. Viu a mãe mentir, e mente também. Inconsciente de ser a responsável pelo repasse desses maus comportamentos ao filho, a mãe exige que ele aja de outra forma. Para consegui-lo, ela o humilha. A criança, agora com 7 anos, vai armazenando os comentários depreciativos. Esse estoque irá explodir na adolescência, quando ela precisará lidar com o conteúdo negativo para a formação da personalidade adulta. Caso o adolescente não encontre alguém que o ajude a perceber que ele não é tudo aquilo de ruim que a mãe dizia, desenvolverá uma série de incapacidades ao longo da vida.

Essas 'incapacidades', que seriam as conseqüências que o abuso moral pode trazer, se revelam de variadas maneiras. Cada vítima pode mostrar seu sofrimento de forma diferenciada, de acordo com sua personalidade e o ambiente onde vive. É possível que a criança ou adolescente agredido se deixe humilhar diante dos maus-tratos dos pais e suporte tudo aquilo quieto em um canto. Mas também é capaz de desenvolver algum transtorno de conduta, em que machuca os outros, não obedece a ninguém e tenta chamar atenção para si durante todo o tempo. Essa última possibilidade foi o que aconteceu com a menina Noêmia. "Técnicamente, poderíamos colocar duas situações: uma em que a vítima elaboraria uma reação 'internalizante' e outra em que a resposta seria 'externalizante'. Quando o agredido dirige o sofrimento para si próprio e desenvolve depressão na infância, adolescência ou idade adulta, problemas de saúde ou ansiedade exagerada, está reagindo de maneira 'internalizante'. Agora, se o abusado coloca para fora sua dor e acaba elaborando um

comportamento anti-social, está respondendo de forma 'externalizante'", explica a psicóloga Maria da Graça Padilha.

Um ponto, porém, é fato: a agressão psicológica é tanto mais grave quanto mais precoce. Quando os maus-tratos começam cedo, são capazes de desarranjar o futuro e desestruturar a personalidade com maior intensidade. "Por exemplo: um adolescente que passa a ser agredido, depois de uma separação conjugal, pelo pai, pela mãe ou pelo companheiro de um deles. Se o jovem teve uma infância saudável, que permitiu a formação de uma personalidade equilibrada até os 7 anos de idade, de alguma forma irá reagir aos maus-tratos. Ele vai tentar entender, procurar ajuda, se revoltar. Agora, se aquele adolescente foi maltratado desde pequeno, nem vai perceber que aquilo é anormal e muito menos imaginar que ele tem direito a outro tipo de vida", afirma a pediatra, membro da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência, Luci Pfeiffer Miranda.

Muitas pessoas ainda acham que a violência praticada pelos pais somente traz conseqüências graves quando atinge o físico da criança ou adolescente. Essa é uma afirmação que precisa ser desmistificada. As marcas que o abuso moral – seja isolado ou associado a outros tipos de maus-tratos – são reais, graves e podem ser comprovadas por profissionais. A violência física, realmente, possui maior visibilidade – escoriações, queimaduras, cortes, fraturas. A agressão psicológica, porém, deixa outros tipos de marcas. Na medida em que uma criança é ridicularizada, desvalorizada, criada em ambientes promíscuos ou vítima de constantes ameaças e acusações, lesões profundas vão sendo formadas em seu superego – instância que atua, dentro da abordagem psicanalítica, como nosso juiz, sendo responsável pela interiorização dos valores.

A já citada pesquisa que investigou a prevalência da violência psicológica doméstica entre os calouros da USP no ano 2000 revelou que o tipo de abuso moral mais duradouro foi aquele que combinou terror, rejeição e humilhação. Segundo o estudo, essas práticas chegaram a ocupar, em média, de 10 a 14 anos da vida de determinados alunos participantes. "Considerando o terror como prática de tortura e, portanto, de produção de dor física e emocional, e considerando também a rejeição e humilhação como formas de produção da chamada 'ferida narcísica', pode-se imaginar

as conseqüências devastadoras da conjugação desses atos, durante mais de 10 anos, para a formação do *self* das vítimas e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do senso de identidade (autônoma, segura e responsável)”, afirmam as autoras da pesquisa, Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira de Azevedo Guerra.

Rastros psíquicos

Olavo, 16 anos, é filho de pai militar. Quando mais novo, sua irmã menor foi vítima de uma doença bastante grave. Nesse período, todas as atenções da família voltaram-se para a garota, uma vez que se tratava de uma questão de vida ou morte. Ao mesmo tempo, os pais de Olavo lhe infligiam todo o tipo de cobrança. O menino deveria obedecer a tudo, comportar-se muito bem e agir sempre dentro dos padrões vigentes em sua casa, ainda mais diante da difícil situação em que se encontrava a irmãzinha.

Quando chegou à adolescência, o pai decidiu procurar um médico, preocupado com o comportamento expressado pelo garoto. Queixou-se que Olavo era acomodado, estudante displicente, incapaz de decidir algo sozinho e não demonstrava ter objetivos na vida. O médico constatou, então, que isso tudo era resultado dos bloqueios impelidos pelos pais ao menino. Olavo não possuía poder decisório porque nunca teve a chance de fazer escolhas. Não estabelecia metas na vida porque nunca ninguém o ensinou a fazer isso. “Você é incapaz” – essa era a mensagem que ele havia recebido e armazenado desde a infância.

Uma das primeiras conseqüências psíquicas percebidas em vítimas de violência psicológica doméstica é a baixa auto-estima. “A criança, quando agredida, deteriora o conceito que tem de si própria muito mais profundamente que o adulto abusado, uma vez que este último possui a proteção da personalidade já estruturada. Os maus-tratos morais domésticos atingem de fato a criança porque, geralmente, quem agride é uma pessoa de referência para ela”, explica a psicóloga Sylvia Evrard.

A psiquiatra francesa Marie-France Hirigoyen aponta ainda outras marcas que o abuso moral é capaz de deixar no psiquismo, não somente de crianças e adolescentes, mas de vítimas de qualquer idade. Segundo ela, num primeiro momento, os agredidos se sentem confusos, a ponto de não encontrarem meios para reagir à violência, mesmo diante da certeza de estarem sendo injustiçados. "Diante dessa rejeição violenta, sentida, mas verbalmente negada, as vítimas tentam inutilmente compreender e explicar-se. Buscam razões para o que lhes acontece e, não conseguindo encontrá-las, tornam-se permanentemente irritadiças ou agressivas, perguntando-se a todo instante: 'Que foi que eu fiz para que ele(a) me trate assim? Será que tem alguma razão para isso'", conta a psiquiatra.

O resultado psicológico da dúvida é o estresse. Em nível crônico, ele é capaz de provocar ansiedade generalizada, distúrbio em que a vítima se torna permanentemente apreensiva, tensa e vigilante. Estressado, o agredido tem medo de desagradar o agressor e teme seu desprezo, frieza e sarcasmo. "Por enfrentar tudo isso, as vítimas sentem-se sós. Como falar disso a alguém de fora? A destruição subterrânea é inexprimível. Como descrever um olhar carregado de ódio, uma violência que só aparece em subtendidos ou em silêncios?", questiona Marie-France.

A longo prazo, o estresse transforma-se em depressão, doença muito mais difícil de ser diagnosticada na infância. "A criança não vai dizer diretamente, como o adulto, que está deprimida porque ninguém a ama e cuida dela. É preciso estar atento a certos comportamentos para perceber a depressão, como quando a criança chora e grita por qualquer coisa, fala em morrer, diz que quer sumir", explica a psicóloga Sylvia Evrard. A falta de energia e interesse nas atividades cotidianas, os surtos de agressividade e a vontade de se matar são sensações comuns entre os depressivos. "Quando há um suicídio, ou tentativa de suicídio, isso conforta os perversos em sua certeza de que o outro era fraco, perturbado, louco, e que as agressões que lhe eram infligidas eram justificadas", destaca a psiquiatra Marie-France.

À primeira vista, muitos poderiam imaginar que, depois de afastada do agressor, a vítima se recupere rapidamente e volte a ter uma vida normal. Nem sempre. A separação, normalmente, se dá com muita dor ou culpa. Com a ajuda da terapia, muitos abusados, apesar de nunca

esquecerem o sofrimento pelo qual passaram, conseguem fazer com que aquela experiência ruim tenha cada vez menor influência em suas vidas. Outros agredidos, porém, podem desenvolver distúrbios físicos e psicológicos retardados. Entre esses últimos, pode-se citar a continuidade do sofrimento mesmo após o cessar dos maus-tratos; a ansiedade generalizada, na tentativa de disfarçar o abuso sofrido; a restrição de afetos; a autovigilância excessiva e a incapacidade de iniciativa pessoal.

A agressividade incontrolável é ainda outra espécie de distúrbio psíquico retardado do abuso moral. Esse tipo de reação é encarado como uma maneira de as vítimas extravasarem o conteúdo armazenado durante o tempo em que não podiam se defender, ou como uma violência transmitida. A manifestação da agressividade em crianças e adolescentes na forma de abuso transmitido é muito grave: neles pode estar latente um potencial agressor psicológico, a desabrochar na idade adulta.

O rendimento escolar

“José’ – 15 anos

José é o segundo filho de pais que se separaram quando tinha 4 anos. Seu irmão mais velho tinha 5 na época da separação. A mãe, professora universitária, estava no meio de seu curso de mestrado quando se soube grávida do segundo filho, que nasceria quando o primeiro tivesse 11 meses.

Traz José à consulta por pedido da escola, pois apresenta baixo rendimento escolar, desinteresse pelos estudos, não fazendo os deveres que leva para casa, permanecendo dormindo na sala de aula por grandes períodos.

A mãe diz que ele sempre lhe ‘deu problemas’, até mesmo antes de nascer. Ela se diz cansada de tentar educar o filho, pois já fez de tudo, até abandonou sua carreira universitária quando ficou grávida, pois além de ter outro filho muito pequeno, passou muito mal em toda a gravidez de José. Relata uma gestação extremamente difícil, com mal estar constante, náuseas e vômitos todo o tempo, que a levaram a dois internamentos hospitalares.

Sobre sua infância, José diz não ter muitas lembranças. Segundo a mãe, ficava em berçário desde 1 mês de idade. Ela não o amamentou. Não aceitava bem as mamadeiras, nem depois a alimentação salgada. Ele chorava muito à noite quando pequeno. Ela acredita que isto ajudou a por fim em seu casamento, pois José transformou a vida da família num 'inferno'.

O pai, José não vê há mais de seis meses, como sempre vem acontecendo desde a separação.

Quando criança, a mãe diz que ele estudava em escola em período integral e, apesar de ela pagar uma escola muito cara, ele nunca deu valor, pois sempre era chamada para conversar sobre o comportamento apático de José e seu baixo rendimento.

Quando José consegue falar, ele responde secamente às perguntas, olhar vago, indiferente. Diz ter estado em consultório de psicologia desde que consegue se lembrar.

Sobre seus hábitos, vai para a escola pela manhã, não se alimenta antes, a mãe fica dormindo até mais tarde. O almoço, faz em algum shopping com os colegas. As tardes passa ou com os amigos, ou sozinho em casa, assistindo à televisão ou dormindo. À noite, faz um lanche, ou come pizza, às vezes com o irmão, que o critica muito. A mãe trabalha também à noite. Prefere ficar sozinho. Se pudesse, ficaria no shopping até a hora de dormir. Lá ele tem com quem conversar.”

Esse é um dos casos reais contados pela pediatra Luci Pfeiffer Miranda em sua monografia de conclusão do Curso de Pós-Graduação em Adolescência da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). A partir da história de José, percebe-se que a queda do rendimento é, ao mesmo tempo, sintoma e consequência da violência psicológica doméstica. Em virtude da depressão causada pelos maus-tratos, a criança ou adolescente vão perdendo a energia e a vontade de desenvolver os afazeres diários e, até mesmo, as atividades a que antes davam importância.

Rastros físicos

“Tive conhecimento de uma pesquisa realizada nos Estados Unidos em que mais de 3 mil adultos, vítimas de maus-tratos quando pequenos, foram submetidos a uma bateria de exames – eletroencefalograma, tomografia, ressonância. O estudo constatou que as vítimas de abuso psicológico isolado tinham um considerável aumento de alterações eletroencefalográficas e apresentavam diminuição em órgãos cerebrais responsáveis pela produção de serotonina, substância reguladora do humor, do bem-estar. Isso prova que a cicatriz não é apenas emocional. A agressão constante provoca, de fato, lesão nos órgãos cerebrais”, conta a pediatra Luci Pfeiffer Miranda.

Causador de danos não apenas no cérebro da vítima, o abuso moral é capaz de provocar distúrbios em vários outros órgãos do corpo. O estresse gerado pela violência é responsável, num primeiro momento, por palpitações, falta de ar, fadiga, perturbações no sono, dores de cabeça, perturbações digestivas e dores abdominais. “Diante de uma situação estressante, o organismo reage pondo-se em estado de alerta, produzindo substâncias hormonais, causando depressão do sistema imunológico e modificação dos neurotransmissores cerebrais. De início, trata-se de um fenômeno de adaptação, que permite enfrentar a agressão, seja qual for sua origem. Quando o estresse é episódico e o indivíduo consegue administrá-lo, tudo volta à ordem. Se a situação se prolonga, ou repete-se com intervalos próximos, ultrapassa a capacidade de adaptação do sujeito e a ativação dos sistemas neuroendócrinos perdura. E a persistência de elevadas taxas de hormônios de adaptação acarreta distúrbios que podem vir a instalar-se de forma crônica”, explica a psiquiatra Marie-France Hirigoyen.

No estágio depressivo, os agredidos podem apresentar úlceras de estômago, doenças cardiovasculares, doenças de pele, fraqueza e emagrecimento. Também decorrente do conturbado estado psíquico da vítima, a auto-agressão é outro tipo de conseqüência da violência psicológica capaz de manifestar-se no físico da criança ou do adolescente. Por meio de lesões provocadas ou autoflagelação, os agredidos procuram atrair atenções para si. “Como outra forma de violência, esta do indivíduo contra

ele próprio, a auto-agressão pode ser percebida em crianças e adolescentes que procuram fixamente atividades de risco ou fazem as rotineiras de maneira perigosa”, alerta Luci. De diagnóstico difícil por, geralmente, ser mascarada pela vítima e não percebida pelos responsáveis, a auto-agressão exige acompanhamento psiquiátrico severo, uma vez que pode resultar em suicídio.

A pediatra ainda coloca que, mais especificamente em crianças, qualquer modalidade de violência doméstica dificulta o aumento do peso, independentemente do padrão econômico da família. Os maus-tratos em casa também podem ser responsáveis por um desenvolvimento psicomotor abaixo do esperado para a idade da criança. Essa deficiência se manifesta principalmente em dificuldade de aprendizado na escola.

Em muitas ocasiões, determinados problemas físicos – assim como certas patologias psíquicas – permanecem mesmo após a vítima afastar-se do agressor. Como foi dito, são os chamados distúrbios retardados. Entre os físicos, estão a fadiga crônica, insônia, dores de cabeça, hipertensão arterial, eczema, úlcera gastroduodenal e bulimia.

Uso de drogas

“José – 15 anos

(...)

Ao exame, adolescente de baixa estatura, obeso, olhos congestos. Odor de cigarro. Longe da mãe, diz que fuma uma carteira de cigarros ao dia, ‘como é normal’. Nega outros vícios. Ao ser indagado sobre o sono durante as aulas, não responde. Sobre sua infância, diz que não tem o que lembrar. Afirma ser burro mesmo e que não consegue aprender, tanto que já desistiu de estudar este ano – ‘não adianta mesmo’.

Sobre o que desejaria fazer no futuro, diz que não está interessado, quem sabe engenheiro como o pai, se conseguir..

Dois meses após, é internado por overdose de cocaína, que comprava com um dos ‘amigos’ no shopping desde os 12 anos; desde os 10

usava maconha. A mãe nunca percebeu nada. Segundo José, ele nem sabe mesmo se ela algum dia olhou para ele.”

Esse foi o desfecho da história de um dos Josés presentes no trabalho de pós-graduação da pediatra Luci Pfeiffer Miranda, semelhante ao caminho trilhado por inúmeras vítimas da violência doméstica em qualquer uma de suas modalidades. Em virtude da inexistência de vínculos familiares e das falhas na formação dos valores morais até os 7 anos de idade, crianças e adolescentes abusados podem vir a procurar outras maneiras de sentir segurança e bem-estar. O uso de drogas é uma delas, independentemente de posicionamento social.

De acordo com o estudo realizado pela pediatra, a cola, os solventes, a maconha e o crack são as drogas mais consumidas por crianças e adolescentes pertencentes às classes desfavorecidas. Isso por dois motivos: o baixo custo de aquisição e a dificuldade de enquadramento criminal dos adultos vendedores dos dois primeiros tipos de substâncias. “Nos adolescentes de padrão socioeconômico mais alto, habitualmente os primeiros vícios são o cigarro e as bebidas alcóolicas, passando depois para a maconha, crack e cocaína”, completa.

Delinqüência

Patrícia tem dois filhos: Renato, de 8 anos, e Sara, com 4. A garota é querida por ela, mas o menino não. Em virtude da grande rejeição da mãe, Renato passava de “mão em mão”, entre familiares e conhecidos de Patrícia. Mas ninguém de fato o assumia, porque o garoto era dono de uma conduta comprometedora. Com sua pouca idade, ele já havia estuprado a irmã, ia para rua e somente depois de vários dias voltava para casa. Também roubava, mentia, manipulava as situações a seu favor.

Quando a escola onde Renato estudava solicitou atendimento na unidade de saúde, o garoto estava novamente morando com a mãe. A psicóloga do postinho classificou o caso como grave, uma vez que o comportamento do menino se assemelhava ao de um psicopata,

conduta de difícil tratamento. Somente o surgimento rápido de um laço afetivo forte seria capaz talvez de recuperar Renato. Como ele não tinha pai, apenas a mãe poderia estabelecer esse vínculo com a criança. Mas não foi possível.

Patrícia não batia em seu filho, mas sua falta de afeto para com ele era claramente perceptível. Com a desculpa de não agüentar mais a desobediência do garoto, que a prejudicava até mesmo no trabalho, a mãe o abandonou em um orfanato. Estranhando o desaparecimento de Patrícia e do filho, a psicóloga resolveu telefonar e chamá-la à unidade de saúde. Mas a mãe não apareceu. Até hoje, ninguém sabe em que abrigo ela acabou deixando o menino.

Além de usuários de drogas, vítimas de qualquer tipo de maus-tratos domésticos podem tornar-se meninos de rua e/ou delinqüentes. Segundo levantamento do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc) – citado por Luci Pfeiffer Miranda em sua monografia – no ano de 1999, 9,8% de 803 meninos de rua entrevistados haviam saído de casa por causa de problemas familiares ou expulsão. A pesquisa, que tinha por objetivo construir uma caracterização das crianças e adolescentes de rua na capital paranaense, revelou também que 247 deles (30,8%) consumiam algum tipo de droga.

A pediatra classifica os meninos de rua como crianças e adolescentes que transformaram a rua em espaço de vida e possuem nenhum vínculo ou relacionamento casual com a família. “Depois de alguns dias nas calçadas, a liberdade de poderem decidir o que fazem, a ausência de horários e cobranças, a falta de supervisão, controle ou limites do adulto responsável, a distância dos conflitos familiares e das agressões, o acesso fácil às drogas, faz aquele seu lugar ideal para viver”, afirma.

A agressão doméstica abre caminho ainda para a delinqüência, uma vez que as vítimas não desenvolvem critérios morais estruturados, em função dos vínculos afetivos fracos ou inexistentes. A dependência química é uma agravante nesse caso, uma vez que o usuário pode vir a cometer crimes com o objetivo de obter a droga.

Segundo pesquisa do Instituto de Ação Social do Paraná (Iasp) – também citada por Luci Pfeiffer Miranda – em 1997, 90% das crianças e

adolescentes infratores que se encontravam no Educandário São Francisco (entidade administrada pelo órgão governamental) haviam sido vítimas de maus-tratos moderados a graves dentro de casa. Muitos deles, durante o período de estada na instituição, não recebiam visitas da família nem sequer telefonemas. O roubo foi a infração com maior número de registros entre as crianças e adolescentes de 12 a 18 anos institucionalizados.

A prostituição é outra triste saída escolhida por vítimas, especialmente garotas, para a subsistência após uma fuga de casa em virtude de maus-tratos domésticos. "Sem o apoio da família e excluída pelo meio social, passa a exercer o papel da prostituição comandada por um terceiro. Este tipo de prostituição não acontece apenas com meninas de favelas, mas também, com algumas características diferentes, em adolescentes de todos os padrões sociais", destaca Luci. Além daquelas que encontram no comércio sexual a forma de se sustentarem nas ruas, há garotas que, mesmo permanecendo em suas casas, procuram na prostituição uma mudança de padrão de vida. Essa escolha, em geral, é resultado da falta de vínculos com a família e da deformação de valores morais, muitas vezes ocasionadas por abusos domésticos.



(...) Escolher uma profissão. Tu, indubitavelmente, me davas para isso liberdade absoluta, com tua maneira ampla e, neste sentido, quase tolerante. Por certo, seguias com isso as normas gerais, também aplicáveis para ti, da classe média judia para com seus filhos, ou pelo menos a avaliação dessa classe social. Por fim, também contribuiu para isso um dos teus erros com respeito à minha pessoa. Consideras-me, desde antes, com orgulho paternal, por desconhecimento de minha existência real e por inferência de minha fraqueza, extremamente laborioso. Segundo a tua opinião, desde criança estive sempre aprendendo e mais tarde escrevendo continuamente. Isto não é verdade nem remotamente. Antes se pode dizer, em contraste e com muito menor exagero, que aprendi pouco e nada assimilei; que alguma coisa tenha ficado retida, através dos muitos anos, com uma memória normal e um poder de assimilação que não é péssimo, não é tão notável, porém, de qualquer modo, a riqueza

total de conhecimentos, e especialmente de fundamentação do conhecimento, era em extremo pobre ao ser comparada com a inversão de tempo e dinheiro, em meio a uma vida tranqüila, exteriormente sem preocupações, também especialmente por comparação com quase todas as pessoas que conheço. É lamentável, mas compreensível para mim (...) Apenas me preocupava o cuidado de mim mesmo, mas em formas diversas. Por exemplo, como inquietude pela minha saúde; começou devagar, de vez em quando aparecia um pequeno temor pela digestão, a queda do cabelo, um encurvamento na coluna vertebral e outras coisas; foi aumentando paulatinamente em infinitas gradações e por último terminou com uma enfermidade verdadeira. Como não estava certo de coisa alguma precisava a todo instante de uma nova ratificação em minha existência; não possuía nada realmente apropriado, indubitável, único, exclusivo para mim: em verdade, um filho deserdado; também o mais próximo, o próprio corpo, tornou-se inseguro; cresci muito, mas não sabia que partido tirar disso, a carga era muito pesada, a espádua ficou-me encurvada; apenas me atrevia a mover-me ou a realizar exercícios físicos; fiquei débil, assombrado, considerava uma maravilha tudo quanto ainda possuía, tal como a minha boa digestão; isso foi o bastante para perdê-la e, com isso, o caminho para a hipocondria estava livre, até que, como conseqüência do esforço sobre-humano de querer casar-me (sobre o qual falarei depois), brotou o sangue dos pulmões (...) Em conseqüência, tudo não fora originado por uma exagerada tarefa, como tu sempre o imaginaste. Houve anos em que, cheio de saúde, permaneci ocioso sobre o canapé mais tempo que tu toda a tua vida, incluindo todas as tuas enfermidades. Quando, ocupado ao máximo, me afastava de ti, era para recostar-me em meu quarto. O conjunto de meu rendimento, tanto no escritório (onde, por outro lado, a vagabundagem não chama especialmente atenção e, além disso, meu temor a mantém dentro de certos limites) como em casa, é minúsculo; se pudesses abarcá-lo com uma mirada, te espantarias. Talvez não sou intimamente preguiçoso, mas nada havia que fazer para mim. Onde quer eu vivesse sentia-me anulado, condenado, abatido; esforçava-me, é certo, ao máximo para fugir para algum outro lado, mas isso não era nenhum esforço, pois se tratava de conseguir algo impossível, algo que minhas forças, salvo pequenas exceções, não podiam conseguir.

X



A HISTÓRIA DE JÚLIO

Meu nome é Júlio e tenho 24 anos. Atualmente, estou morando em São Paulo, tentando a vida por lá. Sair de Curitiba foi o jeito que encontrei para superar alguns conflitos internos, além dos familiares. Sem emprego há meses, nada mais me prendia a esta cidade.

É a segunda vez que saio de casa. Só que agora fui embora sem dizer pra onde estava indo. Com o celular desligado e sem responder e-mails, não dei nenhuma pista que permitisse a minha família saber que rumo eu tinha tomado. Tudo o que eles sabem é que estou vivo.

Não foi apenas um único motivo que provocou minha mudança de endereço. Mas a dificuldade de relacionamento entre mim e minha mãe pesou muito nessa decisão. Faz bastante tempo que não conseguimos ser mais mãe e filho. Éramos, até há pouco, praticamente inimigos morando sob o mesmo teto.

A mãe

Minha mãe não mudou muito de ontem pra hoje. Com ela, sempre foi assim: tudo à base de gritos e de ameaças. Não sabe fazer diferente, não tem parâmetro do que é certo ou errado – aprendeu a agir desse jeito com a minha avó. O perfil dela é o de uma pessoa agressiva, violenta. Pelo que sei, os irmãos também são assim. Não convivi com eles, mas meus primos me contaram algumas histórias.

Meu pai sempre viu minha mãe gritando, brigando, falando alto, palavrão, xingando a gente, e foi conivente. Ele era mais ameno; não

tinha esse tipo de atitude. Mas, às vezes, participava como coadjuvante: acordei várias vezes de madrugada com os dois se moendo e se agredindo verbalmente... Isso foi constante na minha infância.

Minha lembrança mais antiga das brigas deles foi de uma vez em que minha mãe veio com uma foice, querendo atingi-lo. Eu tinha uns 4 anos. Também tem uma, mais ou menos no mesmo período, em que minha irmã, então com 3 anos, estava comendo feijão. Teve uma hora em que ela não queria mais, e mesmo assim pediu. Pediu e colocou na boca. Só que voltou. Aí minha mãe deu um tapa na cara dela – um bebê! Sangrou... A agressão não foi comigo, mas eu vi.

Adultério

Outra coisa que lembro é de quando fui viajar com meu pai, com uns 8 anos – ele era representante comercial e viajava toda semana, de segunda a sexta. Estávamos na recepção de um hotel, quando um funcionário veio avisar que tinha uma ligação de uma mulher pra ele. Meu pai, então, fez sinal pra pessoa, 'avisando' que eu estava ali. Percebi que ele estava me escondendo alguma coisa, mas ficou subentendido que eu não poderia falar nada a ninguém, principalmente para a minha mãe.

Minha mãe também fazia as dela. Saía na terça-feira à noite, não dormia em casa e deixava a gente sozinho. Falava que não era pra atender o telefone, porque meu pai ligava nesse horário. Quando ele voltava, queria saber por que não tinha encontrado ninguém. Aí minha mãe falava que eu tinha sofrido um ataque de bronquite, que teve que me levar ao hospital, e por isso a gente não estava em casa. Mas, na verdade, eu e minha irmã estávamos. Ouvíamos tocar o telefone.

Brigas familiares

Por volta dos 10, 12 anos, eu freqüentava aulas de reforço no colégio à tarde, mesmo tendo notas muito boas. Minha mãe, no entanto, dizia que era mentira, que eu ficava na rua, me drogando. Mas eu realmente ia! Na

época, acho que era uma coisa meio inconsciente, só que hoje percebo que fazia tudo possível para não ficar em casa. Tanto que não gostava de fim de semana, porque meu pai chegava, e aí tinha os dois brigando. E, por não ter aula, eu tinha que ficar com eles.

Numa dessas brigas, quando eu tinha 12 anos, meu pai botou fogo dentro de casa. Só que a vizinhança escutou os gritos. Eu, minha mãe e minha irmã conseguimos sair pela janela. Os vizinhos, então, entraram e apagaram o fogo. Não sei se meu pai ia sair ou não, porque não deu tempo: o pessoal logo o imobilizou. Ele estava sob o efeito de bebida alcoólica.

Nesse dia, eu não tive tempo de usar minha estratégia para fazer meus pais pararem de discutir. Com uns 10 anos, descobri que se me jogasse da escada e me machucasse eles interrompiam a briga e iam me socorrer. Fiz isso inúmeras vezes. Hoje, uma das minhas costelas é mais alta do que a outra.

A irmã

Minha irmã foi tão maltratada quanto eu. Aliás, ela acabou levando a pior por ser fruto de uma gravidez inesperada. Avisada pelos médicos de que a vinda de uma próxima criança só seria possível com tratamento, minha mãe não esperava engravidar de novo cinco meses depois de eu ter nascido. Por outro lado, eu fui um bebê muito aguardado, por chegar depois de minha mãe ter sofrido dois abortos espontâneos e ser o primeiro neto homem de meus avós paternos.

Depois do divórcio

Meu pai me bateu três vezes. A primeira foi logo depois da separação, quando eu tinha 14 anos. Fiquei com o corpo todo roxo porque mandei minha irmã tomar no cu na frente da minha avó paterna. Com uns 15 ou 16 anos, o chamei de corno. Ganhei cabeçada, chute... Na última vez que

apanhei, meu pai me pegou no telefone. Disse que não era mais para eu o usar e quebrou o aparelho em mim. Pouco tempo depois, deixamos definitivamente de nos falar. Já faz oito anos que não trocamos uma palavra.

Após a primeira agressão, já tínhamos nos afastado. Só que ele voltou pedindo desculpas. Em seguida, fui internado com meningite no hospital, de onde acabei fugindo porque soube que meus pais queriam me deixar morando com minha avó – mãe dele. Mas eu não gostava dela. Depois, voltei para casa. Daí meu pai falou: “Vamos pra praia. Você precisa descansar.”

Foi só lá na praia que fiquei sabendo que teríamos que ficar na casa de uma mulher, com quem ele já tinha tido um caso anos atrás. Me recusei a permanecer lá. Aí ele falou: “Te dou duas opções: dormir na rua ou no apartamento.” Dormi na rua. Peguei pneumonia por causa disso e tive que voltar para o hospital. Aí, a gente parou de se falar de novo.

Quando meu pai quis se reconciliar novamente, fui morar na casa dele. Nessa época, ele começou a se envolver com a minha prima, sobrinha da minha mãe. Não fui contra nem a favor – apenas fiquei na minha. Começaram, então, as crueldades comigo e com a minha irmã. Foi aí que ele quebrou o telefone em mim.

Outra vez, ele nos deixou trancados em casa, durante uma semana, e levou a chave. Aí, a gente gritou, os vizinhos foram lá, chamaram o chaveiro e abriram. Ficamos, também, sem comida uma vez. Tínhamos, cada um, R\$ 5 para comprar material, ir pra aula, comer... Tudo! O dinheiro devia durar de segunda até sexta.

Teve um Dia dos Pais... Nós morávamos com ele, mas estávamos com minha mãe. Fomos pra casa dele só para passar a data. Aí, meu pai chegou com minha prima e disse: “Vamos sair pra almoçar.” Eles se trocaram e a gente também. Quando estavam indo, porém, meu pai falou que a gente não iria junto, porque nós não éramos dignos de comer a comida que ele pagava. E saíram.

Meu pai não agredia a gente antes da separação. Acho que ele começou a nos maltratar porque queria uma vida nova com a namorada – mas, para isso, a gente precisava voltar a morar com a minha mãe. E também porque ele sabia que essa era uma forma de estar agredindo a ex-mulher. Não vejo outra explicação.

Minha mãe, quando ficava sabendo, achava um absurdo, ameaçava processar. Mas, muitas vezes, tenho a impressão de que ela não estava preocupada com o efeito disso na nossa vida, mas sim em achar uma brecha para ferrar o meu pai.

Homossexualidade

Minha mãe sempre põe defeito em tudo. Quando estou tendo um relacionamento, logo diz que não vai dar certo. Ou porque “estão se vendo de mais”, “de menos”, porque “não está na hora”... Ou porque “a sua opção está errada”. Sempre criticou tanto os meus namorados como as minhas namoradas. Nunca estava bom.

Hoje, me xinga de “maloqueiro”. Não diz “veado” porque tem preconceito até de falar. Na opinião dela, tudo na minha vida dá errado em virtude da minha opção. Contei que era gay com 18 anos, quando tive meu primeiro namorado. Ele dizia que não iria me assumir se minha família não soubesse. Mas, independentemente disso, eu não queria me sentir culpado enganando-a.

Quando soube, a reação de minha mãe foi chorar durante uma semana e ficar sem falar comigo. No entanto, não demorou a dizer o que achava que iria acontecer a mim: meu final seria numa cama, doente, com ninguém do lado para ajudar, a não ser ela. Esse era o meu final. Até hoje ela acredita nele.

Não acho que minha homossexualidade tenha a ver com as atitudes de meus pais, nem que recebi um tratamento diferenciado em minha infância por, de repente, ter dado sinais a respeito dela.

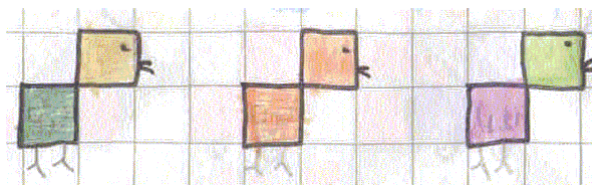
De geração em geração

É difícil ouvir que você é obrigado a amar a sua mãe e que, por ser mãe, você não pode revidar quando se cresce com ela te batendo e te xingando. Tenho a impressão de que toda vez que a minha via a gente feliz, o cérebro dela funcionava assim: “Eu não tive uma infância nem uma

adolescência feliz. Por que eles deveriam ter?” Mas acho que isso não é consciente não. Penso que ela nem consegue perceber o que faz.

Há algum tempo, comecei a ver a minha irmã falando as mesmas frases, as mesmas palavras, brigando da mesma forma que a minha mãe. Hoje, as duas unem forças para me desmoralizar, me provocar e me abalar emocionalmente. Em certo momento, também notei que eu mesmo estava seguindo a trajetória da agressividade física e emocional. Daí, comecei a me policiar um pouco mais e reverti essa situação. Só não consegui ainda elevar minha auto-estima, nem superar minha insegurança e carência afetiva extrema.

XI



*PADRÃO SOCIOECONÔMICO DA
VIOLÊNCIA*

Lembranças

*Era alegre de manhã.
Entretanto,
a noite era escura como a noite
e o quarto era frio como uma noite fria.*

*Eu ficava deitado,
imóvel,
ouvindo a discussão do quarto ao lado.*

*Não mexia para não atrapalhar o ouvido,
não respirava para não desafiar o medo.*

*Super-homem gritava com Nossa Senhora
coisas que eu não tinha visto.
Nem no gibi, nem no catecismo.*

*De manhã eu era alegre.
Mas entre um chute e um pulo
me vinha um aperto mole na barriga
(desses que eu sentia na roda-gigante).
Como se tivesse medo
das noites escuras e dos quartos frios
onde os heróis e os santos
se compraziam em assustar a minha infância.*

Sérgio Antunes

(...) Quanto mais te afastas do comércio e da família, tanto mais cordial, condescendente, amável, considerado, compreensivo (refiro-me à exteriorização) és; mais ou menos como por exemplo um autocrata que, quando está fora dos limites de seu país, não tem motivo para continuar sendo tirânico e pode mostrar-se bondoso em relação com as pessoas da mais baixa condição social. E isto se confirma, por exemplo, vendo as fotografias de conjunto de Franzensbad, onde sempre apareces tão grande e alegre entre as pessoas pequenas e toscas, como um rei que está empreendendo um passeio. Os filhos poderiam ter tirado proveito disto, mas deveriam ter sido capazes, o que é impossível, de reconhecê-lo durante a infância; e eu não deveria ter estado vivendo constantemente, em meu interior, como dentro do círculo severíssimo, oprimente, de tua influência, como em realidade o fazia.

Em conseqüência, não somente perdi o sentido de família, como tu dizes, mas pelo contrário, antes tinha ainda sentimento para a família, mas especialmente para a libertação (naturalmente interminável) de ti. Mas as relações com as pessoas estranhas à família sofreram pela tua influência talvez ainda mais. Cometes um grave erro se pensas que para os outros faço tudo por carinho e lealdade, e por frieza e traição para a família. (...) (Até aqui, nesta carta, relativamente pouco me calei de forma intencional, mas agora e mais adiante terei que silenciar algumas coisas que – para ti e para mim – se tornam ainda muito difíceis de confessar. Menciono isto para que, quando no quadro do conjunto aqui e ali alguma coisa apareça pouco clara, não acredites que é por falta de comprovações; pelo contrário: existem testemunhos que poderiam fazer o quadro

insuportavelmente cru. Não é fácil encontrar nisso um termo médio.) Por outra parte, aqui é suficiente recordar-se do passado: perdera diante de ti a confiança em mim mesmo e adquirir, em troca, uma enorme consciência de culpabilidade. (...) A desconfiança que procuraste inculcar-me na loja e no lar contra a maioria das pessoas (nomeia-me apenas uma de alguma significação para mim durante a infância a quem não tenhas criticado pelo menos uma vez, rebaixando-a totalmente) e que notavelmente não te afetava em nenhum grau (tinhas a força necessária para suportá-lo, e além do mais talvez apenas era na realidade um emblema dominador); esse receio que, aos meus olhos de criança, não se confirmava jamais, pois eu via unicamente pessoas excelentes e inacessíveis, converteu-se em desconfiança contra mim mesmo, e temor constante diante dos outros. Nisto, portanto, em geral não tinha possibilidade de salvar-me de ti. (...)

Tampouco o judaísmo salvava-me de ti. Com isto teria sido concebível por si só uma salvação, mas, ainda mais, teria sido concebível que no judaísmo nos tivéssemos encontrado ambos a nós mesmos ou que até tivéssemos partido juntos dali. Mas que espécie de judaísmo me legaste! Com o correr dos anos pensei nisso mais ou menos de três modos diferentes.

Em criança estava de acordo contigo e me fazias censuras porque não assistia ao templo com assiduidade suficiente, nem jejuava etc. Acreditava cometer uma injustiça, não comigo, porém contigo, e me atormentava um encargo de consciência sempre pronto a se manifestar.

Mais tarde, quando era um adolescente, não entendia como com teu nada de judaísmos, de que dispunhas, era capaz de censurar-me que eu (por piedade, segundo tua expressão) não me esforçasse por concluir uma nulidade análoga. Era, efetivamente, até onde eu podia entendê-la, uma insignificância, uma burla, nem mesmo uma brincadeira. Ias ao templo quatro dias por ano, no melhor dos casos fazias parte antes dos indiferentes que dos que o encaravam com seriedade, por formalidade liquidava as orações (...). Era-me impossível imaginar que outra coisa se podia fazer com todo esse material religioso, pois tu mesmo desataste quanto antes os laços que me uniam a ele; exatamente, o desembaraçar-se dele parecia-me a maneira mais piedosa de tratá-lo.



Aspectos sociais de vítimas e agressores

“A violência doméstica não depende de estado socioeconômico, raça, etnia, idade, educação, emprego, características físicas ou estado civil.” Esse é o alerta da Assisting Women with Advocacy, Resources and Education (Aware), programa americano de apoio a mulheres vítimas de agressão. Imaginar, portanto, que a violência intrafamiliar seja um fenômeno presente apenas nas classes menos favorecidas seria um equívoco, segundo vários profissionais que lidam com o problema.

Lauro Monteiro Filho, presidente da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia) e pediatra, é um deles. “A literatura mundial e as pesquisas divulgadas em congressos internacionais mostram que todas as formas de maus-tratos ocorrem em todo o mundo, em todas as classes sociais”, sublinha. Mas, por desconhecimento e preconceito, as classes mais elevadas da população teriam a tendência de acreditar que a violência contra crianças e adolescentes dentro de casa só acontece com miseráveis ou em outros países.

O abuso psicológico pode ser observado “claramente”, segundo o pediatra, em todas as extratos, mas é, assim como outros tipos de violência, denunciado com maior frequência nas classes baixas. O fato de as pessoas desse nível social viverem em comunidades, onde os casos tornam-se conhecidos por todos, facilitaria a denúncia. Já a classe média, morando em apartamentos, teria maior possibilidade de mascarar e esconder os maus-tratos. “A própria Abrapia, quando recebe alguma denúncia, tem dificuldade de chegar a esses pais de classe média, com seus técnicos sendo barrados pelos porteiros dos condomínios. E, quando alguns desses pais chega à Abrapia, já vem acompanhado por seu advogado”, relata Monteiro Filho.

Segundo Sirlei Quadros Luchtenberg, pedagoga de uma escola municipal de Curitiba, é normal que o agressor, quando questionado sobre a violência, negue o que a criança conta aos professores no colégio. Os pais mais instruídos e com melhores condições de vida são, contudo, os

que mais relutam em reconhecer seus atos, de acordo com a pedagoga. “Geralmente, quanto mais a pessoa é esclarecida, mais ela tenta camuflar a violência”, afirma.

Luís, aparentemente, tinha tudo pra ser feliz: pai e mãe morando juntos, padrão de vida elevado, saúde, beleza... Apenas esses fatores, no entanto, não foram suficientes para que ele se tornasse um adolescente emocionalmente sadio.

Filho único de um casal bem-sucedido profissionalmente, Luís sempre ouviu do pai, em especial, que era a coisa mais importante da vida deste. No entanto, Luís não se lembrava de nenhuma festa de aniversário sua ou evento escolar em que o pai estivesse presente. Nos Dias dos Pais que a escola comemorava, era sempre a mãe quem comparecia. Mesmo assim, o pai não deixava de dizer: “Tudo o que eu faço é por você.”

Como provedor da família, o pai de Luís sempre manteve todas as contas em dia, inclusive os honorários da psicóloga. A esta, porém, explicitava: “Se você precisar de alguma coisa, fale com minha esposa ou com minha secretária, porque eu, infelizmente, não tenho tempo para atendê-la. Mas quero que você saiba que meu filho é muito importante pra mim.”

Depois de tanto esperar pelo pai, Luís começou a se rebelar, recusando seus presentes e seu dinheiro. Mais tarde, passou também a desprezar qualquer manifestação de amor de terceiros. “Se alguém vai me amar como meu pai me ama, então eu não quero ser amado. Se o que ele sente por mim é amor, eu não quero saber o que é ódio”, dizia o garoto, evitando criar laços mais profundos com qualquer um que se aproximasse.

Da mãe ele também não recebia o apoio de que precisava, já que tudo que ouvia dela nos momentos de angústia era que a dedicação extrema do pai ao trabalho visava a seu bem-estar. Além disso, nas palavras dela, ele deveria se sentir privilegiado por ser filho único, afinal o casal não tinha tido outras crianças com o intuito de proporcionar uma vida maravilhosa para ele.

Mauri Ferronato, um dos representantes da Fundação de Ação Social (FAS) na Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência, explica que os dados de que dispõe este órgão são provenientes de levantamentos junto ao setor público. Como essa é a esfera que atende as classes menos favorecidas, as informações armazenadas pela Rede de Proteção são concernentes a elas. Ferronato julga que os extratos mais elevados acabam preferindo o silêncio ao constrangimento. "Se não me engano, houve apenas uma notificação da classe média dentre esses mais de 900 casos que constam no levantamento realizado em 2002", diz.

Uma cartilha elaborada pelo extinto SOS Criança cita, ainda, outro fator que explica a presença marcante da classe pobre em levantamentos feitos no Brasil sobre a violência: o número de indivíduos que compõem esse grupo – muito superior ao dos extratos situados no topo da pirâmide social.

Embora a maior parte dos casos que chegam aos conselhos tutelares de Curitiba envolva pessoas em pior situação financeira, Maria Elizabeth Biela, presidente do Conselho Tutelar do Portão, conta que já foi acionada várias vezes por escolas particulares para atender casos de abandono. "Até a diretora de uma escola disse assim: 'Se o homem da favela sair e deixar a criança sozinho no barraco, o vizinho denuncia e o conselho vai lá. Mas o rico também sai pra trabalhar e deixa o filho sozinho, fechado no apartamento, esperando a condução da escola passar. Isso não é negligência?' É lógico que é!", explica a conselheira.

Muitos médicos particulares também contribuem para a ocultação dos maus-tratos entre os mais ricos, afirma Maria Elizabeth. "Quando uma mãe chega ao consultório particular com uma criança, o médico pode até perceber que ela foi vítima de agressão, mas não denuncia porque não quer perder o cliente", acusa.

Uma das instruções contidas em um guia de atuação frente a maus-tratos na infância e na adolescência diz respeito justamente ao comportamento a ser adotado perante um caso de violência doméstica entre pessoas de nível social mais alto quando este chega a um consultório particular. Organizado por profissionais da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge

Carelli (Claves), esse guia é direcionado a pediatras e demais profissionais que trabalham com crianças e adolescentes. E alerta: "A situação social privilegiada não significa a inexistência de maus-tratos. O que ocorre, habitualmente, é serem ocultados." Daí a importância de se manter um olhar mais atento perante pacientes de um nível socioeconômico elevado.

O medo de afastar a clientela, entretanto, não deve servir de justificativa para o sigilo da situação de violência, segundo o guia. "Muitos profissionais pensam duas vezes antes de notificar um caso e acabar perdendo o cliente. Mas é fundamental lembrar que o pediatra tem um compromisso ético de garantir o bem-estar dessa criança, notificando o caso para o conselho tutelar e seguindo os trâmites habituais", explica a publicação.

Maus-tratos na elite social

Marcos Meier, psicólogo e assessor psicopedagógico de uma escola particular de Curitiba, comenta que nas elites um caso muito comum de agressão psicológica é o desrespeito ao estágio em que a criança ou adolescente se encontra, gerando um quadro de cobranças excessivas. "Os pais não esperam que uma criança que esteja aprendendo a andar suba uma escada logo em seguida, mas exigem que um garoto de 15 anos já tenha definida a sua profissão", exemplifica. Na opinião do psicólogo, além desta, outra exigência bastante prejudicial à saúde mental de meninos e meninas está relacionada com as notas no colégio. "Muitas crianças tiram 9,5 e sua família questiona o erro que elas cometeram para não tirar 10. Ora! Pedir além do que os filhos podem dar ao invés de ajudar a chegar lá é uma grave violência também", enfatiza Meier.

Mário tem dois irmãos com Síndrome de Down. Por ser saudável, o garoto é cobrado pelos pais a fazer tudo certinho. Essa cobrança, todavia, faz com que Mário queira ter algum problema e se recuse a aprender os ensinamentos que são passados pela escola, apesar de ter um nível de inteligência normal para a sua idade. No momento, as professoras tentam ensiná-lo a ler. Seus pais esperam dele tudo

o que os outros dois filhos não vão poder fazer, mas são incapazes de perceber que estão exigindo mais do que Mário tem, de fato, condições de oferecer.

Luci Pfeiffer Miranda, pediatra e membro da Rede de Proteção, aponta em sua monografia de conclusão do Curso de Pós-Graduação em Adolescência da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) a negligência emocional (indiferença) como uma agressão extremamente comum na classe alta. Em contraposição à expressão “meninos de rua”, Luci classifica as vítimas abastadas desse tipo de violência como “adolescentes de shopping”. O termo foi cunhado pela pediatra depois de ela perceber que grande parte dos filhos negligenciados por famílias com um padrão de vida elevado se refugiam nos shopping centers, onde teriam a companhia dos amigos e acesso às fast-foods.

Segundo Luci, nessas circunstâncias a negligência é “muitas vezes mascarada por demonstrações ocasionais de preocupação extrema dos responsáveis pelo bem-estar daquela criança ou adolescente”. Seria comum a chegada desses garotos a consultas médicas depois de vários dias de doença, para a qual nenhuma medida foi tomada, ou com quadros graves de distúrbios nutricionais, vistos pelos adultos como um problema ocorrido por culpa da vítima, que não se alimenta direito.

“Ao se investigar a história desses jovens, fica clara a ausência de preocupação com o que ou quando o filho come, ou sobre as conseqüências para sua saúde dos desvios alimentares que ela acaba adotando frente à falta de orientação e até de comida em sua casa”, expõe a pediatra. Não raro, esses meninos crescem sob os cuidados de babás ou de instituições, em contato com padrões morais totalmente diferentes dos de sua família. O que caracteriza a situação de negligência, nesse caso, é despreocupação dos pais enquanto seus filhos estão distantes e a falta de interação entre as duas gerações mesmo nos dias em que pai e mãe estão de folga.

Macrossistema

Viviane Nogueira de Azevedo Guerra, em seu livro *Violência de Pais contra Filhos: a Tragédia Revisitada* (Cortez, 2001) relaciona a violência doméstica à estrutural, referente à “violência entre classes sociais, inerente ao modo de produção das sociedades desiguais”. “A opressão imposta à criança pelo adulto, por meio da violência, reproduz um pouco a própria opressão que este adulto enfrenta em sua vida diária, pela violência maior que a sociedade lhe impõe. Crianças e adultos envolvidos no ato agressor não se dicotomizam apenas em vítimas e culpados, mas são os representantes de um modo violento de viver”, afirma.

Na opinião de Lauro Monteiro Filho, a situação do mercado de trabalho brasileiro hoje predispõe ao surgimento das agressões domésticas. “Atualmente, a grave situação da falta de trabalho e de emprego no Brasil atinge a todas as classes sociais”, avalia. “O desemprego, ou o medo de perder o trabalho, são fatores precipitantes de maus-tratos, em função de um estado de ansiedade, depressão e baixa auto-estima.”

Mas, como lembra Viviane, os estímulos recebidos do meio externo não são os únicos determinantes dos abusos ocorridos dentro de casa. Muitas características inerentes à personalidade do agressor vão contribuir para que ocorra a violência (*ver Capítulo III*).

Prevenção na educação pública e privada

Luci Pfeiffer Miranda acredita na educação nas escolas como umas das melhores maneiras de se amenizar os problemas, inclusive domésticos, relacionados à violência. “A gente deveria ter uma escola que nos preparasse um pouco mais pra vida”, diz. “As crianças deveriam estar aprendendo desde a 5ª ou 6ª série como é o amadurecimento delas, porque elas têm determinadas reações. No final do ensino fundamental, todos deveriam saber como é o desenvolvimento psicomotor de uma criança e de um adolescente – não profundamente, mas apenas para poder começar a se entender”, teoriza a pediatra.

Seguindo a linha de pensamento de Luci, as instituições de ensino em que Marcos Meier e Sirlei Quadros Luchtenberg trabalham já vêm realizando atividades com o propósito de direcionar positivamente a conduta de seus pequenos clientes e respectivas famílias.

“Antigamente as escolas não participavam desse processo. Elas pensavam que esse não era o seu papel, e sim o de ensino e aprendizagem. Agora elas estão começando a acordar para a necessidade de tratar o aluno como um ser integral, que não é só cognitivo, mas também espiritual, emocional, físico, afetivo”, conta Meier, funcionário de um tradicional colégio particular de Curitiba. Para exercer essa nova função, o colégio em que o assessor psicopedagógico atua vem investindo em eventos educacionais voltados para os pais dos estudantes. “A escola aprendeu que tem que dar conta desse aluno em todas as suas dimensões, que tem que dar aula pra família, explicando como é a sexualidade, o crescimento do ser humano, assim como o relacionamento entre marido e mulher”, diz. Além dessa medida, uma disciplina tratando de assuntos como sexo, drogas, amizade, namoro e o moderno “ficar” abre espaço para que os adolescentes debatam e tirem suas dúvidas sobre os temas.

Situações mais delicadas trazidas pelos alunos ou observadas pelos próprios profissionais da escola são atendidas em horários especiais, em sessões privadas a que um mesmo jovem pode ser convidado a comparecer periodicamente. Os garotos com problemas de maior gravidade são instruídos a conversar sobre o quadro com seus pais. Quando não aceitam a proposta, a própria instituição se encarrega de ir atrás da família. “Normalmente, eles acabam concordando em falar sozinhos com os pais – para não passar pela vergonha de um deles vir aqui. Depois disso, a mãe ou o pai liga imediatamente pra gente desesperado”, relata Meier. “Aí fazemos o caminho inverso: marcamos para que *e/les* venham semanalmente conversar conosco. Em alguns casos a gente também orienta para que haja uma ajuda terapêutica. Na maioria das ocasiões os pais ficam de acordo. Mas a primeira visão que têm é de que é o filho que precisa ir ao psicólogo. Então mostramos que às vezes não é só a criança ou adolescente que precisa de acompanhamento”, explica ele.

Educação para a Paz. Esse é o nome do projeto que há três anos norteia todas as atividades postas em prática na escola municipal em que

Sirlei é pedagoga. A essência do projeto foi definida depois que professores da instituição foram às ruas da comunidade de que esta faz parte para descobrir, junto aos moradores, qual era o grande problema da região. Nessa pesquisa, a violência foi citada pela maioria das pessoas. Desde então, o planejamento de todas as disciplinas prevê o enfoque a soluções para esse mal. Mas o debate sobre ele não se restringe a professores e estudantes. “Os pais também estão incluídos no projeto, que aborda qualquer tipo de violência, tanto doméstica quanto extradomiciliar. Através dele, estamos conseguindo resgatar o trabalho da família na escola e trabalhar a não-violência”, afirma Sirlei.

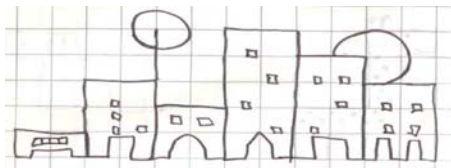


Mais tarde, porém, voltei a ver de modo diverso esta questão do judaísmo e compreendi por que era admissível que acreditasses que eu, também nesse sentido, te atraíçoara malevolamente. (...) No fundo, subsistia em ti a fé primeira de tua vida: acreditavas na verdade incondicional das convicções de uma determinada classe social judia, e ao estar, na realidade, referidas convicções de acordo com tuas idiossincrasias, acreditavas em ti mesmo. E mesmo assim, isso implicava bastante judaísmo, porém demasiado pouco para ser transmitido ao menino que eu era, e se diluía na totalidade enquanto o ias transmitindo; em parte por intransferíveis impressões de juventude, em parte pela sua temida presença. Além do mais, a um menino que, como eu, havia aguçado seu poder de observação no temor continuado, era impossível fazê-lo compreender que as poucas insignificâncias que tu expunhas em nome do judaísmo, com uma indiferença digna de sua insignificância, pudessem ter significado mais elevado. Tu sentia-as como pequenas lembranças de épocas passadas e por isso querias inculcá-las, porém, para consegui-lo, devias empregar a persuasão ou a ameaça, posto que também para ti haviam perdido seu valor próprio; por um lado, isto não se podia alcançar e, por outro lado, já que tu não reconhecias posições débeis, te enfurecias comigo por causa de minha aparente obstinação.

Tudo isso não é um exemplo isolado; acontecia o mesmo com grande parte da geração judia de transição, mesmo relativamente devota, que

emigrava do campo para as cidades; isto acontecia por si mesmo, mas exatamente para acrescentar à nossa relação, já por si muito áspera, uma aspereza maior. Também a este propósito hás de acreditar comigo em tua falta de culpa, somente que terás de explicá-la pelo teu carácter e pelos fatores temporais; não as atribuirás, em troca, a circunstâncias meramente exteriores, quer dizer, não dirás que tiveste muito trabalho e outras preocupações que impedissem tua dedicação a tais assuntos. De tal modo, partindo de tua indubitável falta de culpabilidade, costumavas levantar pechas injustas contra outros. Mas é muito fácil refutar-te em qualquer ponto, e também neste. Não se tratava de um ensino qualquer que deveste ter repartido com teus filhos, porém de ter levado uma vida exemplar; se tua fé judaica tivesse sido mais firme, teu exemplo teria sido mais esclarecedor; isto, que é natural, não é de modo algum uma censura, porém unicamente uma defesa diante de tuas queixas. (...)

XII



EM BUSCA DE SAÍDAS

O primeiro e indiscutível direito da criança é aquele que lhe permite expressar livremente suas idéias e tomar parte ativa no debate concernente à apreciação de sua conduta e também na punição. Quando o respeito e a confiança que lhe devemos forem uma realidade, quando ela própria se tornar confiante, grande número de enigmas e erros desaparecerão.

Janusz Korczak

Nesse estado recebi, em conseqüência, a liberdade para escolher uma profissão. Mas era eu ainda capaz de usar realmente uma liberdade semelhante? Confiava em poder realizar-me ainda numa profissão verdadeira? A apreciação de mim mesmo dependia muito mais de ti que qualquer outro fator, como, por exemplo, um êxito anterior. Este constituía o fortalecimento de um instante, nada mais, mas no outro lado teu peso puxava sempre mais para baixo. Pensei que nunca passaria pela escola primária, mas foi possível e até obtive um prêmio; mas com toda certeza não passarei no exame de ingresso ao Ginásio; contudo, consegui-o; mas, agora, indubitavelmente, ficarei retido no primeiro ano de estudos secundários; não, não me retiveram, e prossegui sempre com êxito mais e mais para a frente. Mas isso não me trouxe confiança; pelo contrário, constantemente estava convicto (e em teu gesto de repulsa tinha a prova concreta) de que, quanto mais distante fosse, tanto mais terrível seria posteriormente o resultado. Com freqüência via em visões o aterrador corpo de professores (o Ginásio é o único exemplo, mas por comparação era parecido) quando se reunia, ao ter me aprovado no primeiro ano, para resolver sobre o segundo, ao aprovar este, o terceiro, e assim sucessivamente, para analisar este caso único, que clama ao céu, de como o mais incapaz e acima de tudo o mais ignorante conseguira arrastar-se para cima, até essa classe que, agora que a atenção geral estava dirigida para mim, me vomitaria logo, para o gáudio de todos os justos que se livraram desse pesadelo. Não é fácil para uma criança viver com estas imagens. Em tais circunstâncias, que me importava o estudo! Quem era capaz de fazer brotar em mim uma chispa de interesse? O ensino

interessava-me (e não somente ele, mas tudo quanto me rodeava nesta idade decisiva) mais ou menos como interessa ao empregado desonesto de um banco (que está ainda desempenhando o cargo e treme pensando que será descoberto) a tarefa insignificante de atividade bancária que deve ainda realizar como funcionário. Tão pequeno, tão distante era tudo comparado com o principal.



Embora vítimas de violência psicológica estejam expostas a um mal difícil de ser descrito, com raras testemunhas conscientes acerca de um assunto pouco debatido na sociedade como um todo, há caminhos capazes de livrá-las da agressão e de seus efeitos.

Rede de Proteção

Com o intuito de que esses caminhos se tornem cada mais curtos e menos tortuosos para crianças e adolescentes que sofram qualquer tipo de maus-tratos, uma ação integrada de várias instituições da área social começa a tomar corpo em Curitiba. Juntas elas formam a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência, oficializada em 2002. Os primeiros passos para sua construção, no entanto, teriam sido dados quatro anos antes, em 1998, quando um grupo para o estudo da violência começou a ser reunido.

O objetivo da Rede é reduzir a violência – especialmente a doméstica – contra a criança e o adolescente na cidade. Para que tal meta seja atingida, seus esforços têm sido direcionados à sensibilização e orientação de entidades que atendem crianças e adolescentes, como escolas, creches e unidades de saúde. Hoje, além de informadas sobre os diversos tipos de violência que podem ser cometidas contra indivíduos que ainda não chegaram à idade adulta e alertadas sobre a gravidade dessas situações, os profissionais que atuam nesses locais estão equipados com fichas de notificação. Por meio destas, devem ser efetuados os registros de suspeita ou confirmação de casos de agressões. Com a inclusão da criança e do

adolescente por meio desse documento na Rede de Proteção, as ações preventivas já podem ter início.

Mauri Ferronato, um dos representantes da Fundação de Ação Social (FAS) na Rede, conta que mais uma preocupação do grupo é descaracterizar a notificação como denúncia, em função do grande receio das pessoas em fazê-la. “O objetivo é apontar uma situação de risco, para que ela possa ser trabalhada antes de virar um assunto de polícia – que aí sim vai surgir a partir de uma denúncia”, diferencia. “É lógico que em casos graves acontecem as duas coisas ao mesmo tempo: são feitas notificação e denúncia. Mas em situações mais leves, quando há indícios de que tudo pode ser resolvido com uma simples instrução à família, a denúncia não é feita necessariamente.”

Notificados, os casos são encaminhados para o Serviço de Atendimento a Vitimizados em Domicílio. De lá seguem para o conselho tutelar e para a unidade de saúde da região onde a criança ou adolescente reside, a qual conta com equipes para o atendimento à saúde física e mental dos pacientes. Dependendo do tipo de agressão, Instituto Médico Legal (IML) e hospitais de referência podem ser acionados.

A Rede é composta pelos seguintes órgãos: Instituto Municipal de Administração Pública (Imap), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc), Fundação de Ação Social (FAS), Secretarias Municipais da Criança (SMCr), da Educação (SME), do Meio Ambiente (SMMA), da Saúde (SMS) e pela Secretaria de Estado da Educação (Seed). Somam-se ao grupo, ainda, a Sociedade Paranaense de Pediatria (SPP) e os oito conselhos tutelares de Curitiba.

Atendimento a Vitimizados

O antigo SOS Criança, agora chamado de Serviço de Atendimento a Vitimizados em Domicílio, atende, como seu nome mesmo sugere, situações de violência ocorridas dentro de casa contra crianças, adolescentes e idosos. Antes da implantação dos conselhos tutelares, no entanto, essa instituição era encarregada ainda por atender casos de abusos extradomiciliares, como circunstâncias envolvendo o trabalho infantil, a presença de crianças

e adolescentes em boates e agressões praticados por profissionais de escolas e creches contra os alunos. Atualmente, essa responsabilidade cabe os conselhos.

Levando em consideração o período em que ainda era conhecido como SOS, o Atendimento a Vitimizados existe há 13 anos e totaliza mais de 60 mil casos atendidos. Por dia, são cerca de 15 intervenções das equipes em situações emergenciais de violência, denunciadas anonimamente através do 156 – número telefônico para contato com vários órgãos municipais. A atuação da entidade, entretanto, se restringe apenas a Curitiba, o que significa que cidades da região metropolitana não podem recorrer ao seu auxílio.

Há também outros fatores que determinam a saída das técnicas para verificação dos casos. “A pessoa que liga fazendo a denúncia não precisa se identificar, mas precisa informar pelo menos o nome da vítima e do agressor. Se não tivermos no mínimo esses dados, não fazemos o atendimento. Porque se alguém liga e só diz que bateram em uma criança de 3 anos, podemos chegar ao local e encontrar várias famílias com filhos nessa idade. É claro que o agressor não vai se identificar!”, explica Graciela Drechsel, gerente do Atendimento a Vitimizados.

Quando, por outro lado, o órgão opta pelo deslocamento de suas profissionais, é comum que a primeira abordagem seja feita à vítima na escola, por exemplo, quando ela não está na presença de seus familiares. “Há crianças que, na frente do agressor, dizem: ‘Ele me bateu mesmo!’ Mas, geralmente, elas se sentem mais tranqüilas longe de quem as agride. Por isso procuramos lugares neutros para conversar”, descreve Graciela.

Das cerca de 15 visitas diárias que as equipes do Atendimento a Vitimizados fazem, nem todas correspondem a casos de agressão confirmados. Alguns deles não justificam a denúncia; outros são camuflados com astúcia pela família. Mesmo assim, todos ganham um parecer técnico, que mais tarde é enviado para o conselho tutelar da região atendida. A reincidência, todavia, faz com que Graciela e suas colegas fiquem mais atentas, por mais que os fatos continuem sem evidências.

Ao comprovarem a situação de abuso, procedimentos diferentes podem ser adotados, conforme a gravidade do quadro. Em circunstâncias mais leves, no momento da abordagem já é dada uma orientação à família

e, em seguida, sugeridas medidas de proteção para os conselheiros tutelares. Se a vítima sofre agressões físicas severas ou é abusada sexualmente, ela será encaminhada ao IML e acompanhada até uma delegacia para o registro de queixa. “Mais tarde, então, possivelmente seremos chamados pelo juiz para testemunhar, porque se abre um processo criminal [na Vara da Infância e da Juventude]”, relata a gerente do serviço. Em casos extremos de qualquer tipo de tortura – embora nos de agressão emocional isolada isso seja muito raro – é feito o afastamento imediato da criança ou adolescente, às vezes até com ajuda policial. Quando isso não é possível, um mandado de busca e apreensão é solicitado para que o indivíduo em risco seja afastado do agressor. Mais tarde, porém, tenta-se fazer a rota inversa. “Em todos os tipos de violência, até no abuso sexual, o investimento maior é no retorno à família”, sublinha Graciela.

Conselhos Tutelares

Os conselhos tutelares (CT) foram criados a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), documento promulgado em 1990. Conforme diz o ECA, esses órgãos têm a responsabilidade de zelar pelo cumprimento dos direitos do público infanto-juvenil, além de auxiliar a formular e fiscalizar políticas de atenção a esse grupo populacional.

De acordo com a lei, cada município do país deveria ter pelo menos um órgão com esse caráter. Segundo dados de 2003 do Instituto de Ação Social do Paraná (Iasp), todos os municípios do Estado possuem CTs. Em nível nacional, a estatística é bem diferente. Em 2002, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou a existência de conselhos apenas em 3.119 dos 5.507 municípios do país.

Cinco membros escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, com direito a uma reeleição, integram cada um dos CTs. Para ocupar uma vaga na entidade é necessário morar no município, ser moralmente idôneo e ter idade superior a 21 anos.

Taís, de 11 anos, era abusada sexualmente. Além disso, sofria pressões psicológicas do agressor, que ameaçava matar a mãe da menina caso fosse descoberto. Com medo, Taís se manteve em silêncio durante muito tempo. Até que um dia resolveu contar o que estava acontecendo para a mãe. Pega de surpresa, esta confessou à garota que não sabia a quem recorrer. Graças à orientação feita por sua escola com os alunos, Taís já sabia aonde poderia ir. No mesmo dia, apareceu com a mãe no conselho tutelar mais próximo de sua casa.

Nem todas as ocorrências que chegam aos conselheiros são encaminhadas a eles por outras instituições. Muitas vítimas, como Taís, e testemunhas de agressão procuram esses profissionais diretamente. “Na verdade, o que atendemos, o conselho também pode atender. Mas não é papel dele sair pra fazer a verificação. Então, quando recebem casos de verificação, eles podem passar para nós”, esclarece a gerente do Serviço de Atendimento a Vitimizadas em Domicílio, Graciela Drechsel.

A aplicação das medidas de proteção, por outro lado, é uma incumbência exclusiva do conselho, que tem o poder de acionar serviços públicos para o acompanhamento das famílias com crianças e adolescentes violentados.

Em relação ao abuso emocional em específico, a primeira providência tomada é o direcionamento ao atendimento psicológico. “Se a mãe é a agressora e não admite, vai primeiro o filho. Mas a mãe vai ter que ir em algum momento, porque o problema está nela, não na criança. A vítima passa pela terapia para resolver outra questão: os efeitos que a violência psicológica pode provocar”, expõe Graciela. Como a prefeitura não designa profissionais para realizar esse trabalho e o tempo de espera pelas consultas do Sistema Único de Saúde (SUS) é muito longo, a terapia muitas vezes é dirigida por professores universitários e graduandos em psicologia. Aos psicólogos das unidades de saúde cabe avaliar, orientar e intervir apenas de maneira breve nos casos.

O tratamento

Expressar a raiva, reviver emoções até então censuradas e verbalizar o assédio sofrido são etapas pelas quais a vítima de abuso moral, segundo a psiquiatra, psicanalista e psicoterapeuta de família Marie-France Hirigoyen, tem que passar para conseguir se recuperar dos traumas. Para ajudá-las nisso, vários tipos de terapia estão disponíveis hoje. O sucesso de cada uma delas vai depender da afinidade do paciente com o método e com o profissional que o aplica.

Como é comum que o agredido carregue um grande sentimento de culpa, responsabilizando-se pelas situações de violência que ocorreram, o tratamento deve se concentrar, entre outros fatores, na anulação desse sentimento. Essa será uma das formas de aliviar o sofrimento da vítima e, finalmente, curá-la. Outra é fazer com que o paciente aprenda a aceitar suas más recordações, ensinando-o a vê-las sob uma nova perspectiva.

Segundo Marie-France, é preciso que a pessoa se conscientize de que sua angústia não desaparecerá instantaneamente e, por essa razão, passe a encará-la, interrompendo o processo de fuga das lembranças involuntárias e intrusivas que constituem uma espécie de repetição das perturbações já vividas. "O paciente tem que reconhecer seu sofrimento como uma parte de si mesmo digna de estima e que lhe permitirá reconstruir um futuro. Tem que encontrar a coragem para olhar de frente sua ferida. Só assim poderá parar de gemer ou de esconder de si mesmo seu estado mórbido", antecipa a psiquiatra.

Em busca da lei

Conforme informações da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (Abrapia), uma pesquisa da Universidade Popular da Baixada, patrocinada pelo Ministério da Justiça, analisou os 2.217 processos relativos aos maus-tratos nos dez maiores municípios do Rio de Janeiro, no ano de 1997. Dessa quantia, apenas 19,8% dos processos foram finalizados com sentença. Quanto à decisão judicial em relação ao

agressor, apenas em 15,1% dos casos houve punição, que foi desde uma simples advertência até a destituição do pátrio poder.

Esses dados, apesar de restritos ao Estado do Rio de Janeiro, revelam uma realidade comum ao país inteiro: raramente pais agressores recebem alguma punição pelos atos que cometem. Ao mesmo tempo, também são pouquíssimos os casos de violência doméstica que chegam ao conhecimento da Justiça.

Todo cidadão pode recorrer à proteção da lei sempre que considerar que seus direitos, garantidos pela Constituição, foram prejudicados. Na prática, porém, boa parte da população não utiliza os serviços do Judiciário. Isso acontece por vários motivos. Uma grande parcela da sociedade desconhece seus direitos. Há também a questão da inacessibilidade da Justiça, uma vez que os processos podem ter altos custos. E, quando se abre um, ocorre ainda a demora na resolução. Mas, mesmo diante de tantos complicadores, existem alternativas para aqueles que são ou foram vítimas do abuso moral e da violência doméstica em qualquer outra de suas modalidades.

Os escritórios-modelo de direito, mantidos por instituições de ensino superior, são uma opção viável para quem não tem condições financeiras de custear um advogado e deseja obter informações. Nesses locais, estudantes, supervisionados por profissionais, incrementam o aprendizado e, ao mesmo tempo, ajudam a população no encaminhamento de seus problemas à Justiça, gratuitamente, independentemente do tipo de ação.

Em grande parte das situações de maus-tratos domésticos, a Justiça somente poderá tomar alguma providência se a agressão for a ela comunicada. Por isso, todos aqueles que convivem com crianças e adolescentes – parentes, amigos, professores, médicos, enfermeiros, entre outros – precisam estar atentos a indícios de abuso, tanto físico como moral, e devem comunicar aos órgãos competentes qualquer suspeita de violência dentro de casa. O profissional da saúde ou da área de educação que deixar de fazê-lo está cometendo um crime e fica sujeito à punição, prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É a chamada notificação obrigatória, que quando desrespeitada pode resultar em multa de 3 a 20 salários de referência, cujo valor dobra em caso de reincidência. Esse documento apresentará dados da vítima e do possível violador,

informações sobre a agressão sofrida e providências sugeridas quanto ao caso. Preenchida a ficha em três vias iguais, uma delas é arquivada na entidade em que foi feita a notificação, enquanto as demais seguem para um núcleo regional. Este, ao recebê-las, encaminha uma ao conselho tutelar da região onde a vítima reside e a outra ao Serviço de Atendimento a Vitimizados em Domicílio, órgão responsável pela construção do banco de dados integrado da Rede.

O ECA

O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma lei especial que surgiu em 1990 e substituiu o antigo Código de Menores. Além da notificação obrigatória, o documento trouxe inúmeras outras contribuições, como a transformação de crianças e adolescentes brasileiros em sujeitos de direitos e deveres, a definição de tratamento adequado ao menor infrator, a criação dos conselhos tutelares e a igualdade de condições entre o adotado e o filho natural. "A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis", dita o 15º artigo.

O ECA ainda fixou medidas específicas aplicáveis a pais ou responsáveis na hipótese de maus-tratos, opressão e abuso sexual, como, por exemplo, o afastamento familiar e a destituição do pátrio poder. "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais", diz a lei em seu artigo 5º.

Apesar de todos esses avanços, não há no documento nenhum artigo que criminalize especificamente a agressão moral. Tanto o abuso físico quanto psicológico, domésticos ou não, aparecem sob a denominação genérica de "maus-tratos". Diferentemente da negligência e da violência sexual, que estão descritas de maneira mais clara no documento.

O Estatuto aborda a agressão psicológica apenas de forma indireta e não em todas as suas modalidades. O artigo 17, por exemplo, afirma que o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física,

psíquica e moral da criança e do adolescente, de modo que abrange a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. O artigo 232, por sua vez, classifica como crime a submissão de criança ou adolescente a vexame ou constrangimento e prevê como pena detenção de seis meses a dois anos ao infrator. Ambos os artigos são o que há de mais próximo à questão da agressão moral. Por conta disso, dependendo da forma como a violência psicológica se manifestar, as vítimas podem buscar reconhecimento do abuso na Justiça não tomando apenas o ECA como base, mas recorrendo também a outras legislações.

Tanto o novo Código Civil quanto o Código Penal Brasileiro oferecem saídas jurídicas às vítimas de maus-tratos morais. O primeiro prevê o pagamento de indenizações por parte daqueles que descumprirem o que nele está descrito. O segundo, por sua vez, trabalha com penalidades, que vão desde a prestação de serviços comunitários até a prisão do infrator. Um mesmo ato pode acarretar tanto responsabilidade civil quanto penal, ou seja, uma independe da outra.

A indenização

A advogada Maria Christina de Almeida trabalha com Direito Civil na área de Família. Em seu dia-a-dia profissional, é nas disputas de guarda que ela mais percebe a manifestação da violência moral doméstica. “Os pais podem travar uma luta psicológica entre si para conseguir a guarda, e as crianças, ficando no meio das brigas, acabam moralmente agredidas. Ou ainda, pai e mãe podem entrar em conflito psicológico direto com os filhos com o objetivo de desmerecer o cônjuge, ou seja, provar que o outro do casal não tem condições de ficar com eles”, explica.

De acordo com Maria Christina, o reconhecimento de paternidade para filhos frutos de relações extraconjugais é outra situação de negligência emocional, assim como material, que está se tornando cada vez mais contestada no âmbito do Direito Civil. “Há casos em que o filho descobre que o pai dele é outro que não aquele que o registrou. E esse pai verdadeiro acaba o violentando psicologicamente por meio de ameaças: ‘Se você

entrar na Justiça contra mim, vou fazer de tudo para não te reconhecer.’ Em outros casos, porém, os filhos de fora do casamento até são registrados, mas foram tratados de forma diferenciada durante toda a vida, sem a dignidade que lhes é de direito. Enquanto que os nascidos dentro da união estável do pai, por sua vez, receberam estudo, conforto e patrimônio”, conta a advogada.

Maria Christina afirma nunca ter tratado de casos em que a violência psicológica doméstica apareceu de maneira isolada e direta à criança ou ao adolescente, como constantes humilhações, isolamento excessivo, entre outras modalidades. Destaca, porém, que situações desse tipo podem ser tratadas pelo Direito Civil da mesma forma que a discriminação, as ameaças e a negligência afetiva em casos de reconhecimento de paternidade. “Não existe uma lei específica que descreva os maus-tratos psicológicos como crime. Por esse motivo, no Direito de Família, a agressão emocional não possui valor criminal, mas pode ter um significado civil, devido ao abalo moral que provoca”, diz a advogada. “A vítima, ao vivenciar angústia, dor, sofrimento e outras situações vexatórias, tem lesada sua dignidade, liberdade, enfim, valores essenciais a todos nós como pessoas. E como ela pode ressarcir isso no Direito Civil? Por meio de uma indenização por dano moral. Avaliar o quanto alguém sofre ao ser agredido, logicamente, é algo bastante difícil, mas, hoje em dia, as coisas são resolvidas desse modo”, completa.

O artigo 186 do novo Código Civil classifica como ato ilícito qualquer ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência que viole direitos ou cause danos a alguém, ainda que exclusivamente morais. Entre as ações danosas que teriam cunho moral pode-se citar, por exemplo, a injúria, a difamação e o cárcere privado, passíveis de indenização pelo que descrevem os artigos 953 e 954.

A legislação coloca ainda que, apesar de os filhos menores deverem obediência e respeito aos pais, o poder familiar (antigo pátrio poder) poderá ser suspenso em caso de castigo imoderado, abandono e prática de atos contrários à moral e aos bons costumes. “Se o pai, ou a mãe, abusar de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes ou arruinando os bens dos filhos, cabe ao juiz, requerendo algum parente, ou o Ministério Público, adotar medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor

e seus haveres, até suspendendo o poder familiar, quando convenha”, diz o artigo 1.637, cujo conteúdo é também reconhecido pelo ECA em seu artigo 24.

Mães que, por exemplo, tenham sido vítimas de abuso moral juntamente com seus filhos podem interceder a favor deles na Justiça. “Aliás, elas têm o dever e o poder de fazer isso, uma vez que o Direito concebe a criança não como objeto, mas como sujeito da relação casamento. Nessa condição, o filho possui desejos e deve ser ouvido”, afirma Maria Christina. O ECA coloca que, com 12 anos, a criança já é sujeito de suas vontades. Mas, segundo a advogada, é comum, hoje em dia, meninos e meninas de 8 ou 10 anos serem consultados no Judiciário para se saber, por exemplo, se preferem ficar com o pai ou a mãe no caso de uma separação.

Adultos que sofreram abuso moral dentro de casa quando crianças também podem requerer indenização. O único limitador é o tempo: a partir da maioridade, o período máximo que o agredido tem para entrar com uma ação na Justiça é hoje de três anos. “A prescrição é o tempo que alguém possui para exercer seu direito contra aquele que o violou. Quando se é ‘incapaz’ – ou seja, menor de 18 anos – a prescrição não corre. Após essa idade, o prazo se inicia e se estende por três anos. Quando esse período se encerra, o direito do abusado prescreve e ele não conseguirá ganhar mais nada na Justiça”, explica Maria Christina.

Tanto nos casos de violência psicológica entre pais e filhos, quanto contra a mulher, caso queira receber uma indenização, é preciso que a vítima prove os abusos que sofreu. Para isso, poderá usar testemunhas – pessoas próximas a ela que tenham visto ou ouvido as agressões, como vizinhos ou a empregada doméstica, por exemplo. Provas documentais também são válidas, como cartas que contenham algum abalo psicológico. Quanto ao uso de fotos, gravações de imagens ou de voz, a lei é mais cautelosa. “As reproduções fotográficas, cinematográficas, os registros fonográficos e, em geral, quaisquer outras reproduções mecânicas ou eletrônicas de fatos ou de coisas fazem prova plena destes, se a parte, contra quem forem exibidos, não lhes impugnar [contestar] a exatidão”, diz o artigo 225 do novo Código Civil.

Quanto ao valor das indenizações, não existe uma tabela, mas sim parâmetros para defini-lo. A condição financeira do agressor é um deles. “Isso é avaliado porque a indenização tem que de fato significar uma punição ao infrator. Condenar uma empresa multinacional a pagar mil reais não é absolutamente nada, mas essa quantia para uma fábrica de fundo de quintal já é alguma coisa. Aquele dinheiro precisa realmente fazer falta ao agressor, para que ele pense muito bem antes de vir a cometer uma nova infração”, afirma a advogada. Outro critério definidor da indenização é a posição social da vítima. “Ofender um indigente e ofender o presidente da República são duas situações distintas. Então, muitas vezes, a inserção social da vítima é que vai determinar a gravidade do dano”, explica ela.

Além da indenização por dano moral, o Código Civil prevê que o agressor pague todas as despesas de tratamento de saúde ao qual a vítima tenha que eventualmente se submeter, devido aos prejuízos ocasionados pelos maus-tratos. Haja vista todas as graves conseqüências, tanto físicas quanto psicológicas, provocadas pelo abuso moral, esse direito deve ser levado em conta. A vítima ainda deve considerar que a resolução de uma ação por danos morais é lenta. Em menos de um ano um processo desse tipo dificilmente é encerrado, em virtude do longo tempo de prova exigido e do atual acúmulo de trabalho no Judiciário brasileiro.

A pena

Assim como na legislação civil, a violência psicológica, seja doméstica ou extradomiciliar, não está descrita especificamente como crime no Código Penal Brasileiro. Existem, porém, artigos que punem diferentes ações de violência, dirigidas contra qualquer pessoa, onde o abuso moral poderia ser encaixado. Quem colaborou para que esses caminhos existentes na lei pudessem ser divulgados neste livro foi Allana Marques Schrappe, advogada da área Penal. “Confesso que não tenho conhecimento de nenhum caso em que tenha havido um julgamento motivado por esse tipo de violência mais ‘verbal’. Mas é importante deixar claro que, dependendo da situação, caberia sim uma punição, por exemplo, se uma criança é constantemente humilhada”, afirma.

O crime do Código Penal que mais abrange a questão da violência psicológica é o de maus-tratos, descrito no artigo 136: "Expôr a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina." Castigos exagerados, tanto físicos quanto morais, incluindo o cárcere privado, são considerados meios abusivos de corrigir ou disciplinar alguém, independentemente da idade. Mas o fato de os maus-tratos serem dirigidos à pessoa menor de 14 anos é considerado agravante. Enteado, porém, não poderão recorrer a esse artigo caso quiserem levar à Justiça uma história de violência psicológica onde o agressor foi o padrasto, por exemplo. A lei considera que não existe relação de autoridade entre eles, assim como não há entre um filho já maior e os pais ou entre marido e mulher.

Na prática, Allana destaca que os tribunais costumam tratar tudo que diz respeito à violência doméstica com muita cautela. Há dois motivos básicos para esse posicionamento. O primeiro é que, em certos casos, a condenação do pai ou da mãe acaba trazendo à criança conseqüências até mais graves do que aquelas ocasionadas pelo abuso. A outra razão está na própria doutrina da área Penal: os pais têm o direito de corrigir os filhos. Estabelecer quais são os limites, no entanto, é o mais difícil.

O Direito Penal trabalha muito com a questão da "vontade": qual era a intenção do indivíduo ao empreender determinado ato. Por exemplo: os garotos de Brasília que queimaram um índio foram condenados por lesão corporal, e não homicídio, porque o juiz entendeu que a intenção deles era apenas machucar o homem, e não matá-lo. Em virtude dessa decisão, os responsáveis por esse ato bárbaro não foram levados a júri. "No caso de um pai que agride uma criança, a lógica é a mesma. É preciso avaliar se a intenção era corrigir ou violentar. Na primeira situação, não há crime. Na segunda, o direito de corrigir é extrapolado, na medida em que o filho recebe um tratamento de fato desumano, seja por meio de violência física – dar chutes, pontapés – ou agressão moral – deixar uma criança nua perante outras pessoas, por exemplo", explica a advogada. "Mas mensurar a 'vontade' é algo bastante complicado", completa.

O jurista Celso Delmanto, em seu *Código Penal Comentado* (Renovar, 1988), tenta estabelecer um parâmetro para o direito de correção dos pais. “Quanto aos corretivos aplicados por pais aos filhos, só são lícitos e permitidos os tradicionalmente considerados moderados (ex.: o tapa leve). Já os castigos abusivos ou imoderados, que ponham em perigo a saúde, são penalmente puníveis por este art. 136”, coloca Delmanto sobre os maus-tratos. Ele ainda destaca que uma situação social de pobreza não justifica a violência, mas permite que se opte por uma pena mais branda. “Na correção aplicada pelos pais deve-se ter em conta o nível social da família, pois os limites de corrigir são elásticos”, afirma.

Além do crime de maus-tratos, a violência psicológica doméstica pode se enquadrar no que diz o artigo 147: “Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave.” Não se constitui crime, porém, se a ameaça é proferida em momento de cólera ou embriaguez – quem ameaça deve estar em condições normais de ânimo. O abuso moral pode ainda se encaixar nos crimes de difamação (art. 139) e injúria (art. 140). Na primeira, há afirmação de fato ofensivo relativo à pessoa; na última, uma opinião ofensiva é expressada pelo agente sobre a vítima. Tanto a difamação quanto a injúria também não constituem crimes em casos de explosão emocional durante uma discussão acirrada.

Dentre os artigos citados, apenas no caso dos maus-tratos haverá uma ação pública incondicionada, ou seja, independente de uma queixa da vítima na delegacia. Uma vez que as autoridades tomem conhecimento do crime, pode se iniciar uma investigação. Já em situações de ameaça, difamação ou injúria só haverá ação penal caso a vítima faça a queixa. Aí fica clara a importância e a necessidade da denúncia da violência psicológica.

No que diz respeito à punição pela prática desses atos, um agressor psicológico dificilmente seria preso. “Para o crime de maus-tratos, por exemplo, está prevista detenção de dois meses a um ano, aumentada de um terço se o crime foi praticado contra menor de 14 anos. Como o tempo de pena é pequeno, o mais provável é que o agressor, caso chegue a ser julgado, receba como condenação uma pena alternativa – trabalho comunitário ou multa, dependendo da situação. Para que houvesse prisão, o indivíduo teria que reincidir no crime várias vezes e mesmo assim não

ficaria muito tempo retido”, diz Allana. Somente haveria detenção no crime de maus-tratos se os atos do agressor resultassem em lesão corporal grave ou morte, o que não ocorre no abuso moral.

Para que a pena aconteça, é necessário que a situação de maus-tratos seja comprovada em juízo, assim como acontece numa ação civil. “No caso de crianças muito pequenas, é aconselhável o encaminhamento a um psicólogo. Esse profissional pode detectar se há ou não violência e o parecer dele vale como prova”, sugere a advogada.

Os limites

De acordo com Maria Christina de Almeida, advogada da área Civil, a Justiça ainda não trata devidamente casos de agressão moral, seja contra filhos ou direcionada à mulher. “O Judiciário quer resolver o problema das pessoas o mais rápido possível e, muitas vezes, acaba não levando em conta necessidades básicas para uma vida psicológica sadia. Falta estrutura adequada para o atendimento de casos de violência doméstica em geral”, afirma. “A Justiça está ainda mais presente naqueles fatos que ocorrem fora dos lares do que dentro deles”, completa Allana Marques Schrappe, profissional do Direito Penal. Isso ocorre por vários motivos. Além de uma deficiência existente no próprio sistema, o número de denúncias por parte da população é baixíssimo. Também a mídia, que poderia ser uma grande colaboradora na conscientização da sociedade, dificilmente transforma em pauta casos de maus-tratos domésticos, a não ser que resultem em uma grande perda física para a vítima ou morte.

Allana vê como urgente a necessidade de se estabelecerem limites mais rígidos no que diz respeito aos meios de correção e disciplina utilizados pelos pais. “O direito de educar não dá liberdade para que eles ajam como lhes convenha, causando, inclusive, problemas psicológicos aos filhos”, diz. A advogada acha que a solução para conter a ação dos agressores não está no aumento das punições por si só, tendência muito em voga na atualidade quando se fala em crimes. “O Estado deve estabelecer limites sim, porque a violência doméstica pode trazer conseqüências gravíssimas. Agora, nem sempre a aplicação de uma pena é a saída mais acertada para

se resolver casos desse tipo”, afirma. “Penso que talvez o melhor caminho para encontrar os limites é a denúncia dos maus-tratos, para que o assunto se torne público e disso surja uma discussão”, completa.

Assim como Allana, a psiquiatra francesa Marie-France Hirigoyen também defende a existência de limites mais definidos. Pelo visto, a maneira de se encarar os maus-tratos no Primeiro Mundo é muito semelhante àquela em vigor no Terceiro. “Como restabelecer o respeito entre os indivíduos? Quais os limites a serem postos à nossa tolerância? Se os indivíduos não detêm por si mesmos esses processos destruidores, cabe à sociedade intervir, legislando a respeito”, aponta.

O papel da imprensa

Certa de que é a mídia que define a agenda de políticas do governo e estabelece prioridades para a sociedade, a Central de Notícias dos Direitos da Infância e da Adolescência (Ciranda) há quase seis anos vem trabalhando para que a veiculação de notícias sobre crianças e adolescentes ganhe em número e qualidade no Paraná. Assim como ela, mais sete agências espalhadas pelo Brasil perseguem a mesma meta. Juntas elas formam uma rede coordenada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), localizada em Brasília.

Entre as atividades da Ciranda está a elaboração de um relatório anual sobre as matérias relacionadas ao público infanto-juvenil veiculadas em jornais impressos paranaenses. A pesquisa, nomeada *A Criança e o Adolescente na Mídia – Paraná*, vem sendo publicada desde 2001.

Em sua edição mais recente, a publicação aponta a Violência como o segundo tema mais abordado pela imprensa do Estado, ficando atrás apenas de Educação. No total, foram 2.416 textos jornalísticos tratando do assunto. A análise teve como base sete jornais: *Folha de Londrina*, *Gazeta do Povo*, *O Estado do Paraná*, *Tribuna do Paraná*, *Gazeta do Paraná*, *O Paraná*, *Jornal do Estado* e *Diário dos Campos*.

Embora figure quase no topo do ranking de temas trabalhados, a Violência ainda é tratada de maneira inadequada pelos periódicos, de acordo com a análise da Ciranda. “É preocupante o baixo número de matérias

sobre ações preventivas e reflexões sobre os danos causados pela violência – somente 11,13% dos textos possuem essa abordagem. Percebe-se, com isso, que a imprensa trata as agressões e crimes apenas como uma seqüência de episódios isolados e não como fenômenos sociais. Existem algumas poucas reportagens investigativas e preocupadas em pluralizar a questão”, descreve a pesquisa.

“O que acontece muito na área de violência é que se ouve apenas a polícia. A matéria é feita em cima de boletim de ocorrência. Não se ouve especialista, não se ouve a família, não se ouve o Judiciário...”, critica Clarissa Kowalski, jornalista responsável pela Rede Andi no Paraná. “Conselho tutelar não é ouvido nunca, apesar de ser ele o órgão responsável por zelar pelos direitos da infância e da adolescência na prática”, continua. De acordo com a pesquisa, enquanto a polícia colabora com 52% dos depoimentos contidos nesses 2.416 textos, os CTs e os conselhos de direitos aparecem em apenas 2,15% deles.

Além da diversificação de fontes, outros critérios podem qualificar uma matéria, conforme a avaliação da ONG curitibana. “Só o factual, não contribui muito com a mudança da sociedade. As matérias de maior qualidade, para nós, são aquelas que buscam soluções para os problemas – é o tipo de texto que a gente classifica de propositivo”, explica Clarissa. No entanto, esse tipo de abordagem ainda está longe de ser a mais praticada pelos jornalistas – na pesquisa da Ciranda, ela caracteriza 12, 29% das notícias veiculadas na mídia impressa paranaense em 2002. As matérias-denúncia, que além de apresentarem os fatos, contextualizam e investigam-nos, somam 8,57%. A maior fatia do bolo – 79,14% –, no entanto, continua sendo formada por textos que se limitam exclusivamente a narrar os casos.

Analisando estudos científicos sobre o posicionamento da imprensa diante da questão da violência doméstica, para elaboração de sua tese de doutorado em Serviço Social, a pesquisadora do Laci Viviane Nogueira de Azevedo Guerra chegou a algumas conclusões importantes. A primeira delas é de que o material jornalístico relacionado ao tema é infrequente e circunstancial – são aproveitados acontecimentos isolados para se abordar o assunto. As matérias são também, de uma forma geral, estereotipadas. “Veiculam-se informações sobre os envolvidos que visam a enquadrá-los no que chamaríamos ‘um retrato robô’: os agressores, como alcoólatras,

pobres, portadores de distúrbios mentais, enfim, como se pertencessem a um 'mundo marginal'", aponta. Ainda segundo a avaliação da pesquisadora, as vítimas são muitas vezes apresentadas como ladeiras, provocadoras, enquanto as famílias são vistas como "desintegradas do chamado modelo convencional de família nuclear".

Outros dois problemas descritos por Viviane são o uso excessivo de números como suporte para a construção dos textos e a deturpação dos dados. "As estatísticas sobre a violência doméstica padecem de uma série de restrições e, muitas vezes, quando atingem o grande público, mais confundem do que esclarecem", recrimina. "Veiculam-se projeções de dados não bem fundamentadas e que acabam sendo repetidas inúmeras vezes pela imprensa durante anos seguidos, sem nenhum tipo de reflexão a respeito." Além disso, a pesquisadora conclui que, em várias ocasiões, um mesmo caso de violência é apresentado pelos veículos de forma diferente, o que revela imprecisão no levantamento da informação.

Para complementar a mesma tese, Viviane também acompanhou cinco jornais paulistas (*O Estado de S. Paulo*, *Diário Popular*, *Folha de S. Paulo*, *Folha da Tarde* e *Notícias Populares*) durante seis meses de 1993. Na ocasião, a estudiosa encontrou 3.813 notícias sobre a infância e a adolescência, sendo que 258 tratavam da violência ocorrida no ambiente familiar. Dentre as modalidades de violência doméstica, a física e a psicológica foram as menos abordadas pelos veículos durante o período, com 11,2% e 10,3% das notícias, respectivamente. A mais noticiada foi a violência fatal (44,7%), seguida pela negligência (20%) e pelo abuso sexual (13,8%).

Já no relatório da Ciranda referente a 2002, entre as notícias em que crianças e adolescentes apareceram apenas como vítimas de violência, 351 diziam respeito a maus-tratos. Porém, segundo Clarissa Kowalski, dificilmente um desses textos tenha abordado com exclusividade a agressão moral.

Na visão da jornalista, antes de se começar a pautar o assunto, alguns pontos devem ser criteriosamente observados. "O jornalista que for falar só sobre violência psicológica vai ter que ter um cuidado enorme para não criar pânico na sociedade. Senão as pessoas vão achar que tudo é violência psicológica", prevê. "Quando passou a se falar muito em trabalho

infantil doméstico, as pessoas começaram a se perguntar: 'Será que se eu pedir pro meu filho lavar um copo vai ser trabalho infantil doméstico?' O mesmo pode acontecer com a agressão de cunho psicológico: 'Será que se eu falar que domingo ele não vai ao parque vai ser uma agressão psicológica?'"', teoriza a jornalista.



Continuou depois até o exame final do bacharelato, pelo qual passei em parte apenas por meio de fraude e depois se paralisou: agora era livre. Se apesar do constrangimento do Ginásio ocupara-me unicamente de mim, como o faria agora, ao estar livre. Em conseqüência, não tinha uma liberdade verdadeira para escolher profissão; eu sabia que, tratando-se do principal, tudo me seria tão indiferente como as matérias do Ginásio; era necessário, pois, encontrar uma profissão que, sem ferir demais minha vaidade, preservasse da melhor maneira possível minha indiferença. Portanto, o direito era o natural. (...) De qualquer maneira, demonstrava a este respeito uma previsão assombrosa; desde pequeno tinha pressentimentos bastante claros no que se referia a estudo e profissão. Não esperava salvar-me por esse caminho; há tempos eu renunciara consegui-lo através de tais recursos.

Em troca, não mostrei previsão alguma a respeito da importância e possibilidade do matrimônio para mim; este temor, até agora o maior de minha vida, me apanhou quase de improviso. O menino tinha-se desenvolvido tão lentamente, estes assuntos eram-lhe tão distanciados, exteriores; de vez em quando se apresentava a necessidade de pensar neles; mas que se estivesse preparando uma prova, perdurável, decisiva e até extremamente amarga não era possível prevê-lo. Mas, em realidade, as tentativas de casamento foram ensaios de salvação mais extraordinários e cheios de esperança, como extraordinário na mesma proporção foi certamente depois o fracasso.

Temo, pois neste campo malogro inteiramente, que tampouco me será possível fazer-te inteligíveis estes propósitos de casamento. E, contudo, todo o êxito desta carta depende disso, pois nestas tentativas se nuclearam, por uma parte, todas as forças positivas de que dispunha e, por outra,

também, se reuniram, diretamente com violência, todas as forças negativas, que descrevi como parte do resultado de tua educação, quer dizer, debilidade, falta de confiança em mim mesmo, sentimento de culpabilidade, estendendo praticamente um cordão entre mim e o casamento. (...)

*As coisas não podem corresponder-se na realidade como as argumentações em minha carta, pois a vida é algo mais que um quebra-cabeça; mas graças ao que esta confissão escrita corrige, e que eu não posso nem quero estender até o pormenor, se consegui, em minha opinião, algo tão aproximado da verdade, que pode tranquilizar-nos um pouco a ambos e fazer-nos mais fáceis o viver e o morrer. **

* Os trechos que abrem e fecham os capítulos deste livro foram extraídos da obra *Carta ao Pai*, de Franz Kafka, escritor nascido na cidade de Praga (atual República Tcheca) em 1883, cujos trabalhos são hoje considerados verdadeiros marcos na história da literatura. Destinada ao tirano Hermann Kafka, abastado comerciante judeu, a 'carta' apresenta a complicada relação do escritor com o pai, que o ridicularizava, não o respeitava pessoalmente e nunca considerou a legitimidade de sua carreira literária. Trata-se de um verdadeiro 'ajuste de contas', no qual o autor confessa-se fracassado na tentativa de livrar-se do jugo da figura paterna, seja por meio da literatura ou do casamento. A obra deixa evidente, portanto, a culpa carregada por Kafka, assim como o sentimento de respeito que ainda mantém pelo pai, apesar de todos os abusos deste último para com ele.

Franz Kafka fez parte, juntamente com outros escritores de sua época, da chamada Escola de Praga, dona de uma literatura que mescla realismo, inclinação metafísica e ironia. As obras mais famosas do autor foram escritas entre 1913 e 1921. *A Metamorfose*, *O Processo*, *O Castelo* e *O Artista da Fome* são algumas delas. Muitos de seus escritos guardam uma relação importante com a atualidade, uma vez que abordam questões ainda presentes na sociedade de hoje, como a opressão burocrática das instituições.

Quando vivo, Kafka não alcançou sucesso. A maior parte de sua produção literária – toda escrita em alemão, composta de contos, novelas, romances, cartas e diários – foi publicada postumamente. O escritor morreu de tuberculose, aos 40 anos, em 1924. Pouco antes de falecer, pediu a um amigo, Max Brod, que queimasse toda a sua obra após sua morte. Brod, felizmente, não o atendeu e abriu os escritos de Kafka para o mundo.

Agradecimentos

Queremos agradecer a todos que colaboraram para que este livro existisse. Gostaríamos, porém, de expressar nossa gratidão especial a algumas pessoas que nos abriram importantes portas...

Luiz Paulo Maia
Marlen Mirta Machota
Maria da Graça Padilha
Janete Schreiner
Graciela Maria Drechsel
Maria Christina de Almeida
Maria Elizabeth Biela
Sylvia Evrard
Marlene Le Senechal Horta
Priscila

Referências Bibliográficas

ABRAMOVICH, F. **O mito da infância feliz**. São Paulo: Summus, 1983.

ABRAPIA. **Dados sobre violência**. Disponível em: <www.abrapia.org.br>. Acesso em : 10 maio 2003.

_____. **FAQs**: as perguntas mais freqüentes. Disponível em: <www.abrapia.org.br> Acesso em : 10 maio 2003.

_____. **Maus-tratos contra crianças e adolescentes**: proteção e prevenção. 3. ed. Petrópolis: Autores & Agentes & Associados, 2000.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. **Violência psicológica doméstica**: vozes da juventude. São Paulo: iEditora Livros Eletrônicos, 2001.

BRASIL. Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dez. de 1940. Código Penal. **Editora Saraiva**, 40ª. ed. São Paulo, 2002.

_____. Lei n. 10.406, de 10 de jan. de 2002. Novo Código Civil. **Editora Forense**, Rio de Janeiro, 2002.

CIRANDA. **A criança e o adolescente na mídia - Paraná**: janeiro a dezembro de 2002. Curitiba: Ciranda-Rede Andi, 2003.

CRAMI. **Estatísticas**. Disponível em: <www.crami.org.br>. Acesso em: 28 out. 2003.

DELMANTO, C. **Código penal comentado**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1988.

GOMIDE, P. et al. **Pais presentes, pais ausentes**: regras e limites. Petrópolis: Vozes, 2004.

GUERRA, V. N. de A. **A violência de pais contra filhos**: a tragédia revisitada. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HIRIGOYEN, M. **Assédio moral**: a violência perversa no cotidiano. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

KAFKA, F. **Carta a meu pai**. 5ª. ed. São Paulo: Hemus Livraria Editora, [19-].

KAIRYS, S. W.; JOHNSON, Charles F. **The psychological maltreatment of children**: technical report. Disponível em: <www.pediatrics.aappublications.org/cgi/content/full/109/4/e68>. Acesso em: 24 jun. 2003.

KORCZAK, J. **Como amar uma criança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LACRI. **Pesquisando a violência doméstica contra crianças e adolescentes**: a ponta do iceberg. Disponível em: <www.usp.br/ip/laboratorios/lacri/>. Acesso em: 12 jun. 2003.

LOIOLA, R. de C. B. de. **Abuso sexual de crianças e adolescentes**: com a palavra, as vítimas. Curitiba, 2003. Trabalho de graduação (Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II) - Curso de Comunicação Social, Jornalismo, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

MELO, M. de. **Violência psicológica contra a mulher**. Disponível em: <www.ibap.org/direitosdamulher/monicademelo/mm010.htm>. Acesso em: 08 mar. 2003.

MIRANDA, L. P. **Maus-tratos:** crianças sem vínculo, adolescentes sem rumo. Curitiba, 2000. Monografia (Pós-graduação em adolescência) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

PASTORELLI, I. M. **Manual de imprensa e de mídia do Estatuto da Criança e do Adolescente.** São Paulo: Câmara Brasileira do livro, 2001.

REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO PARA A VIOLÊNCIA. **Manual de atendimento.** Curitiba: Prefeitura de Curitiba, 2002. v.1

SALLAS, A. L. F. et al. **Os jovens de Curitiba:** desencantos e esperanças, juventude, violência e cidadania. Brasília: Unesco, 1999.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Encontro_Vila_Olimpica._divulga_o._aconteceu.doc.** Pediatras lançam filme para chamar atenção para a violência que está dentro de casa. Rio de Janeiro, jul. 2002. 8.265 caracteres. Microsoft Word.

_____. **Guia de atuação frente a maus-tratos na infância e na adolescência.** 2. ed. SBP. Rio de Janeiro, mar. 2001.

SOS CRIANÇA. **Prevenir a violência.** Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, [199-]. Cartilha interna.

UCLA NEWS. **Rejection affects human brain in same way as physical pain, finds UCLA - Led Team.** Disponível em: <newsroom.ucla.edu/page.asp?id=4605>. Acesso em: 10 out. 2003.

UNICEF. **A situação da infância em 2001.** Disponível em: <www.unicef.org/brazil/>. Acesso em: 27 maio 2003.

VASCONCELLOS, S. M. de. **Um olhar:** pequenas vítimas num mundo grande. Disponível em: <www.cfh.ufsc.br/~imprimat/artigos/CRIAN3.doc>. Acesso em: 08 mar. 2003.

Em O Crime Perfeito, Juliane Bazzo e Tatyane Nunes abordam, em uma grande reportagem, a violência psicológica, um tipo de agressão ainda pouco esclarecida em nossa sociedade.

Capaz de atingir diferentes tipos de relacionamento, esse mal se manifesta inclusive dentro de casa, dirigindo-se a crianças e a adolescentes. É aí, entretanto, que ele se torna mais grave, por partir de pessoas que deveriam oferecer proteção a seres ainda em desenvolvimento.

Embora o abuso emocional seja mais constante do que se pensa, a falta de debate a respeito tem feito com que vítimas não se percebam como tais e testemunhas permaneçam alheias a ele. Já os agressores, sem deixar marcas imediatas no corpo de suas presas, praticam um crime acima de qualquer suspeita. Perfeito.

